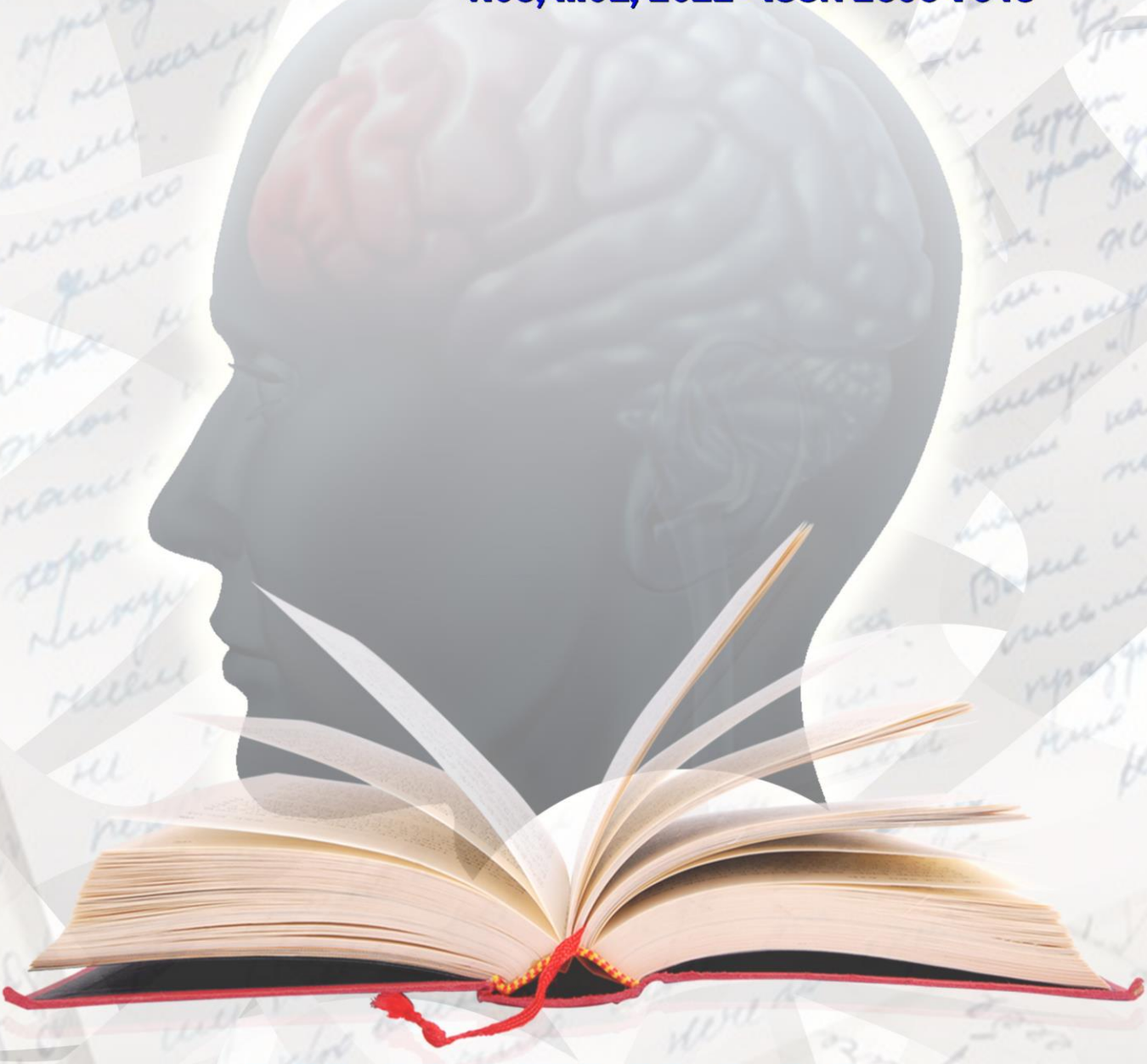
Revista de Ensino e Cultura

v.05, n.01, 2022 - ISSN 2595-7643



UNICEUNA

Centro Universitário Natalense

"Seu conhecimento ultrapassando barreiras"

REVISTA DE ENSINO E CULTURA - REC

A Revista de Ensino e Cultura - REC, é uma publicação com versão online do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. Uma revista com publicação contínua criada com o objetivo de incentivar e instigar nossos alunos a buscarem através da Iniciação Científica a pesquisa empírica e análise de dados, juntamente com seus professores orientadores, para a produção de artigos completos com textos originais e inéditos de interesse em diversas áreas do conhecimento.

CONTATO E ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Av. Prudente de Morais, nº 4890, lagoa Nova, CEP: 59063-200, Natal/RN.
Fones: (84) 3234 3637 / 3234 3551.

REVISTA ONLINE:

EDITOR(A):
Iara Miller (UNICEUNA/UPV).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

REVISÃO DE TEXTO EM PORTUGUÊS:

Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Dr.ª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

COMITÊ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL:

Mestre Anílton José de Lima (UNICEUNA).
Doutor Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).
Mestre Giancarlo Paiva Nicoletti (UNICEUNA).
Mestra Iara Miller (UNICEUNA).
Mestra Renata Poliane Nacer de Carvalho Dantas (UNICEUNA).
Mestre Manoel D'agonia Fernandes Braga (UNICEUNA).

Doutor Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).
Mestre Tarso Rocha Lula Pereira (UNICEUNA).

CONSELHO EDITORIAL:

Dr.ª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).
Dr.ª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).
Dr. Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).
Dr.ª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).
Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).
Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)
Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Dr.ª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNICEUNA).
Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).
Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (UNICEUNA).
Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UNICEUNA).
Dr.ª Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

EQUIPE DE PARECERISTAS *AD HOC*:

Dr.ª Catharinne Angélica Carvalho de Farias (UFRN).
Dr.ª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).
Dr.ª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).
Dr. Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).
Dr.ª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).
Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).
Dr. Fabrício Germano Alves (UFRN).
Drª Francisca de Souza Miller (UFRN).
Dr. João Felipe Bezerra (UFPB).
Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)
Dr.ª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNICEUNA).

Dr. Luciano do Nascimento Silva (CCJ/UFPB).

Dr. ª Lucien Peroni Gualdi (UFRN)

Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Dr.ª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (UNICEUNA).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).

Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UERN).

Dr.ª Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).

PERIODICIDADE:

Semestral

DESCRIÇÃO:

Periódico (pen drive).

Volume 05, Número 01, Ano 2022 | **ISSN:** 2595-7643.

FONTES DE APOIO:

Centro Universitário Natalense – UNICEUNA.

Art.	__ SUMÁRIO _| |_ SUMMARY _| |_ RESUMEN __	Pág.

	CIÊNCIAS JURÍDICAS	07
01	**INTERVENÇÃO DE TERCEIRO: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA** *THIRD PARTY'S INTERVENTION: DISCLAIMER OF LEGAL PERSONALITY* *INTERVENCIÓN DE TERCEROS: DESCARGO DE RESPONSABILIDAD DE LA PERSONALIDAD LEGAL* **Autores:** Iara MILLER, Andréa Carla P. MUNFORD, Gleodraim de Oliveira ALVES, Josias de Assis ROCHA, Leonardo Carvalho dos SANTOS, Alexsandro Lima de MOURA e Viviane Santos de Sá e SOUSA.	08 a 22
02	**BREVE ANÁLISE DA MULHER COMO SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO** *BRIEF ANALYSIS OF WOMEN AS THE UNVERSAL SUBJECT OF FEMINISM* *BREVE ANÁLISIS DE LA MUJER COMO SUJEITO UNIVERSAL DEL FEMINISMO* **Autora:** Viviane Santos de Sá e SOUZA	23 a 31
	CIÊNCIAS HUMANAS	32
03	**CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM UMA INSTITUIÇÃO MILITAR** *TRAINING AND COMPETENCE DEVELOPMENT IN A MILITARY INSTITUTION* *FORMACIÓN Y DESARROLLO DE COMPETENCIAS EN UNA INSTITUCIÓN MILITAR* **Autores:** Gabriel Gonçalves de SOUZA, Max Leandro de Araújo BRITO, Gessica Fabiely FONSECA e Jorge Ítalo Macêdo Prudêncio de LIMA	33 a 48
04	**GESTÃO DE TALENTOS: UM DIFERENCIAL COMPETITIVO NAS ORGANIZAÇÕES** *TALENT MANAGEMENT: A COMPETITIVE DIFFERENTIAL IN ORGANIZATIONS* *GESTIÓN DEL TALENTO: UN DIFERENCIAL COMPETITIVO EN LAS ORGANIZACIONES* **Autores:** Andréa Cristina Tegon CALLEGARI, Rosana AUGUSTO, Rosane LARA e Vanessa Curado FONTES	49 a 72
05	**SIMPLES NACIONAL DA TRIBUTAÇÃO NO RAMO DO COMÉRCIO E ADAPTAÇÃO PARA AS NOVAS REGRAS DO FATURAMENTO** *NATIONAL TAXATION SIMPLES IN THE TRADE BRANCH AND ADAPTATION TO THE NEW BILLING RULES* *SIMPLES DE TRIBUTACIÓN NACIONAL EN LA RAMA DE COMERCIO Y ADAPTACIÓN A LAS NUEVAS NORMAS DE FACTURACIÓN* **Autores:** Francisco Thiago dos Santos SABINO, José Romário da Silva ARAÚJO, Andréa Marques FREIRE e Tarso Rocha Lula PEREIRA	73 a 94
	CIÊNCIAS DA ENGENHARIA	95
06	**IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS RESULTANTES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO E GÁS DA INDÚSTRIA DO PRÉ-SAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO E SISTEMÁTICO** *ECONOMIC, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS RESULTING FROM OIL AND GAS EXPLORATION IN THE PRE-SALT INDUSTRY: A BIBLIOMETRIC AND SYSTEMATIC STUDY* *IMPACTOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y AMBIENTALES RESULTANTES DE LA EXPLORACIÓN DE PETRÓLEO Y GAS EN EL PRESAL: UN ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO Y SISTEMÁTICO* **Autores:** Elane de OLIVEIRA, Conrado Augustus de MELO e Paulo Henrique de Mello SANT´ ANA.	96 a 123

	CIÊNCIAS DA SAÚDE	124
07	**EPIDEMIOLOGIA DE INDIVÍDUOS COM LESÃO MEDULAR POR ACIDENTE MOTOCICLÍSTICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE** *EPIDEMIOLOGY OF INDIVIDUALS WITH SPINDLE INJURY DUE TO MOTORCYCLE ACCIDENTS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE* *EPIDEMIOLOGÍA DE LAS PERSONAS CON LESIONES EN EL HUSILLO POR ACCIDENTES DE MOTOCICLETA EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE* **Autores:** Laís Caroline Alves Fagundes de LIMA, Gabriel Martins de ARAÚJO, Rêncio Bento FLORÊNCIO, Erotides Tereza de Oliveira Damasceno LUCAS e Rodrigo Augusto Xavier de Sousa BARROS.	125 a 143
08	**AUTOMEDICAÇÃO E O PAPEL DO FARMACÊUTICO: REVISÃO DE LITERATURA** *SELF-MEDICATION AND THE ROLE OF THE PHARMACIST: LITERATURE REVIEW* *AUTOMEDICACIÓN Y EL PAPEL DEL FARMACÉUTICO: REVISIÓN DE LA LITERATURA* **Autores:** Emiliana de França ALVES e Cláudia Cecílio DAHER	144 a 158
09	**A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS E NA PROMOÇÃO DE SAÚDE** *THE IMPORTANCE OF THE PHARMACIST IN THE RATIONAL USE OF MEDICINES AND HEALTH PROMOTION* *LA IMPORTANCIA DEL FARMACÉUTICO EN EL USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS Y LA PROMOCIÓN DE LA SALUD* **Autores:** Pedro Tiago de Lima BACALHAU, Jaine Farias NASCIMENTO e Giancarlo Paiva NICOLETTI.	159 a 173
10	**ALOPÉCIA ANDROGÊNICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA** *ANDROGENIC ALOPECIA: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW* *ALOPECIA ANDROGÉNICA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA* **Autores:** Alane Rizia Silva do NASCIMENTO e Cláudia Cecílio DAHER	174 a 182
	SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	183

Revista de Ensino e Cultura

Ciências Jurídicas

Volume 5, Número 1, Ano 2022

INTERVENÇÃO DE TERCEIRO: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

THIRD PARTY'S INTERVENTION: DISCLAIMER OF LEGAL PERSONALITY

INTERVENCIÓN DE TERCEROS: DESCARGO DE RESPONSABILIDAD DE LA PERSONALIDAD LEGAL

Andréa Carla P. MUNFORD[1]
Gleodraim de Oliveira ALVES[2]
Josias de Assis ROCHA[3]
Leonardo Carvalho dos SANTOS[4]
Alexsandro Lima de MOURA[5]
Viviane Santos de Sá e SOUZA[6]
Iara MILLER[7]

RESUMO

Apresenta-se este artigo com a finalidade de auxiliar o leitor quanto à compreensão sobre a desconsideração da personalidade jurídica à luz do Código de Processo Civil, sem objetivar exaurir definitivamente o conteúdo. Abordaremos os casos de admissibilidade previstos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. Serão

[1] Discente de Direito do UNICEUNA, (E-Mail: andreiamunford@hotmail.com).
[2] Discente de Direito do UNICEUNA, (E-Mail: gleodraimdeoliveira@yahoo.com.br).
[3] Discente de Direito do UNICEUNA, (E-Mail: josiasrochapc@gamil.com).
[4] Discente de Direito do UNICEUNA, (E-Mail: leonardorp01@gmail.com).
[5] Especialização em Direito e Cidadania, UNP/2005, Graduado em Direito - UFRN/2004, Docente Universitário dos Cursos de Administração, Contábeis e Direito e orientador de iniciação científica do UNICEUNA, (E-mail: alexlimarn@yahoo.com.br)
[6] Mestrado em Sociedade Democrática, Estado e Direito, UPV/2019, Espanha. Especialização em Processo Civil – UNP/2006. Graduação em Direito - UFRN/2000, Docente Universitária e Membro do Colegiado do Curso de Direito do Centro Universitário Natalense, (E-mail: vivianedesaesouza@gmail.com).
[7] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em La Globalización a Examen: Retos y Respuestas Interdisciplinares da Universidad del País Vasco – UPV, Espanha. Mestrado em Sociedade Democrática, Estado e Direito UPV/2019, Espanha. Especialização em Propaganda e Marketing na Gestão de Marcas UFRN/2014. Especialização em Gestão Estratégica em Marketing UFRN/2008. Graduação em Direito UNICEUNA/2022. Graduação em Gestão Financeira UNP/2006. Coordenadora Pedagógica e Orientador de Iniciação Científica do UNICEUNA. (E-mail: iaramiller@hotmail.com).

tratados, entre outros aspectos, a conceituação; os requisitos e as consequências dos institutos jurídicos expostos, assim como a definição e entendimento doutrinário da desconsideração da personalidade jurídica enquanto intervenção de terceiro.

Palavras-chave: Intervenção de Terceiro**;** Desconsideração da Personalidade jurídica; Desconsideração Inversa; Abuso da Personalidade; Desvio de Finalidade.

ABSTRACT

This article is presented with the aim of helping the reader to understand the disregard of legal personality in the light of the Code of Civil Procedure, without aiming to definitively exhaust the content. We will address the cases of admissibility provided for in the Civil Code and the Consumer Protection Code. Will be treated, among other aspects, the conceptualization; the requirements and consequences of the exposed legal institutes, as well as the doctrinal definition and understanding of the disregard of legal personality as a third-party intervention.

Keywords: Third Party Intervention; Disregard of legal personality; Inverse disregard; Abuse of personality; Deviation of Purpose.

RESUMEN

Este artículo se presenta con el objetivo de ayudar al lector a comprender el desconocimiento de la personalidad jurídica a la luz del Código de Procedimiento Civil, sin pretender agotar definitivamente el contenido. Abordaremos los supuestos de admisibilidad previstos en el Código Civil y el Código de Protección al Consumidor. Se tratarán, entre otros aspectos, la conceptualización; los requisitos y consecuencias de los institutos jurídicos expuestos, así como la definición y comprensión doctrinal del desconocimiento de la personalidad jurídica como intervención de un tercero.

Palabras clave: Intervención de terceros; Desprecio de la personalidad jurídica; Desprecio inverso; Abuso de la personalidad; Desviación de Propósito.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade compreender e analisar a desconsideração da personalidade jurídica através de pesquisa bibliográfica e documental, a qual possibilita a discussão dos aspectos que norteiam este instituto sob a óptica do atual Código de Processo Civil brasileiro vigente desde 16 de março de 2016, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro através da Lei Federal 13.105/15 que apresentou o

instituto da desconsideração da personalidade jurídica como uma das espécies de intervenção de terceiro no processo.

Por intermédio deste importante instrumento, foi dado maior segurança jurídica àqueles que pleiteiam na órbita judicial, direitos frente às pessoas jurídicas as quais muitas vezes não eram eficazmente responsabilizadas por não haver forma legal de se alcançar os bens dos sócios ou de seus administradores. Há também a ocorrência da desconsideração da personalidade jurídica inversa, a qual é assim chamada pelo fato de ser empregada em situação oposta, isto é, por atingir os bens da pessoa jurídica por condutas praticadas pelos seus sócios.

Este trabalho analisa ainda o tema da desconsideração da personalidade jurídica em relação à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de defesa do Consumidor, o qual trata a desconsideração de maneira peculiar.

Denota-se o objetivo de fazer breve análise sobre o tema, mostrando o conceito desse instituto, suas características, seus requisitos e seus efeitos quando aplicado.

Assim, espera-se que este estudo, em razão do tema em relação ao Código de Processo Civil de 2015, seja útil para contribuir na discussão da aplicabilidade e eficácia da utilização da desconsideração da personalidade jurídica, como forma de assegurar maior segurança jurídica, observando com respeito aos princípios constitucionais, o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal nas ações judiciais.

INTERVENÇÃO DE TERCEIRO

CONCEITO E ESPÉCIES

A Intervenção de Terceiro está contida na parte geral do Código, no Livro III, Título III, disciplinada a partir do artigo 119 do Código de Processo Civil, Lei 13.105/15. Pode-se classificar esta modalidade de intervenção como fato jurídico processual em que um terceiro, “estranho” à relação jurídica processual originária,

ingressa, incidentalmente, no processo, isto é, já deve haver processo em curso. As hipóteses de intervenções são expressamente previstas em lei, tendo por finalidade de aplicação: a economia processual, evitar a repetição de atos processuais e a harmonização dos julgados, e evitar decisões contraditórias.

Deve-se observar que, admitido no processo, o sujeito, que inicialmente não era parte, deixa de ser chamado de terceiro e passa a ser considerada parte. O atual Código de Processo Civil contemplou como espécies de intervenção de terceiros: A Assistência, simples e litisconsorcial, prevista nos artigos 119 aos 124; Denunciação da lide, contida nos artigos 125 ao 129; Chamamento ao processo, encontrado nos artigos 130 ao 132; Amicus Curiae, no artigo 138 e o Incidente da Desconsideração da Personalidade Jurídica, disciplinado nos artigos 133 ao 137 do Código.

INTERVENÇÕES ESPONTÂNEAS E INTERVENÇÕES PROVOCADAS

Embora neste estudo se vislumbre comentar apenas os aspetos básicos da intervenção de terceiro na modalidade desconsideração da personalidade jurídica, podendo às demais modalidades serem explicadas em momentos posteriores. Contudo, há de se dizer que as cinco formas estão contidas em dois grupos, a saber, intervenções espontâneas e intervenções provocadas das Intervenções.

São ditas espontâneas aquelas que ocorrem por iniciativa do terceiro, que até então, não faz parte da relação jurídica, estão contidas neste gênero a Assistência, simples e litisconsorcial, e o Amicus Curiae. Já as intervenções provocadas ocorrem quando uma das partes invoca a participação do terceiro para que este integre ao processo, é assim chamada porque o terceiro não ingressa espontaneamente, seu ingresso é provocado. Faz parte deste gênero: Denunciação da Lide, Chamamento ao Processo, Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica e também o Amicus Curiae. Como se vê, o Amicus Curiae tem participação híbrida, uma vez que pode ser espontânea ou provocada.

PESSOA JURÍDICA

A pessoa jurídica possui aptidão para ser titular de direitos e obrigações. É considerada pela ordem jurídica civil sujeito de direito, pois tem personalidade jurídica própria, autônoma e independente dos membros que a compõe (sócios, acionistas ou associados e, no caso da EIRELI, a própria pessoa natural que, isoladamente, a integra). Nesse sentido, o art. 49-A do CC ressalta que a Pessoa Jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores. Tal artigo foi introduzido no CC pela Lei n. 13.874/2019, com o objetivo de valorizar a autonomia existencial, funcional e patrimonial da Pessoa Jurídica, em especial para preservar o patrimônio pessoal daqueles que com ela se relacionam ou que a administram. Tal concepção segue os princípios da declaração de direitos de liberdade econômica, cuja finalidade é não transferir os riscos da pessoa jurídica para tais pessoas naturais.

Mas falando de Pessoa Jurídica, o que seria "pessoa"?

> "Pessoa" é o ente físico ou coletivo suscetível de direitos e obrigações, sendo sinônimo de sujeito de direito. Já "sujeito de direito" é aquele que é sujeito de um dever jurídico, de uma pretensão ou titularidade jurídica, que é o poder de fazer valer, através de uma ação, o não-cumprimento do dever jurídico, ou melhor, o poder de intervir na produção da decisão judicial". (DINIZ 2002, pág.116 apud ROSA 2018, p.010).

Dito isso podemos iniciar a definição de pessoa Jurídica.

É uma entidade formada por indivíduos e reconhecida pelo Estado como detentora de direitos e deveres. O termo pode se referir às empresas, governos, organizações ou qualquer grupo criado com uma finalidade específica. Isso significa que a pessoa jurídica é representada enquanto entidade própria perante a Justiça e o Estado, aos quais responde por seus atos. Ou seja, a princípio, a pessoa jurídica e as pessoas físicas que a compõem não se confundem.8

Para a autora Maria Helena Diniz (2002. p.206), "a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem

[8] Disponível em: https://www.dicionariofinanceiro.com/pessoa-juridica/. Acesso em 15 de nov. 2019.

jurídica como sujeito de direitos e obrigações" (DINIZ, 2002. p.206). Vemos que para a eminente doutrinadora Maria Helena Diniz, pessoa jurídica é resultado de uma ficção jurídica, ou seja, um imaginário legal.

Rosa Douglas Ferreira diz em sua obra que:

> Um dos princípios mais importantes para a formação do conceito de pessoa jurídica é o da autonomia. Não se deve confundir a pessoa jurídica com as pessoas que a integram. Tanto a pessoa jurídica como cada um de seus membros são sujeitos de direito autônomos. Cada um possui identidade e patrimônio próprios e inconfundíveis (ROSA, 2018, p.01).

A citada autora acredita que cada um possui identidade e patrimônio próprios inconfundíveis. Inclusive nesse sentido, o art. 49-A do CC ressalta que a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

O conceito de pessoa jurídica de Maria Helena Diniz reforça essa ideia:

> A unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações. Em síntese, pessoa jurídica consiste num conjunto de pessoas ou bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei (DINIZ, 2002, p.206).

Dessa forma, pessoa jurídica consiste num conjunto de pessoas ou bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei.

São três os requisitos para a existência da pessoa jurídica: organização de pessoas ou bens, liceidade de propósitos ou fins e capacidade jurídica reconhecida por norma. Há ainda quem conceitue a pessoa jurídica de forma mais simplista, como entidades ou organizações de pessoas ou de bens a que o direito atribui aptidão para a titularidade de relações jurídicas.

TIPOS DE PESSOAS JURÍDICAS

O Código Civil de 2002, em seu art. 40 diz que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Está disposto ainda no CC/2002 na íntegra que

> Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; V - as demais entidades de caráter público criadas por lei. Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código. (BRASIL, CC, 2002).

Ou seja, pessoas jurídicas de direito público interno são as criadas por lei, e representam juridicamente a União, os Estados e os Municípios, além das autarquias e de todos os outros órgãos que formam **a administração pública**.

O art. 42 fala que "são pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.". (BRASIL, CC, 2002). A autora VERSIANA (s.d. p.01) diz que pessoas jurídicas de direito público externo são os **Estados estrangeiros** e **organismos internacionais** como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo como base as normas do direito internacional. Essas regras são reconhecidas pela legislação interna brasileira.

Para as pessoas de direito público interno, nosso CC/2002, em seu art. 43, diz que "as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo".

Em relação as pessoas de direito privado, o art. 44, temos que a pessoa jurídica de direito privado se divide em seis formas diferentes, que são elas a fundação, a associação, a cooperativa, a sociedade, a organização religiosa, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Podemos dizer então que pessoas jurídicas de direito privado são aquelas constituídas a partir da **iniciativa de seus membros e que adquirem personalidade com a inscrição do seu ato constitutivo no órgão competente, para a partir de então se considera "nascida" a pessoa jurídica.**

Para que possa existir, a pessoa jurídica de direito privado precisa ser registrada, de maneira formal, nos órgãos competentes. Dessa forma ela vai existir perante a lei. Assim sendo, os registros mais utilizados são o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e as inscrições municipais e estaduais. Portanto, é chamado de constituição o ato jurídico que representa o trâmite administrativo para que uma pessoa jurídica seja criada. (VERSIANA, s.d. p.01).

Como se vê, as pessoas jurídicas são capazes de obter direitos e contrair obrigações. Logo, respondem perante a justiça pelo dano que causarem. Por outro lado, a pessoa jurídica não responde pelos atos da vida privada praticados pelos seus sócios ou administradores.

Portanto, há separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e o patrimônio dos seus sócios e administradores. Em regra, é isso que ocorre, mas se apresentará a seguir, casos em que será desconsiderada a personalidade da pessoa jurídica (desconsideração da personalidade jurídica), e casos em que se desconsidera a personalidade dos sócios e dos administradores (desconsideração da personalidade jurídica inversa).

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA À LUZ DO CÓDIGO CIVIL

No art. 50 do Código Civil (2002) temos que:

> Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (BRASIL, 2002).

Maxwel Gomes dos Santos em relação ao artigo citado acima, complementa dizendo:

> A finalidade desse instituto jurídico consiste em impedir que a pessoa jurídica seja desviada dos fins estabelecidos no ato constitutivo, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial. (SANTOS, 2002. p.08)

Como se observa, a regra da separação da pessoa jurídica e da pessoa física pode, quando na hipótese de descumprimento de obrigação ou da ocorrência de insolvência, somada ao abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, levar à desconsideração da personalidade jurídica.

Pelo fato de exigir mais requisitos, diz-se que o Código Civil adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, a qual para ser caracterizada é preciso existir os seguintes elementos: Descumprimento de obrigação ou insolvência, estes associados ao abuso da personalidade, a qual pode ocorrer por dois motivos, confusão patrimonial ou desvio de finalidade.

A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil não é tão abrangente ou "permissiva" quanto a prevista no Código de Defesa do Consumidor, mas há entendimento de que em nenhuma hipótese é necessário o ajuizamento de ação autônoma para que seja aplicada a desconsideração. (ARRUDA apud MACHADO et al 2016)

Dito isso passaremos para próximo tópico.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PREVISTA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

A desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de Defesa do Consumidor é chamada de teoria menor ou objetiva, tendo como única exigência, o prejuízo ao credor. O Código de Defesa do Consumidor no seu art. 28 prescreve: "O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será

efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração". (BRASL, CDC 1990).

> Nessa análise, apesar de compreender que realmente exista a necessidade de pedido da parte na maioria das vezes, no caso particular do direito consumerista entendo ser possível a atuação de ofício do juiz, justamente em razão do previsto no art. 1.º do CDC. Nesse caso, não vejo como ofensa ao princípio da inércia da jurisdição e tampouco da correlação, considerando que na execução o juiz é provocado a satisfazer o direito do exequente, sendo justamente isso que tentará fazer ao desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade empresarial. (TARTUCE, 2016. p. 820).

Percebe-se que as possibilidades para desconsiderações da personalidade jurídica pelo Código de Defesa do Consumidor são muito abrangentes, visto que, de acordo com o inciso 5º do art. 28, basta que a pessoa jurídica seja um impedimento a reparação de prejuízos causados a consumidores para que seja desconsiderada, mostrando ao consumidor de forma bem clara o caráter protetivo do CDC, que leva sempre em consideração a fragilidade do consumidor.

De acordo com Luan Madson Lada Arruda, é importante notarmos que, "considerando a inexistência de previsão legal no Direito Trabalhista para desconsideração da personalidade jurídica, os juízes do trabalho se utilizam do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor para alcançarem o patrimônio dos sócios no caso de dívidas trabalhistas, fazendo uso da teoria do diálogo das fontes". (ARRUDA, 2017. p.01)

> A desconsideração da personalidade jurídica, ao longo do ordenamento jurídico, ganha contornos particulares, a depender da relação de direito material em que sua aplicação é requerida, informando-se pela teoria maior, quando exigida a demonstração do abuso de personalidade, ou pela menor, quando satisfeita pela insolvência do devedor. (Des. Kildare Carvalho, TJMG)

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PREVISTA NOS TERMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO ESPÉCIE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO.

O atual Código de processo Civil do art. 133 ao 137, contidos no Título III do Capítulo IV, o "Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica", insere como

uma nova modalidade de intervenção de terceiros, dispensando a necessidade da propositura de ação judicial própria para a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

LEGITIMIDADE PARA INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE

De acordo com o art. 133 do CPC/2015, não existe a possibilidade de execução jurisdicional sem o pedido da parte ou do Ministério Público; ou seja, não pode o juiz, **de ofício**, determinar a inclusão do sócio ou do administrador no polo passivo da demanda, para fins de desconsideração da personalidade jurídica. Dessa forma vemos que o art. 133 do CPC/2015 está alinhado ao art.50 do CC/2002. (ARRUDA, 2017. pp.01). No artigo 133 do CPC/2015, temos que o incidente da desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

O Código de Processo Civil de 2015 possibilita as disposições relativas ao incidente, serem também aplicadas nas hipóteses de desconsideração inversa da personalidade jurídica. Diante disso, Frederico Starling (2015) diz que,

> a desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, para contrariamente ao que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio controlador.

Já Fábio Ulhôa Coelho diz que a teoria da desconsideração da personalidade jurídica nasceu com o propósito de responsabilizar os sócios e/ou administradores que utilizavam das benesses concedidas à pessoa jurídica como defesa para praticar fraudes, deturpando a finalidade pela qual fora criada. Assim, em resposta aos esforços para refrear a prática destas ações, criam-se formas de fraudes, desta vez, os sócios utilizam a sociedade para ocultar seu patrimônio pessoal, buscando valer-se da distinção patrimonial para continuar cometendo fraudes (COELHO, 2011, p. 47-55).

Coelho diz ainda, que as exigências para a aplicabilidade da desconsideração da personalidade jurídica inversa são idênticas à desconsideração tradicional, sendo sua única diferença que desta vez não é o sócio que conserva o patrimônio líquido da pessoa jurídica, é a sociedade empresária que retém o patrimônio do sócio. Sendo assim, permanecem os requisitos: violação de direito, manifestado através de confusão patrimonial ou desvio de finalidade (COELHO, 2011, p. 153).

FASE PROCESSUAL EM QUE É CABÍVEL A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE

Conforme expressa o artigo 134 do CPC/2015, é possível a utilização do incidente nas fases de conhecimento, de cumprimento de sentença ou da execução de título extrajudicial.

> O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial. § 1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas. § 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica. § 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º. § 4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica. (BRASIL, CPC, 2015, Art. 134)

Assim, desconsideração pode ser requerida tanto na inicial como em qualquer fase do processo. Quanto aos efeitos há apenas uma diferença, qual seja, se a for requerida na inicial, não ocorrerá a suspensão do processo, mas a suspensão será obrigatória no caso de ser requerida em qualquer outra fase processual. Importante ressaltar que se requerida na petição inicia não será considerada intervenção de terceiro.

No âmbito da legislação trabalhista, em razão do art. 878[9] da CLT, poderá o juiz por sua própria iniciativa, na fase de execução, aplicar o incidente da

[9] Art. 878. A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado. (BRASIL, CLT, 1943)

desconsideração da personalidade jurídica. Sendo o art. 15[10] do atual CPC aplicado de forma supletiva e subsidiária em relação à Justiça do Trabalho. Assim, se o processo judicial ocorrer em esfera diversa da Justiça do Trabalho, o juiz não poderá de ofício, determinar a desconsideração da personalidade jurídica.

EFEITOS DA DESCONSIDERAÇÃO

Nos ditames do art. 137 do Código de Processo Civil, quando acatado o pedido de desconsideração, a alienação ou oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente. Em caso de o credor propor demanda para cobrar uma dívida e, ao mesmo tempo, lhe seja concedida a desconsideração da pessoa jurídica da qual o devedor é sócio, serão considerados nulos todos os atos realizados por este, na pendência do processo, que visem o desfazimento de seus bens. O efeito previsto na lei é retroativo (*ex tunc*), resguardando os direitos do requerente, uma vez que afeta atos pretéritos cometidos em fraude à execução. (DONIZETTI, 2016. p.01)

COSIDERAÇÕES FINAIS

Para realização desta obra utilizou-se como fundamentação, especialmente, os diplomas legais, a saber; a Lei Federal nº 13.105/15 – a qual instituiu o Código de Processo Civil; A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor; A legislação trabalhista, bem como, a leitura de variados trabalhos, expostos na internet, conforme constam nas referências bibliográficas.

Analisou-se, de forma não esgotada, acerca da "Desconsideração da Personalidade Jurídica", tema de grande relevância, cujas regras para sua aplicação são verificadas no Código Civil, donde se extrai a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, assim chamada pelo fato de exigir como requisitos, insolvência ou o descumprimento de obrigação, associando-se em qualquer caso, o abuso da

[10] Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente. (BRASIL, CPC, 2015).

personalidade, o qual pode ocorrer pela confusão patrimonial ou pelo desvio de da finalidade para qual foi instituída a pessoa jurídica.

Por outro lado, o Código de Defesa do consumidor trata de forma mais abrangente sobre o tema, pois aplica a Desconsideração da Personalidade Jurídica frente ao simples inadimplemento ou abuso de poder, por este motivo diz-se, teoria menor da desconsideração.

Todo o tema foi abordado sobre o âmago do instituto da intervenção de terceiro, expondo-se suas espécies e detalhando melhor sobre o foco do estudo, isto é, a Desconsideração da Personalidade Jurídica, da qual se mostrou, entre outros aspectos: Os legítimos para proposição; as fases do processo em que pode ocorrer, bem como seus efeitos. O trabalho contém informações básicas sobre o tema supracitado, podendo servir como auxílio para a realização de novos estudos acadêmicos, além de poder ser útil no dia a dia dos seus leitores em geral e, em especial, àqueles que operacionalizam o direito.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Luan Madson Lada. **A desconsideração da personalidade jurídica no CDC**. 2017. Disponível em: <https://www.megajuridico.com/desconsideracao-personalidade-juridica-cdc/>. Acesso em 15 de nov. 2019

Associação Brasileira de Advogados. **Conceito e classificação das pessoas jurídicas**. 2014. Site JusBrasil Disponível em: <https://aba.jusbrasil.com.br/noticias/176597777/conceito-e-classificacao-das-pessoas-juridicas>. Acesso em 16 de nov. 2019.

BANDEIRA, Alene. **A luz do artigo 50 do Código Civil, quais são os requisitos indispensáveis para a desconsideração da personalidade jurídica?** 2008. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/103164/a-luz-do-artigo-50-do-codigo-civil-quais-sao-os-requisitos-indispensaveis-para-a-desconsideracao-da-personalidade-juridica-alene-bandeira>. Acesso em 15 de nov. de 2019.

BRASIL, Código Civil, lei n o 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

BRASIL, Consolidação das Leis de Trabalho, **decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

BRASIL, Código de Defesa do Consumidor, **lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

BRASIL, Código de Processo Civil, l**ei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

COELHO, Fabio Ulhôa. **Curso de Direito Comercial**: Sociedades. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil Brasileiro**. V.1, 18 Ed, Saraiva: São Paulo, 2002.

DONIZETTI, Elpídio. **Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (Arts. 133 a 137, Novo CPC)**. 2016. Disponível em: <https://portalied.jusbrasil.com.br/artigos/349556828/incidente-de-desconsideracao-da-personalidade-juridica-arts-133-a-137-novo-cpc>. Acesso em 15 de nov. de 2019.

LEAL, Alanna Santos e Ronan**. As novas regras para desconsideração da personalidade jurídica após a conversão da MP da liberdade econômica na lei 13.874/19**. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI314969,31047-As+novas+regras+para+desconsideracao+da+personalidade+juridica+apos>. Acesso em 18 de nov. de 2019.

ROSA, Douglas Ferreira. **Pessoa jurídica; dos bens; do negócio jurídico; da prescrição e da decadência**. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64551/pessoa-juridica-dos-bens-do-negocio-juridico-da-prescricao-e-da-decadencia>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

SANTOS, Maxwel Gomes dos. **A Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código Civil de 2002**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7047>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

STARLING, Frederico. **Desconsideração inversa da personalidade jurídica**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41652/desconsideracao-inversa-da-personalidade-juridica>. Acesso em 21 de nov. de 2019.

TARTUCE, Flávio. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2016.

TJMG. **Agravo de Instrumento-Cv 1.0701.09.266185-2/002 0683872-65.2016.8.13.0000**. Des.(a) Kildare Carvalho. 16ª Câmara Cível. Publicado em 27/03/2017.

BREVE ANÁLISE DA MULHER COMO SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO

BRIEF ANALYSIS OF WOMEN AS THE UNVERSAL SUBJECT OF FEMINISM

BREVE ANÁLISIS DE LA MUJER COMO SUJEITO UNIVERSAL DEL FEMINISMO

Viviane Santos de Sá e SOUZA[11]

RESUMO

O movimento feminista deixou de ter o direito da mulher como foco? Alvo de questionamentos sobre seu propósito, em razão do surgimento de diversas bandeiras de luta, o feminismo tem gerado discussões sobre sua legitimidade, dividindo opiniões no campo das ideias atualmente a respeito da contribuição que apresenta ao cenário social. Este artigo tem a finalidade de abordar alguns aspectos desse tema, sem a pretensão de aprofundamento. Para tanto, analisou trabalhos científicos realizados por estudiosos do movimento feminista, perpassando por sua evolução desde o seu surgimento. A metodologia utilizada consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo de contribuir na formação de visão crítica, isenta de ideologia ou paixões de qualquer natureza.

Palavras-chave: Feminismo – foco do movimento – sujeito central – mulher

ABSTRACT

Has the feminist movement stopped focusing on women's rights? Subject to questions about its purpose, due to the emergence of several struggle flags, feminism has generated discussions about its legitimacy, dividing opinions in the current field of ideas regarding the contribution it presents to the social scenario. This article aims to address some aspects of this theme, without the pretense of deepening it. To do so, it analyzed scientific works carried out by scholars of the feminist movement, going through its evolution since its inception. The methodology used consists of research of an applied nature, with a hypothetical-deductive and qualitative approach, with the descriptive

[11] Mestrado em Sociedade Democrática, Estado e Direito, UPV/2019, Espanha. Especialização em Processo Civil – UNP/2006. Graduação em Direito - UFRN/2000, Docente Universitária e Membro do Colegiado do Curso de Direito do Centro Universitário Natalense, **(**E-mail: vivianedesaesouza@gmail.com).

objective of contributing to the formation of a critical view, free of ideology or passions of any kind.

Keywords: Feminism – focus of the movement – central subject – woman

RESUMEN
¿Ha dejado el movimiento feminista de centrarse en los derechos de las mujeres? Sujeto a cuestionamientos sobre su finalidad, debido al surgimiento de varias banderas de lucha, el feminismo ha generado discusiones sobre su legitimidad, dividiendo opiniones en el campo actual de ideas respecto al aporte que presenta al escenario social. Este artículo tiene como objetivo abordar algunos aspectos de este tema, sin la pretensión de profundizar en él. Para ello analizó trabajos científicos realizados por estudiosas del movimiento feminista, recorriendo su evolución desde sus inicios. La metodología utilizada consiste en una investigación de carácter aplicado, con enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con el objetivo descriptivo de contribuir a la formación de una mirada crítica, libre de ideologías o pasiones de cualquier tipo.

Palabras claves: Feminismo – foco del movimiento – sujeto central – mujer

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como indagação central se as diversas questões tratadas pelo feminismo comprometem a mulher no papel de sujeito central e universal deste movimento. O princípio de isonomia defende que deve ser dado tratamento igualitário aos iguais e desigual aos desiguais, o que é a base do movimento feminista.

Desde o reconhecimento do Feminismo como movimento para reivindicação de direitos femininos, surgiram bandeiras de lutas impulsionadas pelas mudanças sociais que o passar do tempo acarreta. Os estudiosos do tema dividem o movimento em Ondas Feministas, tendo por base critérios cronológicos, sendo na Segunda Onda o surgimento do chamado Feminismo Identitário, onde as distintas características entre as mulheres impulsionaram a descentralização de um movimento universal.

Apresentaremos uma análise perfunctória que expõe a crítica sobre a diversidade de questões tratadas pelo feminismo que comprometem a mulher como sujeito universal dos movimentos de emancipação. Não temos a pretensão de esgotar o tema, pois ao que

parece com o advento de uma nova percepção política do que é o sujeito universal do movimento ainda importará em inúmeras discussões.

A metodologia consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa.

SURGIMENTO DO FEMINISMO IDENTITÁRIO

Ao que tudo indica nasceu na Segunda Onda Feminista, caracterizando-se pelo reconhecimento da diferença entre homens e mulheres. Divergia da Primeira Onda que se caracterizou pela busca por igualdade de direitos, sem considerar a desigualdade de gênero.

O objetivo principal da Segunda Onda era a igualdade de direitos reconhecendo que homens e mulheres são de diferentes gêneros, com distintas necessidades e particularidades, aderindo ao conceito de que isonomia é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades.

Segundo José Maria Duarte Cruz e José Baltazar García-Horta[12], a Segunda Onda foi, em muitos sentidos, uma resposta contra o feminismo da Primeira Onda que não reconhecia a diferença entre homens e mulheres, os autores citam o texto escrito por Betty Friedan denominado de "A Segunda Fase":

> "En un primer momento, la lucha estaba centrada a conseguir participación total, poder y voz activa de las mujeres en procesos políticos, sociales, laborales, sexuales y reproductivos etc. En ese sentido el primer estado está logrado. Ahora viene el segundo estado, en el que se vislumbra a las mujeres dentro de una familia y trabajo. Este segundo estado no es una lucha contra los hombres. Se debe poner atención en aspectos como la división de responsabilidades en relación a los hijos y al trabajo doméstico. El feminismo de este segundo estado debe enfrentarse a la familia con una actitud diferente

[12] Duarte Cruz, J. M. y García-Horta, J. B. (2016). Igualdad, Equidad de Género y Feminismo, una mirada histórica a la conquista de los derechos de las mujeres. Revista CS, no. 18, pp. 107-158. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi. Pág. 26

> y adaptarse a la revolución moderna, con una mirada de equiparación de derechos y responsabilidades para ambos sexos (Friedan, 2000)13".

A diferença observada entre a Primeira e Segunda Onda é que nesta o movimento não se restringiu ao gênero. Entre as mulheres foram identificadas distintas peculiaridades que conduziam a focos de lutas diferenciados. A diversidade de orientação sexual, religiosa, social, cultural, racial, remete a interesses distintos em alguns aspectos na busca pelo reconhecimento de direitos, muito embora, exista em comum à todas as mulheres a utilização do homem como parâmetro concreto de desigualdade de direitos.

É fato que a diversidade existente entre as mulheres compromete que o Feminismo ofereça uma perspectiva única. O interesse de uma mulher branca, que teve acesso à educação, não é o mesmo da mulher negra da periferia. Assim como as reivindicações de mulheres brasileiras diferem das mulheres tibetanas e assim por diante, o que sugere uma relativização a partir do contexto.

A questão que pode surgir é se a existência de várias identidades do Feminismo pode levar ao entendimento de que o direito buscado é relativo às suas autoras e ao seu cenário ou se os objetivos finais de direitos humanos e igualdade são universais.

Adele Wilde-Blavatsky14, fala sobre a o Feminismo Identitário abordando as diferenças de identidade do Feminismo e defendendo que se trata de uma luta comum às mulheres. No seu texto, cita uma mensagem que o 14º Dalai Lama ensina15.

> "Lo importante es encontrar los puntos comunes entre las religiones y por tanto las culturas, identificando las morales comunes que pueden unirnos a todos. El multiculturalismo, pues, no consiste tanto en la celebración de las diferencias, sino en subrayar las similitudes."

Os contextos culturais são relevantes em qualquer processo de busca por direitos. Dessa forma, é prudente analisar as teorias delimitadamente, isto é,

---

[13] Apud Duarte Cruz, J. M. y García-Horta, J.B.

[14] Escritora, poeta e filósofa, especializada em língua e filosofia budista tibetana. Desenvolve atividade para uma organização de direitos humanos tibetana na Índia.

[15] WILDE-BLAVATSKY. Adele. http://www.butterfliesandwheels.org/2016/why-identity-feminism-divides-rather-than-conquers/

considerando as fronteiras geográficas e, mesmo dentro de um mesmo Estado de direito, também as diferenças entre os grupos, pois estas refletem diretamente nos seus anseios e no que acreditam ser suas necessidades. Com isso, é inegável que não haverá uma padronização teórica universal sobre direitos, sobretudo, quando diz respeito aos direitos das mulheres.

Corrobora com essa "relativização" Judith Butler, segundo Olga Carrera e Isabel Ibarra[16], quando defende que as teorias têm um alcance limitado a fronteiras contextuais.

> "A diferença entre Judith Butler e outras feministas é sua contextualização dos conceitos feministas, sem em nenhum momento ter a pretensão de colocar sua teoria como válida para qualquer contexto espacial ou temporal. Para ela um dos graves erros das feministas ocidentais radica na sua ambição de ir além de suas fronteiras contextuais, quando, de fato, suas teorias têm um alcance limitado. Ela se preocupou, inclusive, com a noção de patriarcado e sua conversão num conceito universal que poderia suprimir ou restringir articulações claras de assimetria entre gêneros, em diferentes contextos culturais. Para concluir este aspecto, a autora não apenas desconstrói a teoria ocidental, mas delimita seu uso ao espaço cultural do Ocidente".

ANÁLISE SOBRE O SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO

As diversas vertentes da teoria feminista têm em comum a subordinação feminina, independentemente do tempo e espaço o que, para muitos, não é o bastante para legitimar a mulher como sujeito universal. É sabido que na luta por emancipação é preciso definir o sujeito ativo, no entanto, a agregação de outras bandeiras de luta correlatas não deve ser encarada como enfraquecimento da causa, pois são partes integrantes. No entanto, inegável que a abrangência de vertentes possa conduzir à revisitação da definição do objetivo central, o direito da mulher.

Ao adentrarmos na discussão sobre a Teoria de Gênero17, também agregada à pauta de direitos buscados pelas feministas, nos deparamos com severas críticas sobre a

[16] Apud CABRERA, Olga; IBARRA, Isabel. Stuart Hall: processos culturais identitários, as teorias feministas e a emergência da questão racial. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 56, out. 2016. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/26647>. Acesso em: 28 dez. 2018.

designação da mulher como sujeito universal da Teoria Feminista. A Teoria de Gênero, para muitos, é considerada como a virada epistemológica do feminismo que passou dos estudos sobre a mulher para os estudos de gênero, conforme defende Lia Machado[18].

Segundo MACHADO, a Teoria de Gênero traz um novo paradigma teórico, político e metodológico, três novos pilares são levantados: i) uma ruptura radical proposta pela noção biológica de sexo e cultural de gênero; ii) o privilegiamento metodológico das relações de gênero em relação a qualquer substancialidade do feminino e do masculino; que iii) a afirmação da transversalidade de gênero, ou seja, de que gênero está presente e produz impactos nos mais diversos campos da vida social.

Cumpre ressaltar que não é nossa pretensão adentrar na discussão sobre a Teoria de Gênero, sua menção tem o propósito de demonstrar a existência de diversas bandeiras na luta das feministas o que, como já dissemos, para muitos, compromete o foco da mulher como sujeito universal do movimento feminista na medida que agrega outras causas.

A existência de vários vetores do Feminismo, muito embora ao primeiro olhar possa levar ao entendimento de que pode não ter a mulher como o centro, encontram um ponto em comum, a vulnerabilidade naturalmente existente da mulher em relação ao homem nas diversas formas que o feminismo se apresenta, ou seja, a mulher negra sofre mais opressão do que o homem negro em razão do racismo, tomando por exemplo o vetor do feminismo da Mulher Negra.

É inegável que a existência de categorias sociais que as pessoas são agrupadas têm impactos relevantes nas oportunidades que surgem na vida das pessoas, conforme menciona em seu artigo Luana Simões Pinheiro[19], de modo que o feminismo identitário, atualmente, é substituído pela solidariedade entre as diferenças de grupos sociais. A autora cita Judith Butler que defende essa substituição para abranger pessoas

[17] Segundo esta teoria gênero é um conceito eminentemente político que enfatiza o caráter social da distinção entre homens e mulheres, dissociado do conceito biológico.
[18] MACHADO, Lia Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
[19] PINHEIRO, Luana Simões. Texto para Discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

excluídas por apresentarem características que as diferenciem do seu exterior constitutivo.

Supor a existência de uma categoria universal de mulheres que seria preenchida conforme seu contexto social, sua raça, idade, sexualidade seria impossível, o que sugere que o feminismo identitário possa estar superado, pois a produção de universalidade do sujeito terá como base a determinação de aspectos de definição que, por si só, caracteriza a existência de um poder de dominação, o que vai de encontro ao objetivo final que é a inclusão em prol da igualdade.

É certo que essa alteração do sujeito do feminismo implicou em críticas no sentido de que não há uma verdade histórica de opressão universal à mulher. Essa nova visão pode ser vista como perigosa ao insurgir a possibilidade de o feminismo ser visto como uma teoria que não tem a mulher como alvo dos direitos reivindicados.

CONCLUSÃO

O Feminismo contemporâneo não encontra fácil definição, trata-se de um movimento político, social, ideológico que abrange inúmeras bandeiras de lutas que têm em comum a inclusão social. A mulher, sem dúvidas, desde a pré-história tem sofrido submissão em relação ao homem.

Ao longo da história da humanidade, independentemente da classe que a mulher estivesse inserida, ao ser comparada com os homens, sempre estiveram em posição de submissão. Infelizmente, trata-se de uma verdade universal, como afirma o escritor brasileiro, Olavo de Carvalho, crítico do movimento feminista, legítimo representante da direita conservadora brasileira que, ao tratar do tema reconhece essa verdade, ao afirmar que “as mulheres sempre foram exploradas pelos homens. Se há uma verdade que ninguém põe em dúvida, é essa”[20].

[20] CARVALHO, Olavo. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota/organização Felipe Moura Brasil – 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Pois bem, a resistência de reconhecer a isonomia buscada pelas mulheres ocorre, inclusive, na crítica ao movimento feminista. Com o surgimento do feminismo identitário, que reconhece a diversidade existente entre as mulheres e a necessidade de ramificação das pautas feministas, vieram também severas críticas à existência de uma verdade universal de sujeição da mulher e consequentemente de legitimidade do próprio movimento.

Premissa básica de toda isonomia não é uma pura igualdade formal, a igualdade acontece na sua essência quando adapta a norma às diferenças, ou seja, quando ocorre materialmente.

O que defendemos é que não deslegitima o pleito de reconhecimento de direitos femininos o fato de agregar uma agenda de repúdio à discriminação racial, por exemplo. Tampouco, se tratarmos também de questões religiosas, de orientação sexual e outros temas que gerem exclusão social, pois todas têm um pano de fundo em comum, a submissão feminina. Ao nosso ver, os diversos vetores que podem classificar as mulheres apenas reforçam o direito das mulheres, no entanto, alarga o foco do movimento Feminista. O foco alargado ainda é foco? É uma indagação relevante, ao nosso ver.

Com o advento da concepção de sujeito do movimento a solidariedade veio com ainda mais reforço críticas no sentido de deslegitimar o Feminismo. O fato é que, independentemente do grupo que o ser humano estiver inserido, a mulher em alto grau de probabilidade está em situação diferenciada e desvantajosa.

É certo que a abrangência do movimento feminista poderá levar a descentralizar as questões do aspecto mulher, comprometendo seu papel como núcleo do movimento, a colocando apenas parte integrante. É preciso reconhecer que a desigualdade que a mulher é submetida não é um problema da mulher, mas de toda sociedade. Na medida que o movimento agrega bandeiras de grupos vulneráveis por diversas questões enfraquece o objetivo do movimento feminista.

A identidade do movimento feminista está comprometida em razão do exposto e consequentemente as discussões se arregimentam no sentido de deslegitimá-lo. Na pauta conservadora dos costumes o feminismo se transformou em alvo de duras críticas. No mundo real impossível discordar que a mulher ainda vive em situação de vulnerabilidade em diversos aspectos, talvez precisemos repensar o formato do movimento. Ousamos pensar que poderia o feminismo passar por uma reestruturação a fim de ter o objetivo direcionado à igualdade entre homens e mulheres no âmbito dos direitos civis, resgatando seu formato original verificado na Primeira Onda sem, contudo, comprometer o avanço que o movimento atual conquistou. E como se daria?

Pois bem, o formato do atual feminismo adotaria outra nomenclatura, tendo por finalidade a busca da defesa de direitos de pautas identitárias de grupos vulneráveis de forma mais ampla. De modo que, o feminismo teria a mulher como sujeito central do movimento.

REFERÊNCIAS

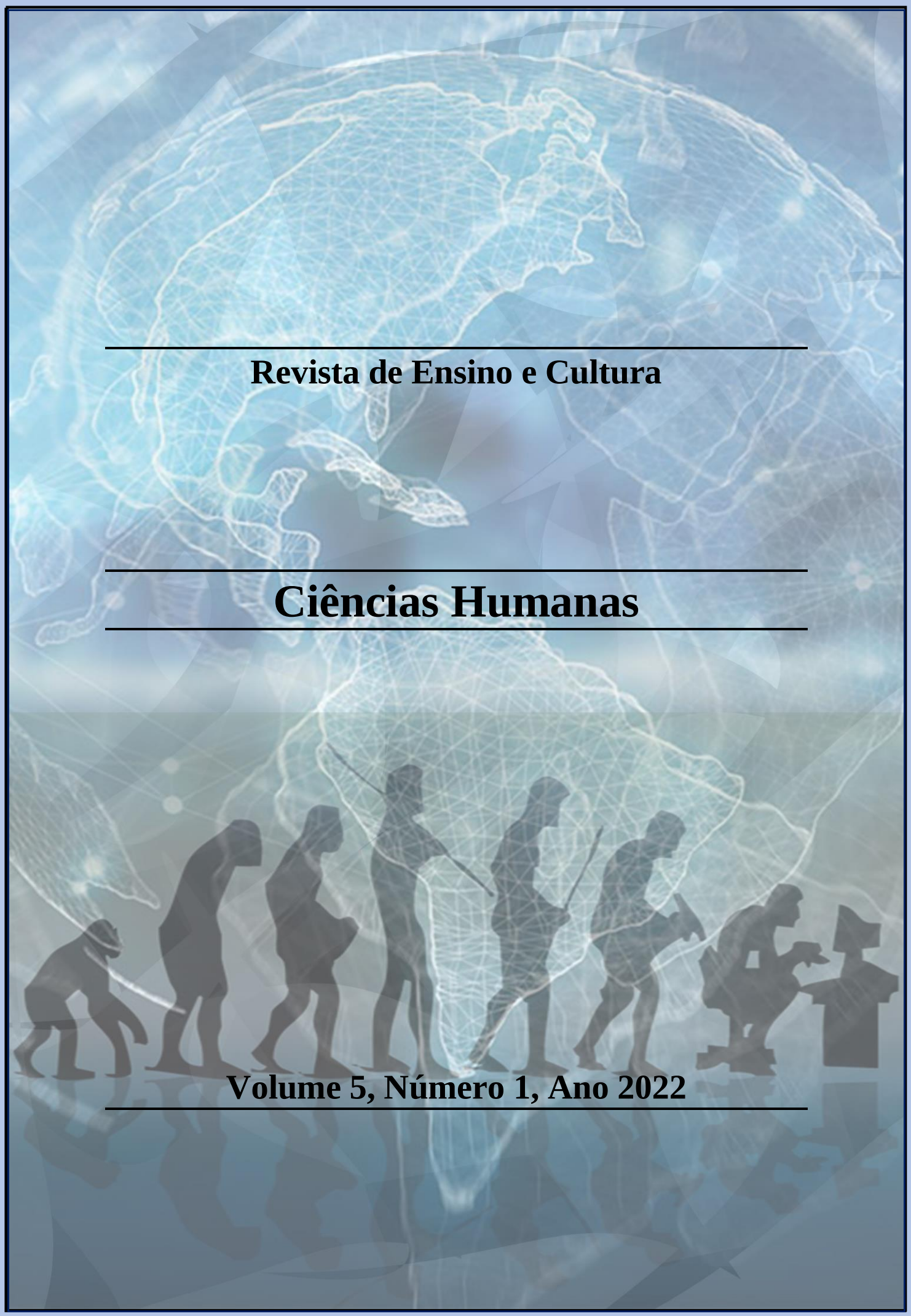
CABRERA, Olga; IBARRA, Isabel. Stuart Hall: processos culturais identitários, as teorias feministas e a emergência da questão racial. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 56, out. 2016. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/26647>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CARVALHO, Olavo. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**/organização Felipe Moura Brasil – 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018, pág. 497.

DUARTE CRUZ, J. M. y GARCÍA-HORTA, J. B. (2016). Igualdad, Equidad de Género y Feminismo, una mirada histórica a la conquista de los derechos de las mujeres. **Revista CS**, no. 18, pp. 107-158. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n18/n18a06.pdf>. Acesso em 27 dez. 2018.

PINHEIRO, Luana Simões. **Texto para Discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6864/1/TD_2210.pdf>. Acesso em 30 dez. 2018.

WILDE-BLAVATSKY. Adele. <http://www.butterfliesandwheels.org/2016/why-identity-feminism-divides-rather-than-conquers/>. Acesso em 27 dez. 2018.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências Humanas

Volume 5, Número 1, Ano 2022

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM UMA INSTITUIÇÃO MILITAR

TRAINING AND COMPETENCE DEVELOPMENT IN A MILITARY INSTITUTION

FORMACIÓN Y DESARROLLO DE COMPETENCIAS EN UNA INSTITUCIÓN MILITAR

Gabriel Gonçalves de SOUZA[21]
Jorge Ítalo Macêdo Prudêncio de LIMA[22]
Gessica Fabiely FONSECA[23]
Max Leandro de Araújo BRITO[24]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar a relação entre capacitação e desenvolvimento de compências em um esquadrão de voo. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo. O local de pesquisa é uma organização da Força Aérea Brasileira (esquadrão de voo) localizada na Base Aérea de Natal (Rio Grande do Norte), e o público é composto por oficiais comissionados, aviadores, deste esquadrão, classificados como Tenentes, todos formados pela Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), correspondendo a cerca de dois terços de todos os militares do esquadrão. A escolha dos participantes foi por conveniência. A técnica de coleta de dados foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a análise de dados foi realizada com quadros

[21] Mestrado em Administração – UFRN/2021. Especialização em Segurança da Aviação e Aeronavegabilidade Continuada – ITA/2021. Especialização em MBA Executivo em Gestão de Pessoas – UNP/2020. Especialização em Gestão em Segurança de Voo – UNYLEYA/2019. Graduação em Ciências Aeronáuticas – AFA/2015. Graduação em Administração – AFA/2015. (E-mail: gabrielsouza_91@hotmail.com).

[22] Mestrado em Administração – UFRN/2022. Graduação em Administração – UFRN/2018. (E-mail: jorge_italo_@outlook.com).

[23] Doutorado em Educação – UFRN/2016. Mestrado em Educação – UFRN/2015. Graduação em Pedagogia – UFRN/2012. É professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd/UFRN). (E-mail: gessicafabiely@hotmail.com).

[24] Doutorado em Educação – UFRN/2021. Doutorado em Energia – UFABC/2014. Mestrado em Administração – UFRN/2012. Graduação em Biologia – CLARETIANO/2018. Graduação em Administração – UFRN/2010. É professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e atua como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFRN). (E-mail: maxlabrito@gmail.com).

de categorização. Dentre os resultados, os entrevistados relacionam competências e capacitações exigidas com a experiência pessoal, deixando recomendações aos futuros soldados sobre como gerir seu setor. Por fim, o estudo conclui que a relação entre capacitação e desenvolvimento de compências existe, uma vez que os militares que receberam treinamento específico, desenvolvem competências, em termos de conhecimento e habilidades, mais rapidamente.

Palavras-chave: Gestão pública; Aprendizagem; Força Aérea Brasileira.

ABSTRACT

This study aims to identify the relationship between training and development of skills in a flight squadron. Methodologically, this is a qualitative study. The *locus* of research is an organization of the Brazilian Air Force (flight squadron) located at Base Aérea de Natal (Rio Grande do Norte), and the public is composed of commissioned officers, aviators, of this squadron, classified as Lieutenants, all graduated from the Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), corresponding to about two thirds of all the soldiers in the squadron. The choice of participants was for convenience. The data collection technique was the application of semi-structured interviews and data analysis was performed with categorization charts. Among the results, the interviewees relate required skills and capabilities with personal experience, leaving recommendations to future soldiers on how to manage their sector. Finally, the study concludes that there is a relationship between training and the development of skills, since military personnel who have received specific training develop skills, in terms of knowledge and abilities, more quickly.

Keywords: Public management; Learning; Brazilian air force.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo identificar la relación entre el entrenamiento y el desarrollo de habilidades en un escuadrón de vuelo. Metodológicamente, se trata de un estudio cualitativo. El sitio de investigación es una organización de la Fuerza Aérea Brasileña (escuadrilla de vuelo) ubicada en la Base Aérea de Natal (Rio Grande do Norte), y el público está compuesto por oficiales comisionados, aviadores, de esa escuadra, clasificados como tenientes, todos formados por Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), correspondiente a aproximadamente dos tercios de todo el personal militar del escuadrón. La elección de los participantes fue por conveniencia. La técnica de recolección de datos fue la aplicación de entrevistas semiestructuradas y el análisis de datos se realizó con fichas de categorización. Entre los resultados, los entrevistados relacionan las habilidades y capacidades requeridas con la experiencia personal, dejando recomendaciones a los futuros soldados sobre cómo gestionar su sector. Finalmente, el estudio concluye que existe una relación entre la formación y el desarrollo de

habilidades, ya que los militares que han recibido una formación específica desarrollan habilidades, en cuanto a conocimientos y habilidades, con mayor rapidez.

Palabras-clave: Gestión pública; Aprendizaje; Fuerza Aérea Brasileña.

INTRODUÇÃO

A sociedade exige que os tomadores de decisão tenham um olhar amplo e, ao mesmo tempo, conscientes de possíveis vantagens cruciais para suas organizações. Uma delas são as competências organizacionais e individuais, sinalizadoras de pontos fortes e lacunas, permitindo uma medida mais fácil da evolução do desempenho (MCCLELLAND, 1973).

O estudo de princípios pré-estabelecidos pode contribuir para a identificação das variáveis de competência e seus desdobramentos para o desempenho profissional. Entre os mais importantes, a identificação de pensamentos e atitudes presentes em profissionais de sucesso (MCCLELLAND; SPENCER, 1990). Dessa forma, é possível identificar que foi estabelecida uma distinção entre conhecimentos, medidos por notas e atitudes, localizadas como ações que culminaram no sucesso.

No contexto brasileiro, voltando a atenção para o ambiente militar (considerado um setor federal de segurança pública), observa-se que as organizações, em geral, denotam essa mesma preocupação. Conforme explicado na Lei nº 6.880, de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), o aperfeiçoamento técnico e profissional é uma das manifestações essenciais do valor militar (BRASIL, 1980). A capacitação é considerada, pela organização, como um diferencial.

Observar uma organização militar brasileira, especificamente, um setor específico (esquadrão de voo), que contenha, naturalmente, características de satisfações individuais através de seus processos de execução de tarefas, e, simultaneamente, responsabilidades administrativas, é necessário para analisar o desenvolvimento de competências. A instituição militar como parte de um setor público, e a organização do planejamento visando as melhores competências em seus profissionais, pode resultar,

mais rapidamente, em profissionais qualificados para as demandas específicas do seu local de trabalho .

Em um primeiro momento, pode-se considerar que há planejamento para implementar esse método em toda a organização, porém, a "trilha de capacitação" é focada apenas para comissionados além do posto de capitão (BRASIL, 2019b), e para alcançar esse posto, é exigido, pelo menos, 8 anos de serviço. Além disso, esta força armada tem muitos militares em fileiras mais baixas. Desde 7 a 30 anos de serviço, esses profissionais se dedicaram a entregar um grande desempenho dentro das condições proporcionadas. O esquadrão de voo deste estudo, por exemplo, tem menos de 10% de seus militares em condições para cumprir a "trilha de capacitação". A maioria deles (mais de três quartos) são tenentes. E, por causa disso, o grupo será o analisado, considerando que os tenentes não são o foco da gestão desse tipo de competência. E, essa categoria, que pode servir até 7 anos nessa organização, está fora da "trilha de capacitação" até o sétimo ano, que é, também, o tempo obrigatório para sair desse esquadrão, deixando, assim, um grupo sem um plano de capacitação específico.

É possível considerar, assim, que o gerente de organização (comandante do esquadrão) use, em sua administração, a gestão de competências via tentativa e erro, justamente porque a ausência de uma gestão intelectual/competência capital estabelecida aos seus profissionais. Nesse processo, existem grandes chances de perder um profissional no lugar mais apto, possivelmente submetendo-os, no último caso, a uma perda de motivação e desempenho em suas tarefas, enquanto, com sua implementação, haverá um instrumento adicional para motivá-los (BEECK; HONDEGHEM, 2010).

A própria organização entende que, como a missão do esquadrão é receber jovens oficiais do esquadrão de formação básica, tem que melhorar as táticas e técnicas deles, em termos de voo. Nesse ponto de vista, é possível observar um forte planejamento de capacitação, destinado a melhorar essas habilidades. No entanto, os voos são apenas parte da rotina. Esses oficiais são, também, administradores públicos e, como tal, devem mirar a melhor gestão dos recursos públicos (desde monetários,

materiais ou humanos). Não se pode esquecer que esses oficiais, também, serão os futuros comandantes da organização, sendo necessário, assim, cada vez mais ampliar o experiência administrativa e processual.

Aos poucos, o contexto apresenta uma perspectiva evolutiva: Planos estratégicos, documentos normativos, conversão para aulas a distância para atingir um público mais amplo, tudo isso é um esforço conjunto para melhorar a capacitação de seus profissionais. No entanto, essas ações não são capazes de alcançar, de forma personalizada, o esquadrão de voo.

Por fim, o presente estudo tem como objetivo identificar a relação entre capacitação e desenvolvimento de compências em um esquadrão de voo.

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NO AMBIENTE MILITAR

Antes de elaborar um modelo específico para aplicar a gestão das competências, ele deve existir um desenvolvimento adequado na organização. Silva e Mello (2013) afirmam a necessidade de alinhar estratégias, visando diferenciação diante de outras instituições, permitindo uma melhor compreensão do porquê certas ações devem ser tomadas, além de demonstrar maior autonomia por parte da administração pública.

Nesse contexto, Souza (2004), bem como Beeck e Hondeghem (2010) revelam algumas implantações para viabilizar a implementação da gestão de competências públicas. Alguns exemplos são: normatizar a política de capacitação da gestão de competências, definir perfis de liderança, desenhar uma estrutura de escritórios mais ampla, agrupando-os em eixos de conhecimento e evolução profissional, uso mais forte de informações por meio da gestão de pessoas e fomento aos gestores de pessoas de desenvolvimento. O benefício de investir em Capital Intelectual (CI) em organizações é certo porque, como mencionado por Asiaei, Jusoh e Bontis (2018), é possível melhorar os métodos para medir o desempenho, levando-os a métodos mais interativos. Também

pode-se inferir que o CI investe permite um prognóstico positivo em relação aos resultados da empresa (VELOSO, 2017).

Uma característica que deve ser sempre destacada é que, mesmo que os setores públicos trabalhem predominantemente ativos intangíveis, eles possam agregar valor real à sua organização. No entanto, de acordo com Bontis *et al.*(1999), essa mesma característica pode ser identificada como um obstáculo à sua medição. Como não é tangível, o CI torna-se difícil de medir, pois também é volátil e subjetivo e pode variar dependendo da referência observacional, e significa que os gestores correm o risco de 'esquecer' que o conhecimento e os outros ativos intangíveis e a tomada de decisões no longo prazo podem se mostrar prejudiciais para o estoque de ativos intangíveis da empresa (BONTIS *et al*., 1999).

Além disso, é um recurso, mesmo que adquirido, pode ser inconstante quando a permanência de sua fonte na empresa não é garantida. E por essa razão, também deve haver um esforço para ter ferramentas organizacionais de verificação de CI. Doyle e O'Connor (2013) também citam algumas maneiras de observá-lo: a capacidade do indivíduo de aplicar conhecimento, inovar e transformar ideias em produtos, serviços ou processos são alguns exemplos. Assim, o CI pode ser, somado a processos organizacionais ou em sistemas específicos da organização, por meio de sua aplicação pelos indivíduos que a possuem (SANTOS; ACOSTA, 2016; MALAVSKI; LIMA; COSTA, 2010).

Segundo Santos e Acosta (2016), existem algumas classificações que podem ser teoricamente estabelecidas sobre o tema, que podem ser divididas em capital estrutural (software desenvolvido, banco de dados produzido, marcas registradas, relacionamentos estabelecidos com clientes, entre outros), e capital humano, formado pelo conhecimento, habilidade e capacidade de inovar de seus profissionais. No contexto público, o Decreto nº 9.991 (BRASIL, 2019a) trata da administração pública federal, estabelecendo critérios, responsabilidades e, segundo Silva e Mello (2013), fixando meta estratégica: promover o desenvolvimento dos servidores públicos por meio de competências necessarias para alcançar a excelência nos órgãos federais.

MÉTODOS

O estudo consiste em uma abordagem dedutiva, iniciada pela teoria geral e leis sobre o tema, para aplicar neste estudo em particular (LAKATOS; LAKATOS, 2010). Consiste, também, em uma pesquisa aplicada, trazendo conhecimento disponível para resolver um problema, e visando, também, uma melhor compreensão do problema (LAVILLE, DIONNE, 1999).

A pesquisa pode ser considerado exploratória, ns delimitação e explicitação do problema a ser investigado (GIL, 2009). Buscamos uma maior compreensão do papel dos militares em um esquadrão de voo, considerando a preparação profissional para o exercício de suas respectivas funções. O tratamento dos dados caracteriza o estudo como qualitativo, considerando a busca de explicações densas acerca de sentidos, significados e características do fenômeno estudado (OLIVEIRA, 2016).

O local de pesquisa é uma organização da Força Aérea Brasileira (esquadrão de voo) localizada na Base Aérea de Natal (Rio Grande do Norte), e o público é composto por oficiais comissionados, aviadores, deste esquadrão, classificados como Tenentes, todos formados pela Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), correspondendo a cerca de dois terços de todos os militares do esquadrão. A escolha dos participantes foi por conveniência, sendo quinze oficiais entrevistados.

A técnica de coleta de dados foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas, nas quais os tenentes responderam aos tópicos pré-estabelecidos, com o acréscimo, se aplicável, de perguntas decorrentes das respostas dadas pelos entrevistados. A análise qualitativa foi realizada com quadros de categorização para organizar os dados a partir de entrevistas semiestruturadas. A análise qualitativa com quadros de categorização é uma técnica recente de análise de dados, presente no trabalho de Nascimento e Brito (2020). A análise qualitativa com quadros de categorização está localizada na interface entre a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e a Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2016).

Os benefícios decorrentes do estudo são uma comparação com organizações com características semelhantes, como outros esquadrões de voo da Força Aérea da mesma categoria que o analisado, em termos de competências, bem como a possibilidade de serem utilizados como ponto de partida para estudos subsequentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro tópico da entrevista analisou a capacidade dos entrevistados de identificar na autoavaliação os tipos de gestão administrativa e os conhecimentos adquiridos (ou perfil profissional) durante suas nomeações (Quadro 1).

Quadro 1: Relação entre o desempenho nas funções e a capacitação fornecida

Significados	Respostas
Sem capacitação. Basear-se em experiências pessoais.	Formação ampla. O desempenho em si é desenvolvido no Dia a Dia. (Entrevistado 1)-
	Ela (a instituição) nos submete a trabalhar "por conta própria", e aqueles que a tornam melhor, naturalmente, se destacarão, embora não nos preparem administrativamente, não acredito que estava preparado para o meu papel real. (Entrevista 3)
	Foi auto-experiência. Experiência no esquadrão, querendo aprender sozinho. Eu não tinha um curso para o que eu faço hoje. (Entrevista 5)
	Não havia treinamento específico para aplicar meu papel. E eu acho que a única coisa que me faz nesta posição é a experiência atual. (Entrevista 9)
Preparei as atitudes em relação à rotina.	[...] respondendo à pergunta sobre esta função específica: Não, eu não fui treinado. Mas nós oficiais não somos treinados para todas as funções administrativas que vamos desempenhar. [...]. Porque entende-se que no curso da Academia da Força Aérea, o oficial é treinado para assumir todas as funções que desempenhará durante sua carreira. (Entrevista 2)
Não há preparação prévia, mas o clima da organização satisfaz o suficiente	Eu me identifico muito e o clima organizacional é muito bom... É um reflexo do comando que estamos sob. (Entrevista 13)
Preparado com conhecimento adequado	É primordial que os militares tenham o curso, a capacitação, eu acho. Pela norma, também, meu escritório não pode ser exercido sem ele. Considerando [minha função] como muito delicada e específica, além da capacidade de exerí-la, tem que ter desejo, também, de estar aqui. (Entrevista 11)
Sem preparação. Acabei de escolher meu escritório	Eu sabia, mais ou menos, como era a estrutura de uma unidade aérea. Eu sabia do que se tratava a [seção]. Mas eu nunca participei de uma, nem tive qualquer atividade relacionada a ela. E escolhi o que achei mais adequado para mim. (Entrevista 12)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As respostas obtidas, como mostra o Quadro 1, variaram: parte dos funcionários relata que sua satisfação é, de fato, devido aos conhecimentos e habilidades adquiridos até agora, outra parte acredita que sua satisfação se deve apenas ao clima organizacional, e também, registros que indicam que os militares só tiveram a oportunidade de escolher e o fizeram.

A importância de analisar esse fato reside, por exemplo, no que Avona, Bigi e Bigi (2014) explicaram: se preocupar com a valorização através do desenvolvimento e reconhecimento ajudará na percepção do profissional sobre sua importância no meio organizacional, motivando os trabalhadores a transformar seus conhecimentos e habilidades em competências organizacionais. Além disso, os autores reforçam que esse entendimento por parte dos colaboradores é necessário, para que os profissionais percebam que, além de gerar ganhos para a organização, ela se beneficiará.

Além disso, a satisfação devido aos acordos organizacionais pode estar relacionado a seguinte hipótese: efeitos de liderança nas relações com os colaboradores e suas tarefas, inclusive percepções de eficácia e motivação intrínseca, pois, também, causam efeitos através da relação com a coletividade, aumentando a identificação com o grupo e o apego a ele (SHAMIR *et al*,1998).

O próximo tópico da entrevista analisou, do ponto de vista dos avaliados, a capacidade de identificar "lacunas organizacionais". Primeiro, questionou-se a capacidade de listar quais critérios, em termos de conhecimentos e habilidades em geral, utilizados para desempenhar as funções presentes em sua posição, levando-os a uma breve reflexão a fim de buscar requisitos reais no preenchimento de cargos na organização (Quadro 2).

Quadro 2: Competências e capacitações exigidas ao Escritório.

Significados	Respostas
Descrito documentamente	Você terá que ler o NPA da seção se você não tiver ninguém para explicar o "desenrolar": como funciona a continuidade, o que ele faz primeiro, o que ele faz depois, que depende de outra coisa, e tudo mais. (Entrevista 10)

Significados	Respostas
	Para ter conhecimento das plataformas utilizadas. E sobre competências, conhecimento da legislação da seção. (Entrevista 7)
	Se o oficial que vai recebê-lo [o escritório] tem conhecimento dessas legislações, ele vai ser capaz de administrar a seção, com calma. (Entrevista 2)
Conhecimento, habilidades e conceitos de atitude	É primordial que os militares tenham o curso, a capacitação, eu acho. Pela norma, também, meu escritório não pode ser exercido sem ele. Considerando [minha função] como muito delicada e específica, além da capacidade de exerí-la, tem que ter desejo, também, de estar aqui. (Entrevista 11)
	O fato de os processos mudarem muito, o fato de que as demandas aparecem diariamente. Muitas coisas não programadas acontecem. Então, o funcionário tem que ter esse "pensar nos seus pés", sabendo como gerenciá-lo [...]. (Entrevista 9)
	Ele deve ter persistência. Porque, na verdade, coletar dados de outros requer um pouco de paciência. Nem todos passam dados corretamente, na hora certa. (Entrevistado 5)
	Basicamente é isso: a pessoa tem que ser organizada, saber trabalhar bem em uma equipe, e ter aptidão para lidar com números (Entrevistado 15).
A experiência é primordial	Uma vez que você tem documentação e lê-lo, ele limpa sua mente e você começa o trabalho. [...] Além disso, pegar a experiência de quem já esteve lá antes, isso, para mim, é mais importante do que a documentação em si. (entrevista 4)
	[O que] realmente me preparou muito para o papel que estou desempenhando no esquadrão hoje, foi quando eu servi em um setor externo. Porque lá, eu podia ver o processo de forma mais ampla. E eu também tinha mais autonomia. (Entrevista 8)
Instruções formais, mas não disponíveis para todos.	[...] temos cursos em nossa FAB, certo? Eu acho que seria interessante, talvez, cada militar ser capaz de fazer esses cursos. Eu sei que cada vez fica um pouco mais difícil, para nós, fazer esses cursos fora [do nosso AFB] mas, com certeza, seria o ideal, certo? (Entrevista 13)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As respostas obtidas, conforme mostrado no Quadro 2, indicam que os entrevistados apresentam os critérios com base na experiência pessoal, deixando "recomendações" aos futuros soldados sobre como gerir seu setor. Os principais critérios apontados foram: documentos normativos sobre o funcionamento do setor; conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para funções específicas; e adquirir experiência prévia antes de assumir o setor, e, também, um outro obstáculo apontado: há mais demanda de pessoal para desempenhar funções administrativas do que oferecer treinamento formal (conhecimento e habilidades).

Os dados obtidos, juntos, estão em consonância com os achados das escolas americanas (BOYATZIS, 1982) e francesas (LE BOTERF, 1994). Em relação ao primeiro: os critérios se encaixam no conceito de competência, que é um conjunto de conhecimento-habilidades-atitudes que justificariam um melhor desempenho. Conforme explicado pela corrente americana, o conceito destaca a importância de alinhar competências com as necessidades organizacionais (FLEURY, FLEURY, 2001). Quanto ao aspecto francês, Le Boterf (1994) afirma que a competência é um cruzamento de três fatores: experiência profissional (presente nas respostas), formação educacional (citada como o que foi aprendido durante a formação e seus cursos complementares) e eixos pessoais (representados pela socialização).

O próximo tópico, visando complementar o anterior, busca um acervo mais detalhado, do ponto de vista do entrevistado, sobre como a gestão e o uso de competências são realizados durante o exercício do cargo e das funções. A divisão do o tema em duas questões distintas condicionadas à resposta à pergunta anterior: Se os critérios fossem observados na organização, seriam listados nesta resposta. Se a resposta fosse não, os entrevistados poderiam expressar percepções acerca da gestão dos escritórios (e sua distribuição) em seu esquadrão (Quadro 3).

Quadro 3: O desenvolvimento de competências para a Organização

Significados	Respostas
Experiência pessoal	[Eu os desenvolvi] com base na minha experiência e em escritórios que fui designado desde que me formei. Para recebê-lo [um setor], quase nunca fazemos um curso específico. (Entrevista 2)
	Experiência e experiência. Antes de me tornar chefe de escritório, fui oficial adjunto por um ano e meio, quase dois anos. E então eu tenho que olhar para ele e eu tentei trazê-lo para cima na minha nova posição. (Entrevista 9)
	Porque realmente, das aulas, de coisas assim, eu nunca tive. [Eu tinha] para descobrir como a atividade [no setor] funciona. Então, sempre foi através de dicas militares mais antigas (Entrevista 12)
	É baseado na experiência que estou tendo este ano, e eu também trabalhei nessa área no meu ano como Aspirante. (Entrevista 13)
	Acredito que foi através da experiência. Quando cheguei, não sabia. Eu aprendi pela experiência do meu chefe, o que ele me disse, o que ele disse na época. (Entrevista 10)
	Baseado na minha experiência durante meus anos na equipe. (Entrevista 08)

Significados	Respostas
	Acho que é mais uma questão de "sobrevivência", uma questão de você conhecer suas obrigações. Se você conhece suas obrigações, você está ciente de que outros exigirão coisas de você. (Entrevista 3)
	Acredito nos critérios de experiência. Como estou nessa função há mais de 4 anos, trabalhei fora da Força Aérea também, na sociedade civil, também neste assunto. Já vi muitas pessoas com um curso, com o treinamento, mas que não gostam, que não querem estar aqui. (Entrevista 11)
Documentos e experiência	Eles [as documentações] realmente te guiam. [...] E a partir do momento que há documentação e você lê, você limpa sua mente e começa o trabalho. Mas a experiência é o que nos faz ter, realmente, como o trabalho funciona. Também aprender com quem já esteve lá antes, que, para mim, é mais importante do que a documentação em si. (Entrevista 4)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As respostas, apresentadas no Quadro 3, apresentam, de fato, um critério para a alocação de pessoas para o exercício de cargos, ou pelo menos, critérios desejáveis para tal. Há uma forte tendência unilateral na seguinte direção: experiência no setor (expertise) como principal.

Em suma, o observado está na linha que Le Boterf (1997) discutiu, considerando a educação pessoal (biografia, socialização), formação educacional e experiência profissional como aspectos fundamentais das competências. Como aponta o estudo nacional, Bitencourt (2004) complementa, comentando que é possível estabelecer uma melhor articulação dos níveis organizacionais por meio da interação entre as pessoas, bem como a experiência contribui diretamente para visões pessoais, educacionais e profissionais.

Embora a satisfação esteja presente, fica clara a percepção de oportunidades de melhoria em relação à prestação dos escritórios. Conforme consta no Estatuto das Forças Armadas, as posições militares são direcionadas aos individuos com requisitos hierárquicos e de qualificação (BRASIL, 1980). Uma vez que, portanto, os requisitos hierárquicos de grau dos entrevistados são um fator homogêneo (todos pertencem ao círculo hierárquico dos tenentes), a distinção a ser considerada na distribuição dos cargos deve ser em termos das qualificações exigidas. E é nesse fator que residem as oportunidades de melhoria apontadas pelos entrevistados: não há mapeamento adequado

das qualificações individuais para os militares do esquadrão, considerando, organizacionalmente, que todos os tenentes tenham as mesmas qualificações em termos curriculares: aviadores, bacharéis em administração com ênfase na administração pública e bacharelado em ciências aeronáuticas.

As habilitações técnicas exigidas para o exercício da atividade aérea são, de fato, devidamente transmitidas aos militares. No entanto, os militares também são gestores públicos e, conforme apresentado no Decreto nº 9.991 (BRASIL, 2019a), a administração pública deve promover o desenvolvimento de competências necessárias para alcançar a excelência na atuação de seus órgãos. Por fim, estabelece-se uma lacuna organizacional: como delimitar as competências da unidade organizacional, para que a gestão pública, atividade presente no cotidiano dos militares, seja devidamente orientada e mapeada?

Reconhecendo essa lacuna na gestão de pessoal, os entrevistados propõem, a fim de diminuir os obstáculos quanto ao mapeamento e posterior gestão por competências, avaliações de perfil profissional e pessoal, antes de ingressar no esquadrão, para que os militares possam identificar rapidamente seu potencial de desenvolvimento. Tal procedimento já está presente nesta Força Armada, destinando-se, porém, a capitães aviadores (e escalões superiores), que estão em vias de serem promovidos a oficiais superiores, titulares de cargos públicos mais relevantes. Apesar de válida, tal ação, segundo os entrevistados, é realizada tardiamente, necessitando em torno de dois anos de experiência empírica para maior identificação funcional em seu esquadrão.

CONCLUSÃO

Ao final deste estudo, pode-se inferir que o conhecimento institucionalizado no esquadrão em estudo é transmitido principalmente por meio de portarias, no âmbito dos processos organizacionais e, por meios práticos, é transmitido principalmente por meio do compartilhamento de experiências conhecimento. E à medida que o oficial exerce suas atividades, ele desenvolve seu conhecimento implícito. Quanto à relação entre capacitação e desenvolvimento de competências, observando as especificidades

culturais da Força Aérea Brasileira, pode-se dizer que a relação de causa e efeito é clara: os militares, que receberam treinamento específico, desenvolvem competências, em termos de conhecimento e habilidades, mais rapidamente.

Contudo, o estudo ressalta que as lacunas na formação não impedem que o militar, como gestor público, assuma as funções que existem no setor. Nesse contexto, entretanto, o profissional deve buscar o conhecimento necessário, principalmente por iniciativa própria.

Para estudos futuros, propõe-se uma análise de como a cultura organizacional, com característica burocrática, pode limitar a gestão de competências, devido a fatores observados, também, em outras instituições públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ASIAEI, K.; JUSOH, R; BONTIS, N. Intellectual capital and performance measurement systems in Iran. **Journal of Intellectual Capital**, 2018, pp. 294-320. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JIC-11-2016-0125>.

AVONA, Márcia; BIGI, Endrigo Antoniassi; BIGI, Gislaine Cristina do N. Gestão de Competências: os impactos sobre as organizações e as pessoas. **Revista de Administração do Unisal**, v. 4, n. 6, dez. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEECK, S. O., HONDEGHEM, A. **Managing competencies in government: state of the art practices and issues at stake for the future**. OECD. 2010.

BITENCOURT, Claudia Cristina. A gestão de competências gerenciais e a contribuição da aprendizagem organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 1, p. 58-69, mar. 2004.

BONTIS, N. et al. The knowledge toolbox: A Review of the Tools Available to Measure and Manage Intangible Resources. **European Management Journal**, 1999. Disponível em: DOI: 10.1016/s0263-2373(99)00019-5

BOYATZIS, R. E. **The competent manager**: A model for effective performance. John Wiley & Sons, 1982.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 236, p. 24.777, 29 ago. 2019a. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 236, p. 24.777, 11 dez. 1980. Seção 1.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Portaria EMAER nº 72/1SC, 18 de setembro de 2019**. Aprova a edição da DCA 37-10 - Implantação da Trilha de Capacitação do Comando da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 194, 25 out. 2019b.

DOYLE, Eleanor; O'CONNOR, Fergal. Innovation capacities in advanced economies: relative performance of small open economies. **Research in International Business and Finance**, v. 27, n. 1, p. 106-123, Jan. 2013. Elsevier BV. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ribaf.2012.08.005>.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. esp., p. 183-196, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE BOTERF, G. Construiré la competence collective de l' enterprise. **Gestion**, v. 22, n. 3, 1997.

LE BOTERF, G. **De La Compétanse**. Paris: Les Ediciones d' Organization, 1994.

MALAVSKI, Olivir Sebastião; LIMA, Edson Pinheiro de; COSTA, Sérgio Eduardo Govea da. Modelo para a mensuração do capital intelectual: uma abordagem fundamentada em recursos. **Production**, v. 20, n. 3, p. 439-454, 8 out. 2010. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-65132010005000050>.

MCCLELLAND, David C. Testing for Competences rather than for "intelligence". **American Psychologist,** Jan. 1973.

MCCLELLAND, D. C.; SPENCER, L. M. **Competency assessment methods:** history and state of the art. Hay McBerResearch Press, 1990.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.do C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

NASCIMENTO, H. L. do; BRITO, M. L. de A. Clima organizacional e satisfação no trabalho: um estudo de caso em supermercado. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. e112921584, 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SANTOS, Adélcio Machado dos; ACOSTA, Alexandre Carvalho. Gestão do capital intelectual. **Revista Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 78-92, 20 dez. 2016. Universidade Federal de Santa Maria. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2317175823722>.

SHAMIR, B. et al. Correlates of Charismatic Leader Behavior in Military Units: Subordinates' Attitudes, Unit Characteristics, And Superiors' Appraisals of Leader Performance. **Academy of Management Journal**, 1998.

SILVA, Francielle Molon da; MELLO, Simone Portella Teixeira de. A implantação da Gestão por Competências: práticas e resistências no setor público. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo (ReAT)**, v. 2, n. 1, p. 110-127, jan./jun. 2013. ISSN 2316-5812.

SOUZA, Regina Luna Santos de. Gestão por competências no governo federal brasileiro: Experiência recente e perspectivas. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anais** [...]. Madri: CLAD, 2004. p. 1-20.

VELOSO, Christiane Carvalho. Capital intelectual. **Revista Vianna Sapiens**, v. 8, n. 2, p. 26, 12 dez. 2017.

GESTÃO DE TALENTOS: UM DIFERENCIAL COMPETITIVO NAS ORGANIZAÇÕES

TALENT MANAGEMENT: A COMPETITIVE DIFFERENTIAL IN ORGANIZATIONS

GESTIÓN DEL TALENTO: UN DIFERENCIAL COMPETITIVO EN LAS ORGANIZACIONES

Andréa Cristina Tegon CALLEGARI[25]

Vanessa Curado FONTES[26]

Rosane LARA[27]

Rosana AUGUSTO[28]

RESUMO

Ao longo dos anos a gestão de pessoas vem ganhando cada vez mais destaque no mundo organizacional, em especial com relação a maneira como os colaboradores são vistos e tratados pelas organizações. Se antes os funcionários eram considerados como custos para as empresas, atualmente são percebidos como recursos (humanos) fundamentais, que contribuem para o sucesso e permanência das empresas no mercado em que estão inseridas. Então, os colaboradores começaram a ser geridos de forma estratégica, pois se consolidaram como ativos intangíveis valiosos e assim as organizações estão alinhando as suas diretrizes estratégicas (missão, visão e valores) com a gestão estratégica de pessoas, criando boas práticas de gestão para que cada vez mais os objetivos individuais dos seus colaboradores estejam próximos dos objetivos organizacionais para que haja sinergia nas ações e todos ganhem com isso. Dentre as

[25] Especialização em Formação em Educação a Distância – UNIPÓS/2019. Especialização em Pós Graduação Lato Sensu em MBA em Gestão de Pessoas – UNIDERP/2018. Graduação em Administração de Empresas – IESA/2006. Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: andrea_tegon@hotmail.com).

[26] Especialização em Gestão de Pessoas – FAC/2014. Coordenadora dos Cursos Superiores de Tecnologia em Recursos Humanos, Tecnologia em Processos Gerenciais e Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA (E-mail: vcfontes05@gmail.com)

[27] Especialização em Marketing – UNISAL/1998. Graduação em Serviço Social - UNISAL/1990. Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: rosanelara@yahoo.com.br)

[28] Mestrado em Educação – PUC/2007. Mestrado em Administração – UNOPEC/2004. Especialização em Formação em Educação a Distância – UNIP/2012. Especialização em Gestão Em Serviços – UNOPEC/2002. Graduação em Administração – UNIP/2001. Diretora Geral e Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: rosana.augusto@gmail.com)

boas práticas das empresas pode-se mencionar o desenvolvimento e treinamento de pessoal, a identificação de talentos internos e externos, a implementação da gestão por competências, a implantação de mecanismos que visam garantir um bom clima organizacional, a retenção de talentos entre outras. Todo esse movimento vem acontecendo nas empresas devido ao mercado altamente competitivo instável desenhado no cenário atual em nosso pais e no mundo e, ao focar nessa nova forma de gestão de recursos humanos, as empresas buscam colaboradores talentosos capazes de contribuir cada qual com suas competências, com ideias e ações que agreguem valor percebido pelos clientes aos seus produtos, possibilitando um diferencial de mercado que a leve a obter vantagem competitiva sustentável.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas; competências; retenção de talentos; vantagem competitiva.

ABSTRACT

Over the years, people management has been gaining increasing prominence in the organizational world, especially in relation to the way employees are seen and treated by organizations. If previously employees were considered as costs for companies, nowadays they are perceived as fundamental (human) resources, which contribute to the success and permanence of companies in the market in which they operate. Then, employees began to be managed strategically, because they consolidated themselves as valuable intangible assets and so organizations are aligning their strategic guidelines (mission, vision and values) with the strategic management of people creating good management practices so the individual goals of their employees are closer to organizational goals, thus there is synergy in actions and everyone benefits from it. Among the good practices of companies, it can be mentioned the development and training of personnel, the identification of external and internal talents, the implementation of competency-based management, the implementation of mechanisms aimed at ensuring a good organizational climate, talent retention, among others. All this movement has been happening in companies due to the unstable highly competitive market designed in the current scenario in our country and in the world, and by focusing on this new form of human resource management, companies seek talented employees capable of contributing each with their skills, with ideas and actions that generate value to the company's products, perceived by their customers, enabling a market differential that leads it to obtain sustainable competitive advantage.

Keywords: People Management; skills; talent retention; competitive advantage.

RESUMEN

A lo largo de los años, la gestión de personas ha ido ganando cada vez más protagonismo en el mundo organizacional, especialmente en lo que se refiere a la forma

en que las organizaciones ven y tratan a los empleados. Si antes los empleados eran considerados como costos para las empresas, actualmente son percibidos como recursos (humanos) fundamentales, que contribuyen al éxito y permanencia de las empresas en el mercado en el que actúan. Así, los empleados comenzaron a ser gestionados estratégicamente, ya que se consolidaron como un activo intangible valioso y así las organizaciones están alineando sus lineamientos estratégicos (misión, visión y valores) con la gestión estratégica de personas, creando buenas prácticas de gestión para que cada vez más el individuo los objetivos de sus empleados estén más cerca de los objetivos organizacionales para que haya sinergia en las acciones y todos se beneficien de ello. Entre las buenas prácticas de las empresas se pueden mencionar el desarrollo y capacitación del personal, la identificación de talentos internos y externos, la implementación de la gestión por competencias, la implementación de mecanismos que apunten a garantizar un buen clima organizacional, la retención de talentos, entre otros. Todo este movimiento viene ocurriendo en las empresas debido al mercado inestable altamente competitivo diseñado en el escenario actual en nuestro país y en el mundo y, al enfocarse en esta nueva forma de gestión de recursos humanos, las empresas buscan empleados talentosos capaces de contribuir cada con sus habilidades, con ideas y acciones que agregan valor percibido por los clientes a sus productos, posibilitando un diferencial de mercado que conduce a una ventaja competitiva sostenible.

Palabras clave: Gestión de Personas; Habilidades; retener el talento; ventaja competitiva.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

No mundo contemporâneo, cada vez mais, as empresas estão valorizando seus colaboradores, buscando manter aqueles que são talentosos, por considerarem que eles são fundamentais para o seu sucesso no atual mercado globalizado, dinâmico e extremamente competitivo.

A palavra talento vem do latim *talentum* e, segundo os dicionários da língua portuguesa, talento está relacionado a aptidão que uma pessoa tem para realizar uma determinada atividade com maestria. Para as organizações os talentos são os colaboradores que possuem as competências requeridas para desenvolver as suas atribuições com excelência em sua área de atuação. O presente artigo aborda a relevância dos talentos nas empresas como diferencial competitivo.

É recorrente no mundo corporativos gestores mencionarem a importância da manutenção dos talentos nas empresas, ocorre que para que isso aconteça é necessário que haja a gestão desses talentos. É fundamental identificar quem são esses talentos e as suas respectivas competências, possuir boas práticas de gestão que valorizem os colaboradores para que estejam motivados e engajados em suas funções a fim de colaborem de modo ímpar para o progresso da organização.

Nesse sentido, é importante que a área de recursos humanos seja atuante e esteja alinhada com os gestores e líderes da empresa, criando sinergia de forma participativa, gerando condições efetivas de comunicação clara, direta e de respeito com os funcionários, demonstrando empatia pela equipe.

A empresa que tem a gestão de seus colaboradores no seu escopo estratégico, mantendo o foco em seus talentos, conseguirá através da colaboração proveniente das competências dos mesmos ofertar produtos que trarão a ela um diferencial competitivo de mercado, colocando-a em um patamar superior ao da concorrência, ou seja, ela estará em vantagem competitiva.

A IDENTIFICAÇÃO DE TALENTOS NAS EMPRESAS

A cada dia vem crescendo o número de organizações que estão valorizando seus funcionários, visando o crescimento e desenvolvimento dos mesmos por entenderem que eles podem ser seus melhores e mais eficientes diferenciais em um mercado altamente competitivo nos respectivos segmentos em que atuam.

As organizações estão à procura de profissionais proativos, flexíveis, criativos, que saibam trabalhar em equipe, equilibrados emocionalmente e com competências especificas para crescer profissionalmente na empresa bem como cooperar para que ela atinja sucesso com bons resultados. Esses profissionais são considerados os talentos de uma organização e como tal devem ser preservados, sob risco de perdê-los, talvez até para empresa concorrente.

Para Chiavenato (2014, p.46), “um talento é sempre um tipo especial de pessoa: aquela que possui competências. E nem sempre toda pessoa é um talento. Para ser talento a pessoa precisa possuir algum diferencial competitivo que a valorize”.

Então, para que o colaborador seja considerado um talento dentro da empresa, o mesmo precisa desenvolver competência. Cada pessoa tem sua competência individual, formada pelo conjunto de conhecimento, habilidade, julgamento e atitude, conforme é detalhado por Chiavenato (2014, p.46-47):

> **Conhecimento**: é o saber. É o resultado de aprender a aprender, aprender continuamente e aumentar continuamente o conhecimento. O conhecimento é a moeda mais valiosa do século XXI.
>
> **Habilidade:** é o saber fazer. Significa utilizar e aplicar o conhecimento para resolver problemas ou situações ou criar e inovar. Em outras palavras, é a transformação do conhecimento em resultado.
>
> **Julgamento:** é saber analisar a situação e o contexto. Significa saber obter dados e informação, ter espírito crítico, julgar os fatos, ponderar com equilíbrio e definir prioridades.
>
> **Atitude:** é saber fazer acontecer. A atitude empreendedora permite alcançar e superar metas, assumir riscos, atuar como agente de mudança, agregar valor, obter excelência e focar em resultados. É o que leva a pessoa a alcançar a autorrealização do seu potencial.

Pode-se afirmar que os talentos, aqui entendido como funcionários talentosos, são pessoas que possuem certas características, ou seja, as competências requeridas para desempenhar as suas atribuições com excelência em sua área de atuação.

O setor de Recursos Humanos de uma empresa, ao criar a Descrição de Cargos de uma função, deve apresentar de forma detalhada as competências necessárias para o desempenho da mesma. Essa descrição é fundamental para que o setor de recrutamento e seleção na hora de preencher uma vaga consiga identificar o candidato com a competência requerida no perfil desejado para a vaga.

Quanto mais efetiva a identificação das competências mais fácil será adequar o colaborador na área que combina com seu perfil. A esse respeito, comenta Gramigna (2002), que algumas ferramentas podem ser utilizadas pelas empresas para verificar competências, sendo elas:

- Entrevistas em que participem pessoas relacionadas diretamente com as áreas afins, traçando os perfis conforme as funções ou postos de trabalho;
- Sondagem de potenciais em entrevistas individuais;
- Treinamento sem que o indivíduo executa dinâmicas que simulam a realidade de cada área;
- Questionários, roteiros, software;
- Feedback aos avaliados.

As organizações necessitam de profissionais talentosos, mas só isso não garante o sucesso delas, é necessário também que haja a gestão competente desses talentos e isso demanda planejamento e políticas de gestão de recursos humanos diferenciadas para que tanto a empresa quanto o colaborador prosperem simultaneamente.

Nesse contexto, a gestão por competências é uma das formas utilizadas atualmente para o desenvolvimento dos profissionais e das capacidades internas de uma empresa. Assim, pode-se afirmar que ao adotar a gestão por competências a empresa deve investir no treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores para lapidar as respectivas competências, mantendo-se atenta à sua capacidade interna de aprimorar processos, tudo isso visa a retenção e o engajamento dos seus talentos e a obtenção da vantagem competitiva.

AS FORMAS DE RETENÇÃO DE TALENTOS

O talento pode ser considerado uma aptidão ou habilidade para realizar determinadas atividades. Quando o colaborador é reconhecido ele se torna engajado e capaz de contribuir com o sucesso da empresa, podendo ainda auxiliar a contornar possíveis dificuldades do mercado, inclusive em momentos de crise.

Somente as formas burocráticas e tradicionais de salários e planos de carreia não funcionam mais. Hoje a humanização é fator de suma importância para conseguir manter os talentos nas organizações diante do competitivo mercado de trabalho que

procura e absorve os talentos avidamente. A esse respeito comenta: Ferreira (2014, p.20) que:

> Pela primeira vez temos aumento da longevidade de vida das pessoas, o que faz com que tenhamos quatro gerações distintas (Geração Tradicional, Baby Boomers, Geração X e Geração Y) convivendo ao mesmo tempo, interferindo e transformando a realidade com suas características e impactos no mercado de trabalho. O conceito de geração pode ser compreendido considerando um período de cerca de vinte anos como marco de separação entre as gerações. Esse é mais um desafio para as organizações administrarem diferentes características que impactam o ambiente de trabalho.

É preciso acreditar no indivíduo, extrair seu potencial, estimular, ensinar, estreitar laços emocionais, ter empatia, conhecer o funcionário como um todo e o que de fato o move à realização de seus projetos pessoais e profissionais, refletindo nos projetos da empresa com os quais se identifica.

Reter talentos é uma estratégia que visa alinhar as práticas e políticas que as organizações adotam para manter seus colaboradores engajados com sua cultura e os objetivos. Entretanto, o ciclo de vida do trabalhador na empresa tem diminuído justamente porque as empresas têm dificuldade em se adaptar de forma ágil e com a mesma dinâmica que as pessoas e o mercado exigem.

Em conformidade com Chiavenato (2015, p.10):

> A organização viável, do ponto de vista de recursos humanos, é aquela que não apenas capta e aplica seus recursos humanos adequadamente, mas também os mantêm na organização. A manutenção dos recursos humanos exige uma série de cuidados especiais, entre os quais sobressaem os planos de compensação monetária, de benefícios sociais, de higiene e segurança do trabalho e de relações trabalhistas.

A princípio as pessoas são atraídas para uma organização pela função e salário, mas é muito mais que isso que faz com que elas permaneçam, é preciso que se sintam valorizadas, motivadas e tenham objetivos comuns com a empresa.

Independente do porte da empresa é importante que seu propósito, visão, missão e valores estejam definidos, claros e alinhados junto ao processo de recrutamento e seleção, integração e monitoramento do desempenho dos colaboradores para identificar

necessidades de treinamentos e desenvolvimentos, que levem reconhecimento e oportunidade individual e profissional. Feedbacks formais ou informais também são de suma importância. São essas são ferramentas que irão alinhar a necessidade dos negócios da organização às necessidades profissionais e pessoais dos colaboradores.

Para Chiavenato (2015, p.18)

> A produtividade humana depende não somente do esforço realizado e do método racional, mas principalmente do interesse, da motivação e do engajamento das pessoas. O desconhecimento desses dois últimos aspectos é a razão dos resultados pouco relevantes das tentativas de mudanças baseadas nas técnicas de produtividade das pessoas.

A palavra de ordem é criar e agregar valor aos talentos. A melhor estratégia para manter esses indivíduos e suprir suas necessidades, é trabalhar a imaginação, criatividade e inovação deles, diminuir a rotatividade, torna-los alinhados à cultura da empresa através de plano de carreira, treinamentos e reconhecimentos, fazendo com que os colaboradores tenham prazer e orgulho de trabalhar na instituição sendo, dessa forma, bons agentes propagadores de sua marca.

Segundo Ferreira (2014) é necessário conseguir o equilíbrio entre as expectativas dos colaboradores e dos empregadores, com ações que valorizem tanto o lado profissional das pessoas, como os resultados financeiros das empresas. Sendo que, o desnivelamento entre a expectativa da empresa e a do colaborador gera falta de motivação e consequentemente, rotatividade.

Para Chiavenato (2015) as pessoas têm necessidades e aspirações diferentes, daí que os planos de benefícios e serviços sociais precisam ajustar-se a essa diferenciação para atender aqueles que são os principais parceiros das organizações: as pessoas que nelas trabalham.

A falta de feedback e reconhecimento pelas atividades do dia a dia, a não transmissão clara dos objetivos da empresa, a falta de perspectiva de crescimento profissional, desmotivam os funcionários. Para manter o ambiente de trabalho sadio, agradável, motivador e gerando oportunidades de conhecimento e novas experiências

deve-se aplicar uma crescente e constante aproximação entre os objetivos organizacionais e os individuais através de um setor de Recursos Humanos atuante e alinhado à gestão estratégica da organização.

De acordo com Chiavenato (2015), a solução encontrada por empresas bem-sucedidas foi o de desenvolver sistemas de incentivos e de recompensas que motivem as pessoas a caminhar em direção aos objetivos organizacionais. Assim, os sistemas de incentivos estão se adequando às diferentes expectativas, desejos, necessidades e conveniências individuais como:

- ✓ Planos de sugestões: no qual as ideias dos funcionários são levadas a sério, fazendo que as pessoas participem dos aspectos técnicos de suas atividades. Os planos de sugestões apresentam geralmente três finalidades:
    a) Servir como uma ponte de comunicação dinâmica entre funcionários e empresa, objetivando ampla participação da força de trabalho na melhoria contínua dos produtos/serviços, tanto nos processos de trabalho como nas operações do dia a dia.
    b) Fazer com que todas as pessoas da empresa, independentemente dos níveis da organização, participem sempre de forma ativa e continua na solução dos problemas operacionais da empresa, fazendo com que sejam comprometidas e se sintam responsáveis em participar da solução de problemas.
    c) Implantar as sugestões de melhorias propostas por esses colaboradores, já que estão alinhados e são conhecedores dos métodos e processos executados.
- ✓ Qualidade de vida no trabalho e fora dele: remunerar, prestar serviços e conveniências relacionados com benefícios sociais, cuidar da segurança do trabalho, da saúde do empregado, seguir e atender acordos sindicais e da legislação do trabalho são formas de responsabilidade social e de incentivo a possiblidade de haver até mesmo felicidade no ambiente de trabalho.
    a) Saúde: como negócio, no sentido de melhorar a produtividade e a qualidade de vida, tanto na empresa como fora dela. O investimento nessa área tende a reduzir despesas futuras porque melhora a vida das pessoas e obtém maior produtividade e qualidade no trabalho.

b) Ausência de riscos de acidentes como meio de melhorar a produtividade, satisfação e conforto das pessoas, o que vai influenciar a imagem da empresa.

- ✓ É importante que o ambiente físico ofereça uma imagem favorável à empresa e, ao mesmo tempo, uma ideia de como ela leva em consideração seus funcionários.

Nos dias atuais já não cabe mais somente a busca dos objetivos das empresas, deixando a vida e as realizações do trabalhador em segundo plano. A valorização do capital humano traz novas necessidades, como desejo de conhecimento, reconhecimento e qualidade de vida. Esse é o maior desafio das organizações: se adequar e criar estratégias para manter elevado o seu índice de produtividade e também a motivação dos funcionários que possuem diferentes pontos de vista e expectativas.

Segundo Chiavenato (2015, p.10):

> Todos os processos de manutenção de pessoas – remunerar, conceder benefícios e serviços sociais compatíveis com um padrão de vida saudável, proporcionar um ambiente físico e psicológico agradável e seguro, assegurar relações sindicais amigáveis e cooperativas – são importantes na definição da permanência na organização e, mais do que isso, na motivação para o trabalho e para o alcance dos objetivos organizacionais.

Alinhar inovação com a criatividade, desenvolver competências na própria organização e criar uma liderança sensível às necessidades do negócio aliada as necessidades dos colaboradores é um grande diferencial e também um enorme desafio para os gestores no intuito de reter as pessoas, especialmente as talentosas. As empresas precisam acompanhar as mudanças sociais e de mercado que acontecem em uma velocidade sem igual, levando diferentes gerações a atuarem em conjunto, o que requer estratégias para manter os funcionários integrados e trabalhando de forma harmônica e motivados.

Hoje a maior parte da mão de obra ativa nas empresas é de uma geração que preza pelo engajamento social, que tem necessidade de conhecimento e de reconhecimento, de autorrealização e melhor qualidade de vida, fazendo com que se sintam bem no ambiente de trabalho e que gostem do que fazem. São pessoas ágeis,

sedentas por novidades e por isso estão em constante transformação, o que requer criatividade e muito trabalho quanto a administração de Recursos Humanos. Daí a necessidade de análise do comportamento humano dos colaboradores ser a chave para conseguir atingir e manter esses talentos de forma produtiva para a empresa, corroborando em colaboradores realizados profissionalmente, o que melhora e impulsiona consideravelmente o clima organizacional e o engajamento aos projetos organizacionais.

O ASPECTO COMPORTAMENTAL DA RETENÇÃO DOS TALENTOS

No mundo contemporâneo as palavras que constantemente impulsionam as organizações, são: gestão, talentos, processo criativo, transformação digital, motivação e inovação. A característica comum dessas palavras, direta ou indiretamente, estão associadas às pessoas.

O cenário atual exige das empresas um comportamento organizacional que atenda com eficiência os diversos desafios e mudanças impostos, para isto é necessário que haja pessoas com alta performance, o que faz com que as organizações criem mecanismos de retenção desses profissionais, uma vez que em muitos casos, dispõem de altos investimentos na capacitação e no desenvolvimento dos mesmos para atuação em seus quadros funcionais.

Entender o comportamento das pessoas, suas necessidades e talentos é fundamental para as empresas dentro de uma realidade altamente competitiva, como a atual. Para tanto, surge a necessidade de pensar quais são os motivos que impulsionam o indivíduo a apresentar um ou outro comportamento, o que move as pessoas a irem ao encontro de um objetivo que nem sempre lhes é próprio e, considerando o tema retenção de talentos, quais os estímulos que fazem com que esses colaboradores sejam impelidos a permanecer na organização.

Para Ruggiero (2020) a motivação, de uma maneira geral, está relacionada às forças que sustentam, regulam e guiam as ações de uma pessoa para um determinado

fim. Esse autor aborda também, que a motivação, por sua complexidade e individualidade, dificulta a implementação de mecanismos de incentivo de modo geral para todos os funcionários da organização. Daí a importância de se observar, valorizar e reconhecer a motivação individual dos colaboradores.

Segundo Chiavenato (2005), a satisfação das necessidades (físico, psicológico e social), juntamente com a manutenção do equilíbrio emocional, são construtos contínuos que as pessoas buscam dentro da organização.

Porém, quando as pessoas não alcançam tal objetivo, tendem a ficar insatisfeitas, desmotivadas, podendo gerar conflitos pessoais e profissionais e com isto levar o colaborador a buscar novos desafios fora da instituição. Cada vez mais, torna-se imprescindível que as organizações criem formas de manter essas pessoas satisfeitas por meio de um ambiente seguro e saudável de trabalho.

Para Chiavenato (2005) é comum ver estudos que colocam a motivação humana como um processo de entendimento do comportamento, das atitudes, da personalidade, através da psicologia e outros. Dentro da perspectiva do autor, à medida que compreendemos a dinâmica comportamental e psicológica, levando em consideração as fases de desenvolvimento do ser humano, o papel da motivação torna-se expressivo, portanto, levar o colaborador a um processo de autoconhecimento e auto percepção que passa a ser uma estratégia dentro da gestão de negócios.

Para Veloso (2010) compreender o comportamento das pessoas e da própria organização implica em entender como acontece a interação interpessoal, como os indivíduos reagem às transformações, exigindo uma reflexão sobre o ambiente, a cultura e sociedade.

A psicologia é a ciência que tem, ao longo do tempo, trabalhado fortemente para entender a dinâmica do comportamento motivado; ganhando força com auxílio da neurociência e com o conceito de inteligência emocional, buscando entender a dinâmica comportamental e motivacional pela qual o indivíduo passa ao longo da vida pessoal e profissional. Embora a inteligência emocional esteja popularizada, ainda não se pode

afirmar que dentro da psicologia exista um construto científico robusto, pois não existem evidências suficientes e sólidas, principalmente em relação a mensuração desses dados.

O que tudo indica, supostamente, é que ao longo desse tempo, que as organizações e pessoas que buscaram um desenvolvimento emocional, ou seja, deram consciência, autoconhecimento e compreensão de suas emoções, demonstram capacidades e habilidades melhores em relação ao gerenciamento das próprias emoções, com melhoria no gerenciamento de conflitos, na performance e resultados, consequentemente, são mais bem-sucedidas nos negócios e na vida pessoal.

Considerando a realidade profissional atual em relação ao comportamento das pessoas, nota-se uma dificuldade das empresas na manutenção da mão de obra, portanto, surge um desafio cada vez mais crescente para a área de recursos humanos e de gestão de pessoas, isto é, de como as organizações podem criar estratégias que promovam gatilhos internos para que esses colaboradores estejam motivados a permanecer na empresa por mais tempo, considerando os significativos esforços dispendidos pelos empregadores na formação e treinamento deles

Comenta Goleman (2012, p.58) que:

> Inteligência emocional é a capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar de percalços, de controlar impulsos e aguardar pela satisfação dos seus desejos, de se manter em bom estado de espírito e impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar, de ser empático e autoconfiante.

Esses gatilhos internos, relacionados à motivação encontram-se associados aos processos mentais e comportamentais. Murray (1986, p. 39) afirma que “a motivação está envolvida em todas as espécies de comportamento: aprendizagem, desempenho, percepção, atenção, recordação, esquecimento, pensamento, criatividade e sentimento”. Ou seja, os indivíduos precisam ter um motivo que os impulsione à ação e pelo que os estudos mais recentes têm trazido à tona, e isto estaria diretamente associado aos processos emocionais.

Ao se relacionar as emoções dentro de uma dinâmica motivacional e organizacional, o autor que colabora para essa compreensão é o psicólogo e jornalista Daniel Goleman que apresenta o conceito de inteligência emocional, embora não seja o precursor da temática, foi ele, porém, que divulgou de forma ampla, clara e objetiva esse conceito para a comunidade internacional, com o lançamento da obra Inteligência Emocional, em1995.

Antes disso, no entanto, vale a pena trazer o conceito tradicional de inteligência que está relacionado à capacidade de responder a testes de inteligência, o Q.I (quociente de inteligência). Alguns testes realizados demonstram que a "faculdade geral da inteligência" não tem alteração representativa com a idade, com treinamento ou experiência. A inteligência é um atributo ou uma faculdade inata do ser humano. Howard Gardner, psicólogo, conhecido por apresentar a teoria das Inteligências Múltiplas procurou ampliar este conceito. Os tipos de inteligência apontados por Gardner são as inteligências linguística, lógico-matemática, espacial, musical, cinestésico-corporal, interpessoal e intrapessoal. A inteligência para ele, está relacionada à capacidade de solucionar problemas ou elaborar produtos que são importantes em um determinado ambiente, sociedade ou cultura.

Outra abordagem que vale citar é que o modelo científico da mente emocional é mais rápido que o racional, agindo automaticamente na grande maioria das vezes. Nessa direção Goleman (2012, p.45) afirma que: “Nossas emoções têm uma mente própria, que pode ter opiniões bastante diversas das que tem nossa mente racional, e uma rapidez que exclui a reflexão deliberada, analítica, que caracteriza a mente racional”. Isso provoca situações que podem comprometer tanto em nível pessoal como profissional as pessoas, podendo gerar problemas de descontrole de ordem física, psicológica e nos relacionamentos interpessoais. Por isso, desenvolver capacidades para lidar com as emoções com inteligência é um grande avanço no mundo atual, podendo ser um aspecto importante a ser considerado pelas organizações quando se observa e estuda o comportamento humano que elas retêm.

De acordo com Goleman (2012, p. 25), a inteligência emocional ou QE é colocada no “centro das aptidões para viver”, sugerindo que a capacidade de identificar

os nossos próprios sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerir bem nossas emoções dentro de nós e nos nossos relacionamentos são fundamentais para a preservação da nossa saúde e bem-estar. O autor suscita uma discussão em torno da motivação, quando apresenta a ideia de que é uma habilidade adquirida através do controle das emoções. Indivíduos que desenvolvem essa capacidade estão mais propensos a ser bem-sucedidos e mais produtivos.

Associado à essa perspectiva, Goleman (1998) aponta para a necessidade de as pessoas aperfeiçoarem 5 (cinco) habilidades, a fim de terem um diferencial competitivo, sendo:

1- Autoconsciência: capacidade de conhecer as próprias emoções através dos estímulos internos e externos;

2- Autocontrole: capacidade de lidar e controlar as emoções, conseguir manter o domínio próprio, funciona como amenizador comportamental;

3- Automotivação: capacidade de independente dos estímulos externos, o indivíduo encontrar a habilidade de se motivar internamente, contendo a impulsividade e sabendo adiar a satisfação, buscando ampliar a consciência, vislumbrando algo próspero;

4- Empatia: desenvolver a capacidade de se colocar no lugar do outro pela perspectiva do outro, compadecer pela condição do outro, fundamental para a realidade do mundo atual; e

5- Habilidades sociais: capacidade de desenvolver bons relacionamentos interpessoais.

Para Goleman (2012, p.17), o medidor das qualidades humanas dentro do ambiente corporativo está diretamente ligado ao desenvolvimento das habilidades da inteligência emocional, diz ele: “a autoconsciência, o gerenciamento de emoções destrutivas e a empatia serão lugares-comuns nos locais de trabalho, “qualidades obrigatórias” para ser contratado e conseguir promoções, e especialmente necessárias para a liderança”.

Os aspectos relativos as emoções e como as empresas devem lidar com essas questões é algo que figura dentro delas a partir do início do século XXI. O mundo

mudou e as pessoas também, portanto, buscar o equilíbrio e o bem-estar de seus colaboradores passou a ser um desafio para o mundo corporativo. Entender as dimensões do ser humano é outro ponto que envolve um olhar sistêmico que deve ser considerado.

Vários estudos mostram que pessoas satisfeitas tendem a manter em alto nível o envolvimento com o trabalho que realizam e o comprometimento com a empresa em que trabalham, portanto, a questão relativa à retenção desses talentos está diretamente associada a manutenção da satisfação desses funcionários. Consequentemente vem a reflexão sobre como manter esses níveis de satisfação elevados.

Para Goleman (2012, p. 67), motivar-se (automotivação) é uma aptidão mestra e uma habilidade imprescindível, segundo a qual o indivíduo coloca "as emoções a serviço de uma meta", sendo "essencial para centrar a atenção, para a automotivação e o controle, e para a criatividade". Através da motivação, as preferências são identificadas e cria-se o impulso ou desejo em alcançar os objetivos traçados. Ainda segundo o autor, quando o sujeito está automotivado ele entra em um fluxo que o leva à altos desempenhos.

Considerações importantes em relação aos aspectos das habilidades da inteligência emocional são destacados por Goleman (2012) em sua obra Inteligência Emocional – A Teoria Revolucionária, que redefine o que é ser inteligente. Portanto, é possível considerar que as empresas invistam no desenvolvimento constante de seus colaboradores, promovendo e propiciando habilidades de Inteligência Emocional, principalmente relacionados à automotivação e autocontrole, pois são práticas que contribuem para a manutenção desses talentos na organização.

Considerando que a dimensão da inteligência emocional é um tema de muita relevância no mundo dos negócios desde a divulgação por Goleman em 1995, levanta-se a hipótese e a discussão de que para a retenção de talentos no universo corporativo atual, seja necessário criar estratégias que atentem para questões motivacionais (automotivação). Portanto, criar processos ou incentivos para que o trabalhador desenvolva, continuamente, habilidades propostas por Goleman (1998), como:

autoconsciência, autocontrole e automotivação, através de mentorias, coaching, mindfulness, análise swot pessoal. Podendo representar a geração de um clima organizacional propício ao desenvolvimento de novos talentos, níveis mais elevados de otimismo, entusiasmo e um ambiente confortável para que esses talentos permaneçam por tempo maior na organização, se consolidando como um diferencial competitivo para as organizações.

OS TALENTOS COMO ESTRATÉGIA DE VANTAGEM COMPETITIVA

A área de recursos humanos das organizações vem passando ao longo das últimas décadas por mudanças contínuas, porém não lineares, como consequência do processo de transformação da gestão das empresas para se adaptar à nova realidade imposta pelo mercado globalizado e pelo surgimento de novas tecnologias, entre outros.

O setor de recursos humanos, que antes administrava os colaboradores da empresa passou a fazer também a gestão de pessoas, havendo a ampliação das atribuições desse setor e uma nova forma de tratar os colaboradores, primando pelo seu desenvolvimento, alinhando os objetivos das pessoas com os objetivos da empresa, se configurando em uma relação de ganha-ganha.

Chiavenato (2009) comenta que quando a empresa desenvolve pessoas, as pessoas desenvolvem a organização, isso ocorre porque o crescimento individual do colaborador conduz ao desenvolvimento das equipes que, por sua vez, leva ao crescimento das áreas funcionais e isso culmina no crescimento da organização.

Nesse novo contexto, a área de recursos humanos, além de fazer a gestão de pessoas, foi incluída no escopo estratégico da empresa, houve, então, por parte dos gestores da alta administração, uma mudança de posicionamento estratégico e assim os colaboradores passaram a ser vistos como peças chave para o sucesso e desenvolvimento da empresa.

As empresas passaram a realizar a sua gestão de pessoas (ou gestão de recursos humanos) de forma estratégica, alinhada com o seu Planejamento Estratégico, em conformidade com as suas diretrizes estratégicas (missão, visão e valores) e com as estratégias da organização nele estabelecidas.

Para Chiavenato (2020, p. 58) "estratégia organizacional constitui o mecanismo por meio do qual toda organização interage com seu contexto ambiental para realizar sua missão e visão de futuro, atingir seus objetivos de longo prazo e garantir sua competitividade e sustentabilidade". E o autor prossegue mencionando que por meio da estratégia a empresa se comporta frente ao ambiente em que está inserida, aproveitando as oportunidades que ele oferece e neutralizando as ameaças impostas por ele.

Um detalhe importante inerente a estratégia organizacional e que é enfatizado por vários autores, entre eles Chiavenato (2010), reside no fato de que ela não pode estar apenas "no papel", ou nas ideias dos dirigentes da organização, ela deve estar na mente e no coração de todos os colaboradores. É necessário que a estratégia organizacional seja entendida, compreendida e assimilada pelos colaboradores a fim de que cada um saiba o sentido do seu esforço e dedicação para que os resultados sejam atingidos, afinal, são os funcionários que implementam as estratégias derivadas da estratégia organizacional, as realizam e trazem os resultados

Como as empresas estão inseridas em ambientes que mudam com muita rapidez, as estratégias, apesar de seguirem uma linha mestra para atingir os objetivos, devem ser maleáveis o suficiente para que a organização possa se adaptar e reagir com rapidez às oportunidades e/ou ameaças advindas desses ambientes que elas constituem, influenciando e sendo influenciadas. Pode-se dizer que para uma empresa sobreviver às forças competitivas do mercado, precisa implementar estratégias competitivas flexíveis que a diferenciem das demais, criando diferencial competitivo, que deve ser constantemente analisado e reavaliado, visando sua manutenção, pois o mercado é dinâmico.

Em relação ao planejamento estratégico organizacional, Chiavenato (2020, p, 59) comenta que ele "(...) envolve a organização como uma totalidade sistêmica e

holística", e que cada área funcional da empresa deve montar o seu planejamento estratégico como parte do processo para consolidar o atingimento dos objetivos prioritários da organização.

Dessa forma, o planejamento estratégico de uma organização se desdobra em planejamentos estratégicos de ação, como por exemplo, o planejamento estratégico por área funcional (marketing, finanças, produção, recursos humanos, etc.), com objetivos alinhados e subordinados aos objetivos organizacionais, traçados no planejamento estratégico da organização.

É por meio da implementação das estratégias que se coloca em ação o planejamento estratégico e seus desdobramentos, como é o caso do planejamento estratégico da área de Recursos Humanos, onde se insere a Gestão Estratégica de Pessoas.

Apesar de não haver uma única definição a respeito da Gestão Estratégica de Pessoas, sua essência está no planejamento e implementação de políticas e ações consistentes objetivando que os funcionários das empresas colaborem com a atingimento dos objetivos dos negócios. Comenta Maximiano (2014) que a gestão estratégica de pessoas é um processo que auxilia a organização na tomada de decisões ao longo do tempo. Uma das premissas da Gestão Estratégica de Pessoas reside na ideia de que o desempenho de uma empresa está associado a uma gama de práticas da gestão de pessoas.

Ressalta-se que as boas práticas de gestão de pessoas treinam e desenvolvem seus colaboradores, ajudam a despertar sua auto motivação, os auxiliam para a conquista de seus objetivos pessoais, dos objetivos profissionais e promovem, inclusive, a retenção de talentos já existentes na organização, incluindo a conquista de novos e desenvolvimento dos talentos latentes, sendo que tudo isso converge para que os objetivos organizacionais sejam atingidos com êxito, havendo, portanto, um ganho para ambas as partes, empregado e empregador, em uma relação de parceria, influenciando no desempenho da empresa que, na maioria dos casos, está diretamente relacionada aos talentos que essa empresa possui.

Segundo Chiavenato (2010) um talento é um tipo especial de colaborador, para ser considerado um talento na empresa é necessário que esse colaborador tenha algum diferencial competitivo que lhe confira valor e o talento, envolve quatro dimensões: o conhecimento (é o saber), a habilidade (é o saber fazer), o julgamento (é o saber analisar a situação e o contexto) e a atitude (é o saber fazer acontecer).

É fundamental para as empresas que seus talentos, ou seus colaboradores talentosos, sejam identificados, a fim de que sejam auto motivados e atuem com mais efetividade, pois, não adianta uma organização possuir talentos e não agir para mantê-los motivados e atuantes naquilo que cada um tem de melhor, com o objetivo de que colaborem para a entrega de produtos (bens ou serviço) diferenciados para o mercado.

A esse respeito, comenta Stewart (1998) que são os colaboradores talentosos que asseguram flexibilidade, velocidade de adaptação da empresa e valor agregado aos produtos (bens ou serviços).

Pode-se afirmar que os talentos de uma empresa são capazes de contribuir em diversas áreas do conhecimento, através de ideias e ações que gerem valor para a organização e para seus *Stakeholders*[29], possibilitando que esse diferencial leve a empresa a obter vantagem competitiva. A vantagem competitiva baseia-se no valor que uma empresa consegue criar para seus compradores e que é maior que o custo de fabricação da empresa

De acordo com Porter (1989, p. 02)

> O valor é aquilo que os compradores estão dispostos a pagar, e o valor superior provém da oferta de preços mais baixos que os da concorrência por benefícios equivalentes ou do fornecimento de benefícios singulares que mais do que compensam um preço mais alto.

Assim sendo, para o autor, a vantagem competitiva está dividida em dois tipos, a liderança em custo e a diferenciação.

[29] Trata-se de um termo da língua inglesa e significa grupos de interesse. Conceitualmente, de acordo com Freeman (1984) são grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pela realização dos objetivos organizacionais.

A vantagem competitiva faz com que a empresa se mantenha atuante no mercado, com diferenciais superiores aos da sua concorrência, estando assim em um patamar elevado e à frente das demais organizações concorrentes. Contudo, o objetivo de toda empresa é manter a sua vantagem competitiva sustentável, ou seja, a longo prazo, e para que essa vantagem permaneça por mais tempo é fundamental que o seu diferencial competitivo, aquilo que lhe trouxe a vantagem competitiva, seja algo difícil de ser copiado pelas empresas concorrentes.

A esse respeito pode-se afirmar que a gestão de pessoas, se usada de maneira estratégica e com foco nos talentos da empresa, se torna uma aliada primordial para manter a competitividade e obter vantagem competitiva sustentável.

A vantagem competitiva se dá quando a empresa possui em seu quadro de colaboradores, talentos com competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) acima da média e que contribuem para a entrega de produtos (bens ou serviços) mais assertivos, atendendo às necessidades dos clientes, e cujo valor percebido é superior ao da concorrência, gerando um diferencial competitivo que leva a empresa a obter vantagem competitiva. Por outro lado, a vantagem competitiva sustentável para a empresa se estabelece à medida que esse diferencial competitivo seja um atributo difícil de ser copiado pela concorrência, o que a coloca em uma posição vantajosa por mais tempo.

Então, pode-se afirmar que como talentos destacados da organização, além de colaboradores com competências acima da média, são também pessoas talentosas, com experiências, expertises e competências únicas. Esses talentos geram diferenciais competitivos únicos, provenientes da colaboração desse valioso ativo intangível da empresa, algo difícil de ser descoberto e plagiado pelas organizações rivais, mantendo a vantagem competitiva sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo o versou sobre a importância dos recursos humanos para as organizações enquanto parte da sua estratégia organizacional, realizando uma gestão de pessoas focada em competências e na retenção de talentos e inteligência emocional, se caracterizando como uma abordagem diferenciada em que empresa e colaboradores atuam como parceiros, quando os objetivos individuais e profissionais convergem para o sucesso e crescimento de ambas as partes.

Para gerir adequadamente seus talentos a empresa precisa identificar por meio de ferramentas as competências específicas que cada colaborador possui a fim de desenvolvê-los cada vez mais e de adequá-los à função compatível para que ele consiga trabalhar suas potencialidades, se sinta motivado e permaneça na empresa, mas para isso é de suma importância haver gestão por competência. A gestão por competência trabalha a gestão estratégica de pessoas, impactando positivamente empresa e funcionários, pois valoriza e potencializa os pontos fortes de cada colaborador e isso reflete na entrega de produtos e/ou serviços de excelência e diferenciados, maximizando os ganhos da organização.

Com relação a retenção de talentos o artigo abordou a remodelação na forma de manter talentos nas organizações, sendo necessário que haja um planejamento estratégico bem definido e alinhado com a administração de Recursos Humanos a fim de deixar claro aos colaboradores quais são os objetivos da empresa e, principalmente, conhecer o perfil de seu funcionário, identificando seu potencial, utilizando ferramentas para potencializar seu desenvolvimento, envolvendo todos nas ações da empresa, como forma de motivar, engajar, proporcionar qualidade de vida dentro e fora do trabalho. Só remunerar bem, porém, não basta. É preciso buscar o equilíbrio entre as expectativas dos colaboradores e dos empregadores, com ações que valorizem o profissional e os resultados da empresa.

Assim, reter talento é o resultado em manter bom clima organizacional, saúde e benefícios diferenciados ou até mesmo personalizados aos anseios dos indivíduos,

fazendo com que permaneçam e atuem com produtividade, o que, consequentemente, irá fortalecer a imagem positiva da organização.

Em síntese, os talentos de uma organização se bem gerenciados e motivados por meio das boas práticas administrativas são capazes de colaborar, cada qual com sua competência (conhecimento, habilidade, julgamento e atitudes), com ideias e ações criativas que propiciem que a empresa entregue um produto diferenciado, que tenha um valor agregado percebido pelos clientes, se tornando um diferencial competitivo e a levando a obter vantagem competitiva sustentável diante da concorrência.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações.** 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel da gestão do talento humano**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4.ed. Barueri-SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: como incrementar talentos na empresa**. Barueri-SP: Manole, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto, **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho: Como Reter Talentos na Organização.** 7. ed. Série Recursos Humanos. São Paulo: Manole, 2015.

FERREIRA, Patrícia Ítala, **Atração e Seleção de Talentos. Série MBA Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic Management: a stakeholder approach**. Toronto: Pitman, 1984.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, Daniel. **Trabalhando com a Inteligência** Emocional, Rio de Janeiro: Objetiva,1998.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de Competências e Gestão dos Talentos**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. **Recursos humanos: Estratégia e gestão de pessoas na sociedade globa**l. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MURRAY, E. J. **Motivação e Emoção**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

PORTER, Michael. **Vantagem Competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior**. 20.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RUGGIERO, Alberto. **Gestão de Pessoas e Capital Humano**. São Paulo: Senac, 2020.

STEWART, Thomas. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VELOSO, Henrique. **Identidade, trabalho e construção social do Sujeito. Gestão estratégica de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMPLES NACIONAL DA TRIBUTAÇÃO NO RAMO DO COMÉRCIO E ADAPTAÇÃO PARA AS NOVAS REGRAS DO FATURAMENTO

NATIONAL TAXATION SIMPLES IN THE TRADE BRANCH AND ADAPTATION TO THE NEW BILLING RULES

SIMPLES DE TRIBUTACIÓN NACIONAL EN LA RAMA DE COMERCIO Y ADAPTACIÓN A LAS NUEVAS NORMAS DE FACTURACIÓN

Francisco Thiago dos Santos SABINO[30]

José Romário da Silva ARAÚJO[31]

Andréa Marques FREIRE[32]

Tarso Rocha Lula PEREIRA[33]

RESUMO

O regime tributário do Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação. A Lei Complementar nº 155/2016 que entrou em vigor 2018, modifica a Lei Complementar nº 123/2006, assim sendo, alterou o modo de apuração dos impostos utilizando a receita bruta para fins de tributação e enquadramento no sistema do simples. O artigo teve como objetivo apresentar os impactos sobre a aplicação das alíquotas para as empresas do simples nacional do ramo do comércio após a vigência da Lei complementar n° 155/2016 e analisar a vantagem das novas regras. A metodologia aplicada utilizou a coleta de dados a partir da legislação brasileira que ampara o Simples Nacional. Este estudo apresentou como resultado que as alterações pela Lei

[30] Graduação em Ciências Contábeis – UNIFACEX. (E-mail: thiagossabino@gmail.com)

[31] Graduação em Ciências Contábeis – UNIFACEX/2019. (E-mail: romarioaraujodm@outlook.com.br).

[32] Mestrado em Ciências Contábeis – UNB/2015. Especialização em Formação Docente para Ensino Superior UNIFACEX/2018. Especialização em Lato Sensu em Controladoria e Finanças – ESAB/2012. Graduação em Matemática - Formação Pedagógica Superior – FATERN/2020. Graduação em Ciências Contábeis – UFRN/2009. (E-mail: andreamfreire@gmail.com).

[33] Mestrado em Ciências Contábeis – UFRN/2015, Especialização em Controladoria – FAAP/2004, Graduação em Ciências Contábeis – UFRN/1999, Docente Universitário e Membro do NDE e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do UNICEUNA. (E-mail: prof_tarso_rocha@yahoo.com.br).

Complementar nº 155/2016 e os impactos foram positivos na carga tributária das empresas do simples nacional no ramo de comércio.

Palavras-chave: Sistema tributário; Simples Nacional; Planejamento Tributário; Faturamento; Resultado.

ABSTRACT

The Simple National tax regime is a shared collection system. Complementary Law nº 155/2016, which started to work in 2018, modifies Complementary Law nº 123/2006, thus changing the way of calculating taxes using gross revenue for taxation purposes and framing the simple system. The article aimed to present the impacts on the application of the rates for companies of the simple national of the commerce branch after the validity of the complementary Law nº 155/2016 and to analyze the advantage of the new rules. The applied methodology used data collection based on Brazilian legislation that supports Simple National. This study showed that the amendments by Complementary Law nº 155/2016 and the impacts were positive on the tax burden of companies from the simple national in the trade sector.

Keywords: Tax system; Simple national; Tax Planning; Revenues; Results.

RESUMEN

El sistema tributario del Simple Nacional es un sistema de recaudación compartida. La Ley Complementaria nº 155/2016, que entró en vigor en 2018, modifica la Ley Complementaria nº 123/2006, por lo tanto, cambió el método de cálculo de los impuestos utilizando los ingresos brutos para fines tributarios y enmarcando el sistema simple. El objetivo del artículo fue presentar los impactos en la aplicación de tarifas para empresas del ramo simple nacional de comercio tras la entrada en vigor de la Ley Complementaria n° 155/2016 y analizar la utilidad de las nuevas normas. La metodología aplicada utilizó la recolección de datos de la legislación brasileña que sustenta el Simples Nacional. Este estudio arrojó como resultado que los cambios por la Ley Complementaria nº 155/2016 y los impactos fueron positivos en la carga tributaria de las empresas del simple nacional en el ramo de comercio.

Palabras llave: Sistema tributario; simple nacional; Planificación Tributaria; Facturación; Resultado.

INTRODUÇÃO

O sistema de tributação brasileiro vem passando por constantes mudanças e segundo Klueger e Petri (2018, p. 2) "a Lei Complementar nº 155/2016 tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 123/2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional". Este artigo conduz para o centro de discussão das alterações ocorridas no regime de arrecadação do simples nacional, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018 com a finalidade de poder construir novos benefícios econômicos para as empresas, levando em consideração o enquadrando na faixa de tributação correta.

Diante do contexto, o estudo tem como pergunta de partida: **Quais os impactos sobre aplicação das alíquotas para as empresas do simples nacional do ramo do comércio após a vigência da lei complementar 155/2016?**

Esta questão direciona ao objetivo geral de apresentar os impactos sobre a aplicação das alíquotas para as empresas do simples nacional do ramo do comércio após a vigência da Lei complementar n° 155/2016. (Planalto, 2016.)

Este estudo tem como objetivo específico analisar a vantagem das novas regras da Tributação voltada ao Simples Nacional para o ramo do comércio, colocando em foco as alterações ocorridas nas alíquotas, e como isso pode ajudar a gerar menor carga tributária.

O artigo procura também, evidenciar as alterações ocorridas com a vigência da lei complementar n° 155/2016, onde a mesma tem um tratamento tributário diferenciado, sendo que favorece às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

Este artigo tem como metodologia de pesquisa o método indutivo, quanto ao objetivo é de cunho explicativo, delineamento das fontes de pesquisas para realização

desse estudo é de cunho bibliográfico. E a abordagem do problema da pesquisa é de cunho qualitativo.

O presente trabalho está dividido em cinco seções, na primeira está a introdução. A seção 2 é apresentada os referenciais teóricos compostos de alguns elementos fundamentais da teoria para tributação do simples, na terceira contém a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho, e a análise e discussão dos resultados estão na seção 4. E por último, é relatada a conclusão de pesquisa nas considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil existem três tipos de regimes tributários que as empresas podem optar: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, cabendo às empresas realizar o planejamento tributário e analisar qual o regime traz menor ônus para a empresa.

O Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas. (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º). Para fins da legislação do imposto de renda, a expressão “lucro real” significa o próprio lucro tributável, e distinguisse do lucro líquido apurado contabilmente. (Planalto, 1977.)

De acordo com o art. 247 do RIR/1999

> Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais. (RIR/1999, art. 247).

O regime tributário do Lucro Presumido se caracteriza por determinar alíquotas de acordo com a atividade da empresa para presumir o lucro da empresa trimestralmente, e estas alíquotas de presunção são aplicadas sobre o faturamento bruto da empresa deduzido das vendas canceladas e dos descontos incondicionais. No Art. Art. 10 da Lei n° 9.532/97, diz que ainda não são permitidas deduções de qualquer valor a título de incentivo fiscal (Art. 10 da Lei n° 9.532/97) Planalto, 1997.

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado e simplificado, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (PLANALTO, 2006). Ele abrange a participação de todos os entes federados, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Segundo Torres (2003, p. 334), "tributo é dever fundamental exigido de quem tenha realizado o fato descrito em lei elaborada de acordo competência específica outorgada pela constituição". "Imposto é um tributo, cuja obrigação tem por fato ocasionador uma situação independente de atividade estatal específica". (BRASIL, art. 16 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966).

Na Constituição Federal de 1988, Art. 145, relata:

> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. § 1 Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. § 2 As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos (BRASIL, 2016).

E no art. 6° diz que:

> A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei. (BRASIL, 1966, s/n°).

Os impostos são classificados em federais, estaduais e municipais que conforme Constituição Federal, 1988, nos seus artigos 145 a 162 é de competência federal os seguintes: Impostos de Importação (II), Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações de crédito, câmbio e seguro (IOF), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR).

Já a parte que compete aos Estados é o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de qualquer bem (ITCMD).

Para os governos municipais fica incumbido o Imposto sobre Propriedade predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens imóveis Intervivos (ITBI), Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS). E ainda se tem as contribuições federais que são o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Programa de Integração Social e Programa de formação do patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep), Contribuição para o Financiamento da seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e programa de integração social (PIS).

SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar no 123/2006, que abrange a participação de todos os entes federados, União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017). Foi criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuição devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras. (KLUEGER e PETRI, 2018, p. 2) “é dividido em seis anexos de acordo com a atividade fim da empresa: Anexo I para comércio, Anexo II para indústrias, Anexos III, IV, V e VI para empresas prestadoras de serviço”.

Com base na Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018:

> § 1º Para fins de opção e permanência no Simples Nacional, a ME ou a EPP poderá auferir em cada ano-calendário receitas no mercado interno até o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços para o exterior, inclusive quando realizada por meio de empresa comercial exportadora ou de sociedade de propósito específico prevista no art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que as receitas de exportação também não excedam R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 10 e 14) (Resolução, 2018 CGSN nº140, 2018, Art. 2º §1º).

A opção de o contribuinte escolher o simples nacional como regime tributário da empresa é facultativa, ou seja, faz parte dele quem quer e estiver dentro das condições. Prazo para recolhimento efetuado através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta; (RECEITA FEDERAL, 2017). No entanto, a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, evidencia no art. 38:

> O cálculo do valor devido na forma prevista no Simples Nacional deverá ser efetuado por meio da declaração gerada pelo "Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D)", disponível no Portal do Simples Nacional na Internet. § 1º A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá, para cálculo dos tributos devidos mensalmente e geração do DAS, informar os valores relativos à totalidade das receitas correspondentes às suas operações e prestações realizadas no período, no aplicativo a que se refere o caput, observadas as demais disposições estabelecidas nesta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15).

Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I. Alíquota nominal a constante dos Anexos I a V desta Resolução; e
II. Alíquota efetiva o resultado de: (RBT12 × Aliq - PD) / RBT12.

Onde:

I. RBT12 corresponde à receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;
II. Aliq equivale à alíquota nominal que constante nos Anexos I a V desta Resolução; e
III. PD é a parcela a deduzir constante nos Anexos I a V desta Resolução.

MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A lei Complementar, 123, Art. 3° mostra que:

> Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior

> a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, 2006).

Para atender esse tipo de tributação de maneira correta, é preciso estar atualizado sobre a legislação e obrigações de seus enquadramentos e observações. A forma de contribuição para o tipo de empresa depende do seu faturamento, como lucro anual, perdas, tipo de atividade que exerce, entre outros fatores, além de saber onde será encaixado o distinto regime tributário dentro do anexo existente.

De acordo com Nogueira (1995, p. 201):

> Se o contribuinte, abusar do direito ao uso de formas jurídicas privadas, empregar formas anormais, formas inadequadas na estruturação de suas relações, com o intuito de impedir ou fraudar a tributação, tributação esta que, ao contrário, se o contribuinte tivesse seguido o caminho jurídico privado correto, seria devida, estaremos frente ao caso de abuso de formas com o fito de evasão, nesse caso imponível ao fisco.

Ou seja, o contribuinte deve seguir as especificações dos anexos, a maneira da tributação correta, e a legislação adequada e suas obrigações acessórias, como também, aspectos da contribuição de acordo com o valor do faturamento.

ESPECIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O RAMO DO COMÉRCIO

"O novo Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 155/2016 em essência permanecerá com as mesmas características teóricas do conhecido Simples Nacional desde a sua criação em 2006". E que a LC nº 155/2016 tem como objetivo alterar a LC nº 123/2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional. (KLUEGER e PETRI, 2018, p. 5). Os quadros mostram a diferença de cada alíquota de acordo com a arrecadação das empresas.

O quadro 1 da lei complementar n°123/2006 mostra a faixa do percentual do simples nacional, e também o Percentual de Repartição dos tributos, que detalha o

percentual de divisão dos tributos pagos, voltado em seu valor bruto. Como citado acima, é de grande importância os estudos relativos aos tributos, para que se tenha uma divisão correta, sem prejuízo a nenhuma atividade.

Quadro 1: Faixa do percentual do simples nacional e do Percentual de Repartição dos tributos

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/ PASEP	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Fonte: Lei Complementar 123/2006

Analisando o quadro 1 do simples nacional da Lei Complementar n° 123/2006 para o ramo do comércio, pode se ver que a forma de arrecadação era dividida em 20 faixas, e cada faixa tinha um percentual específico para ser usado de acordo com o faturamento bruto da empresa, e que esse percentual representa todos os possíveis tributos a ser cobrado a empresa, bem com detalha o percentual da distribuição dos tributos.

O simples nacional passou por várias modificações relevantes nos seus critérios de tributação, com isso as empresas têm que estar atentas para que o planejamento tributário seja o melhor possível. O quadro 2 (dois) mostra como fica a o novo enquadramento das empresas do ramo do comércio de acordo com a lei complementar n°155/2016.

Quadro 2: Alíquotas para empresas do simples nacional com atividade de comércio.

Faixas	Receita Bruta em 12 Meses (em R$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R$)
1ª	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Lei Complementar 155/2016

O quadro 2 representa a lei Complementar n° 155/2016 do simples nacional que começou a ser usada em 2018. Para o ramo do comércio a lei estabelece seis faixas cada uma com um percentual, sendo que a partir da 2º faixa tem um valor a ser deduzido descrito no quadro, com base no valor da Receita bruta em 12 meses.

O quadro abaixo mostra como funciona a divisão dos tributos após o pagamento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) de acordo com a lei complementar n° 155/2016.

Quadro 3: Percentual de Repartição dos Tributos

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS
1ª	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	

Fonte: Lei Complementar 155/2016

No quadro 3 detalha-se a distribuição dos tributos arrecadados para o governo federal, estaduais e municipais. Os percentuais efetivos de cada tributo serão calculados a partir da alíquota efetiva, multiplicada pelo percentual de repartição constante dos Anexos I a V (Art. 18 da LC n° 155/2016).

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

"O planejamento tributário constitui se em busca de bases legais, diminuir o montante, para evitar a incidência ou adiar o ônus tributário, dentro do Próprio enquadramento. (SILVA, CARPINETTI, 2011, p. 13).

Para Oliveira *et.al.* (2005, p. 38 *apud* Silva, Carpinetti, p. 13), o planejamento tributário:

> É uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial com o objetivo de encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte.

Já para Fabretti (2003, p 32 citado por Silva, Carpinetti, p. 14), ainda é "O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo". O autor cita que é preciso conhecer a empresa, para que assim, identifique o faturamento da mesma.

Segundo Corrêa (2006, p. 59): “O planejamento tributário é o estudo, a organização e a implementação de ações que permitam às empresas garantir a economia nos gastos com tributos, em conformidade com os normativos que regem o sistema tributário nacional”. As empresas têm que analisar todas as ações oriundas de tributação para que com isso consigam diminuir os gastos com impostos, atuando de acordo com as normas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem com premissa o método indutivo, nesse método, analisa as observações de fatos ou fenômenos cujas causas se desejam conhecer, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles com conclusões apenas prováveis. (GIL, 2008, p. 11).

A pesquisa é de cunho explicativo uma vez que tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2008 p. 28). Freitas 2008 e Medeiros 2010 corroboram com o autor supracitado, pois para ambos as pesquisas de cunho explicativo determinam fenômenos e explica os porquês das coisas e suas causas.

O trabalho científico busca comparar as mudanças ocorridas na lei Complementar n°123/2006, com a atual Lei Complementar n°155/2016, assim como mostrar as novas regras. A prioridade da pesquisa foi executar cálculos especificamente nas faixas 3 (três) e 6 (seis) da norma atual supracitada, no caso do enquadramento na faixa 3 (três) é a primeira que tem o valor para deduzir este é o motivo pelo qual foi usada, já no caso da faixa 6 (seis) não existia na lei anterior.

Este estudo analisou a tributação de uma forma correta. Sendo utilizada a coleta de dados a partir da Lei complementar n° 155/2016, que ampara o Simples Nacional, levando-se em conta a autenticidade das informações, ou seja, o delineamento, as fontes de pesquisas para realização desse estudo são de cunho bibliográfico.

Prodanov e Freitas (2013, p. 54) dizem que:

> Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Gil (2008, p. 50) menciona que "A partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas".

A abordagem do problema da pesquisa é de cunho qualitativo. Kauark (2010, p. 26) "Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição", ou seja, o esclarecimento do assunto, tributário é de fundamental importância por meio da complexidade da carga tributária que existe no Brasil. "Este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores" (Gil, 2008, p. 43).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Fazendo uma comparação entre as duas formas de tributação, verificou-se que além dos novos enquadramentos que antes estava dividida em 20 faixas onde iniciava com faturamento bruto de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) até o limite de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) agora foi reduzido para 6 faixas que inicia com os mesmos R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Outra característica nova e relevante para tributação foi o aumento do limite máximo do faturamento bruto para enquadramento no simples nacional que era R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) passando a ser de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos

mil reais), e também teve alteração valor da alíquota máxima que era 11,61% e a partir de 2018 passou a ser 19% que está descriminado na 6° Faixa.

Além disso, foi também fixada uma dedução para cada faixa. Começando as deduções partir da segunda faixa, neste caso a primeira faixa fica sem dedução, as demais têm uma dedução que começa com de R$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais) e vai até R$ 378.000,000 (trezentos e setenta e oito mil reais), de acordo com as faixas de enquadramento da empresa.

Prosseguindo com a comparação, no quadro 1 a primeira e a segunda faixa continuaram, com os mesmos percentuais de tributação fazendo uma relação com o quadro dois. A partir da terceira faixa começa as mudanças, as faixas 3 e 4 no antigo regime foram unificadas e virou a faixa 3, o mesmo aconteceu com as faixas de 5 a 10 que se transformou na faixa 4, também houve as mudanças com as faixas de 11 a 20 que virou faixa 5. Portanto a faixa 6 que é onde ficou uma das mudanças mais importantes do novo simples, que neste caso foi o aumento do limite do faturamento para enquadramento no simples nacional que passou a ser de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil Reais).

Abaixo mostra uma comparação da Lei Complementar n° 123/2006 para a Lei Complementar n° 155/2016:

Quadro 4: Comparativo Lei Complementar n° 123/2006 e Lei Complementar n° 155/2016

Lei Complementar n° 123/2006			**Lei Complementar n° 155/2016 (Nova Regra)**			
Faixa	**Receita Bruta em 12 meses (em R$)**	**Alíquota**	**Faixa**	**Receita Bruta em 12 meses (em R$)**	**Alíquota**	**Valor a Reduzir (em R$)**
1ª	Até 180.000,00	4,00%	1º	Até 180.000,00	4,00%	0,00
2ª	De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	2º	De180.000,01 a 360.000,00	7,00%	5.940,00
3ª	De360.000,01 a 540.000,00	6,84%	3º	De360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª	De540.000,01 a 720.000,00	7,54%				
5º	De720.000,01 a 900.000,00	7,60%	4º	De720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
6º	De900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%				

7º	De1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%				
8º	De1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%				
9º	De1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%				
10º	De1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%				
11º	De1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	5º	De1.800.000,01 a3.600.000,00	14,30%	87.300,00
12º	De1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%				
13º	De2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%				
14º	De2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%				
15º	De2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%				
16º	De2.700.000,01 a 2.880.000,00	11.23%				
17º	De2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%				
18º	De3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%				
19º	De3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%				
20º	De3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%				
			6º	De3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019)

Considerando hipoteticamente um levantamento com uma empresa do mesmo ramo do comércio enquadramento nas faixas de arrecadação, analisa-se como era e como ficaram a arrecadação com o novo regimento, atribuindo valores de receita bruta e mensal para melhor desenvolvimento do assunto.

Tabela 1: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 123/2006

Faixa	**1ª Faixa (limite)**
Faturamento bruto	R$ 180.000,00
Faturamento Mensal	R$ 16.500,00
(x) Alíquota	4,00%
(=) DAS	**R$ 660,00**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Tabela 2: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 155/2016

Apuração do Tributo	1ª Faixa (limite)
Faturamento Bruto	R$ 180.000,00
(x) Alíquota Nominal	4,00%
(=) Valor 1	R$ 7.200,00
(-) Dedução do Simples	R$ 0,00
(=) Valor 2	R$ 7.200,00
(/) Faturamento Bruto	R$ 180.000,00
(=) Alíquota Efetiva	4,00%
(x) Faturamento Mensal	R$ 16.500,00
(=) DAS	**R$ 660,00**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

De acordo com o que antes foi descrito e demostrado nas tabelas 1e 2, o valor arrecado na faixa 1 é mesmo para as duas leis, alterou apenas a forma de chegar ao resultado.

Tabela 3: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 123/2006

Faixa	2ª Faixa (limite inferior)	2ª Faixa (limite superior)
Faturamento bruto	R$ 180.000,01	R$ 360.000,00
Faturamento Mensal	R$ 16.500,00	R$ 33.000,00
(x) Alíquota	5,47%	5,47%
(=) DAS	**R$ 902,55**	**R$ 1.805,10**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Tabela 4: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 155/2016

Apuração do Tributo	2ª Faixa (limite inferior)	2ª Faixa (limite superior)
Faturamento Bruto	R$ 180.000,01	R$ 360.000,00
(x) Alíquota Nominal	7,00%	7,00%
(=) Valor 1	R$ 12.600,00	R$ 25.200,00
(-) Dedução do Simples	R$ 5.940,00	R$ 5.940,00
(=) Valor 2	R$ 6.660,00	R$ 19.260,00
(/) Faturamento Bruto	R$ 180.000,01	R$ 360.000,00
(=) Alíquota Efetiva	3,70%	5,35%
Faturamento Mensal	R$ 16.500,00	R$ 33.000,00
(=) DAS	**R$ 610,50**	**R$ 1.765,50**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Na faixa 2, alíquota nominal sofreu alteração antes era de 5,47% passou a ser de 7%. Outra mudança é a dedução do simples no valor de R$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais). As tabelas 3 e 4 que mostram a apuração na faixa 2 nas leis, no valor de R$ 902,55 (novecentos e dois reais e cinquenta cinco centavos) no

limite inferior da antiga Lei de acordo com a tabela 3. Já na atual ficou no valor de R$ 610,50 (seiscentos e dez reais e cinquenta centavos), e a tabela 4 teve uma redução de aproximadamente 32%. Também houve redução no limite superior de aproximadamente 2%.

Tabela 5: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 123/2006

Faixa	**3ª Faixa (limite inferior)**	**3ª Faixa – 4ª Faixa (intermediária)**	**4ª Faixa (limite superior)**
Faturamento bruto	R$ 360.000,01	R$ 540.000,00	R$ 720.000,00
Faturamento Mensal	R$ 33.000,00	R$ 49.500,00	R$ 66.000,00
(x) Alíquota	6,84%	6,84%	7,54%
(=) DAS	**R$ 2.257,20**	**R$ 3.385,80**	**R$ 4.976,40**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Tabela 6: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 155/2016

Apuração do Tributo	**3ª Faixa (limite inferior)**	**Intermediária**	**3ª Faixa (limite superior)**
Faturamento Bruto	R$ 360.000,01	R$ 540.000,00	R$ 720.000,00
(x) Alíquota Nominal	9,50%	9,50%	9,50%
(=) Valor 1	R$ 34.200,00	R$ 51.300,00	R$ 68.400,00
(-) Dedução do Simples	R$ 13.860,00	R$ 13.860,00	R$ 13.860,00
(=) Valor 2	R$ 20.340,00	R$ 37.440,00	R$ 54.540,00
(/) Faturamento Bruto	R$ 360.000,01	R$ 540.000,00	R$ 720.000,00
(=) Alíquota Efetiva	5,65%	6,93%	7,58%
Faturamento Mensal	R$ 33.000,00	R$ 49.500,00	R$ 66.000,00
(=) DAS	**R$ 1.864,50**	**R$ 3.432,00**	**R$ 4.999,50**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A faixa 3 onde foi distribuída 3 e 4 da lei antecedente, considerando teoricamente as rendas mensais e anuais, das tabelas 5 e 6, demostra que no limite inferior da lei vigente é de R$ 1.864,50 (mil oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) sendo menor que os R$ 2.257,20 (dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) da relação com LC nº 123/2006, porém nas outras duas análises de arrecadação há um aumento no valor intermediário que equivale à faixa 3 da nova Lei o aumento de R$ 46,20 (quarenta e seis reais e vinte centavos) comparando com a Lei antiga, o que da mesma forma aconteceu no limite superior de R$ 23,10 (vinte e três reais e dez centavos).

Tabela 7: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 123/2006

Faixa	5ª Faixa (limite inferior)	7ª Faixa (intermediária)	10ª Faixa (limite superior)
Faturamento bruto	R$ 720.000,01	R$ 1.080.000,01	R$ 1.800.000,00
Faturamento Mensal	R$ 66.000,00	R$ 99.000,00	R$ 165.000,00
(x) Alíquota	7,60%	8,36%	9,12%
(=) DAS	**R$ 5.016,00**	**R$ 8.276,40**	**R$ 15.048,00**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Tabela 8: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 155/2016

Apuração do Tributo	4ª Faixa (limite inferior)	Intermediária	4ª Faixa (limite superior)
Faturamento Bruto	R$ 720.000,01	R$ 1.080.000,01	R$ 1.800.000,00
(x) Alíquota Nominal	10,70%	10,70%	10,70%
(=) Valor 1	R$ 77.040,00	R$ 115.560,00	R$ 192.600,00
(-) Dedução do Simples	R$ 22.500,00	R$ 22.500,00	R$ 22.500,00
(=) Valor 2	R$ 54.540,00	R$ 93.060,00	R$ 170.100,00
(/) Faturamento Bruto	R$ 720.000,01	R$ 1.080.000,01	R$ 1.800.000,00
(=) Alíquota Efetiva	7,58%	8,62%	9,45%
Faturamento Mensal	R$ 66.000,00	R$ 99.000,00	R$ 165.000,00
(=) DAS	**R$ 4.999,50**	**R$ 8.530,50**	**R$ 15.592,50**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

As tabelas 7 e 8 avaliam a apuração do DAS para a faixa 4 da LC n° 155/2016, considerando os confrontando os limites inferiores, o valor apagar na lei atual e de R$ 4.999,50 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e na Lei anterior de R$ 5.016,00 (cinco mil e dezesseis reais) neste caso diminui R$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos), e nas outras houve aumento de aproximadamente de 3%.

Tabela 9: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 123/2006

Faixa	11ª Faixa (limite inferior)	16ª Faixa (intermediária)	20ª Faixa (limite superior)
Faturamento bruto	R$ 1.800.000,01	R$ 2.700.000,01	R$ 3.600.000,00
Faturamento Mensal	R$ 165.000,00	R$ 247.500,00	R$ 330.000,00
(x) Alíquota	9,95%	11,23%	11,61%
(=) DAS	**R$ 16.417,50**	**R$ 27.794,25**	**R$ 38.313,00**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Tabela 10: Apuração do tributo de acordo com a Lei Complementar n° 155/2016

Apuração do Tributo	5ª Faixa (limite inferior)	Intermediária	5ª Faixa (limite superior)
Faturamento Bruto	R$ 1.800.000,01	R$ 2.700.000,01	R$ 3.600.000,00
(x) Alíquota Nominal	14,30%	14,30%	14,30%
(=) Valor 1	R$ 257.400,00	R$ 386.100,00	R$ 514.800,00
(-) Dedução do Simples	R$ 87.300,00	R$ 87.300,00	R$ 87.300,00
(=) Valor 2	R$ 170.100,00	R$ 298.800,00	R$ 427.500,00
(/) Faturamento Bruto	R$ 1.800.000,01	R$ 2.700.000,01	R$ 3.600.000,00
(=) Alíquota Efetiva	9,45%	11,07%	11,88%
Faturamento Mensal	R$ 165.000,00	R$ 247.500,00	R$ 330.000,00
(=) DAS	**R$ 15.592,50**	**R$ 27.390,00**	**R$ 39.187,50**

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A comparação executada na tabela 10 que se refere à faixa 5 da LC nº 155/2016, com a tabela 9 que contém informações da lei complementar nº 123/2006, mostrou que houve diminuição na arrecadação do simples no limite inferior da lei atual no montante de R$ 825,00 (oitocentos e vinte cinco reais) em confronto com a lei passada, e algo similar ocorreu no valor intermediário, onde a redução foi de R$ 404,25 (quatrocentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), no entanto, no valor do limite superior teve aumento de R$ 874,50 (oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Na faixa 6 da lei complementar atual não será feito cálculo comparativo em virtude de informações a respeito do cálculo de impostos a recolher para compensação no resultado, como é uma nova faixa e não existia na antiga lei, para efetuar esse cálculo ter-se-ia que comparar com uma empresa enquadrada no regime do lucro real ou presumido.

A tabela 12 representa os impactos tanto em valor quanto em percentual da tributação de acordo com a comparação com as duas leis mencionadas neste artigo.

Tabela 11: impacto da Lei Complementar n° 155/2016

Lei Complementar n° 123/2006	DAS (LC n° 123/2006)	Lei Complementar n° 155/2016	DAS (LC n° 155/2016)	Impacto (R$)	Impacto (%)
1ª Faixa (limite)	R$ 660,00	Faixa 1	R$ 660,00	R$ 0,00	0,00%
2ª Faixa (limite inferior)	R$ 902,55	Faixa 2	R$ 610,50	-R$ 292,05	-32,36%
2ª Faixa (limite superior)	R$ 1.805,10		R$ 1.765,50	-R$ 39,60	-2,19%
3ª Faixa (limite inferior)	R$ 2.257,20	Faixa 3	R$ 1.864,50	-R$ 392,70	-17,40%

3ª Faixa – 4ª Faixa (intermediário)	R$ 3.385,80		R$ 3.432,00	R$ 46,20	1,36%
4ª Faixa (limite superior)	R$ 4.976,40		R$ 4.999,50	R$ 23,10	0,46%
5ª Faixa (limite inferior)	R$ 5.016,00		R$ 4.999,50	-R$ 16,50	-0,33%
7ª Faixa (intermediário)	R$ 8.276,40	Faixa 4	R$ 8.530,50	R$ 254,10	3,07%
10ª Faixa (limite superior)	R$ 15.048,00		R$ 15.592,50	R$ 544,50	3,62%
5ª Faixa (limite inferior)	R$ 16.417,50		R$ 15.592,50	-R$ 825,00	-5,03%
7ª Faixa (intermediário)	R$ 27.794,25	Faixa 5	R$ 27.390,00	-R$ 404,25	-1,45%
10ª Faixa (limite superior)	R$ 38.313,00		R$ 39.187,50	R$ 874,50	2,28%

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A tabela acima apresenta as doze análises realizadas neste artigo, na qual foi feita da diferença entre as LC n° 155/2016 e a lei complementar nº 123/2006. A faixa 1 não houve variação, e as outras apresentam mudanças relevantes, com um impacto de menor custo em seis faixas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral apresentar os impactos sobre a aplicação das alíquotas para as empresas do simples nacional do ramo do comércio após a vigência da Lei complementar n° 155/2016.

Após a comparação das Leis Complementares nº 123/2006 e nº 155/2016, constata-se que na faixa 2 teve redução tanto no limite inferior de 32,36% quanto no limite superior de 2,19% da Lei n° 155/2016, obteve melhor resultado. Na faixa 3 houve um modesto aumento no limite o intermediário de 1,36%, já no limite superior a nova Lei apresentou uma redução 17,40%.

Algo semelhante aconteceu na faixa 4, que houve um aumento 3,07% e de 3,62% nos limites intermediários e superior respectivamente, já no limite superior a lei apresentou uma redução 17,40%. Finalmente a faixa 5 apresentou redução tributária no

limite inferior de 5,03% e no limite intermediário de 1,45%, em contrapartida o limite superior obteve acréscimo de 2,28%.

Verificou-se que das 12 análises realizadas nesse estudo uma faixa permaneceu sem alteração, outros 5 aumentos na arrecadação variando entre 0,46% e 3,62%, e nas outras 6 análises houve redução que oscila entre 0,33% e 32,36%.

Espera-se que este trabalho possa servir como objeto de estudo para conhecimento do assunto de interesse do Novo Simples Nacional, com a Lei Complementar 155/2016.

Assim, conclui-se que a lei vigente ofereceu menores tributações para empresas do Simples Nacional do ramo do comércio, e a sua nova base tendendo a reduzir o valor do DAS, e com isso diminuindo o impacto na arrecadação. Para trabalhos futuros, recomenda-se que sejam feitas pesquisas de outras atividades e/ou ramo de atuação, com a verificação da mudança do Simples Nacional, e que se faça uma comparação com os demais regimes tributários que existem no Brasil (Lucro Real e Lucro Presumido), e verificar se é vantagem permanecer no regime do Simples Nacional.

REFERÊNCIAS

FABRETTI, L. C. Contabilidade Tributária. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A. Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.

KAUARK, Fabiana da Silva, *et.al* – Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático. Bahia: Via Litterarum, 2010, p. 26.

KLUEGER, Wictor Alves; PETRI, Sergio Murilo. As Mudanças do Simples Nacional para 2018 e o Impacto na Tributação em um Escritório de Contabilidade de Florianópolis/SC. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188551. Acesso em: 19 de maio de 2019.

NOGUEIRA, Barbosa Ruy. Curso de direito tributário. 14ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

PLANALTO. Presidência da República Casa Civil Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp123.htm#art18a>. 2006. Acesso em: 20 de maio de 2019.

_____. Presidência da República Casa Civil. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm>. 2016. Acesso em: 20 de maio de 2019.

_____. Presidência da República Casa Civil. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm>. 1997. Acesso em: 22 de maio de 2019.

_____. Presidência da República Casa Civil. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9532.htm>. 1997. Acesso em: 22 de maio de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Rio Grande do Sul. Universidade Feevale, 2013, p. 54.

RECEITA FEDERAL. Simples Nacional. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3> Acesso em: 22 de maio de 2019.

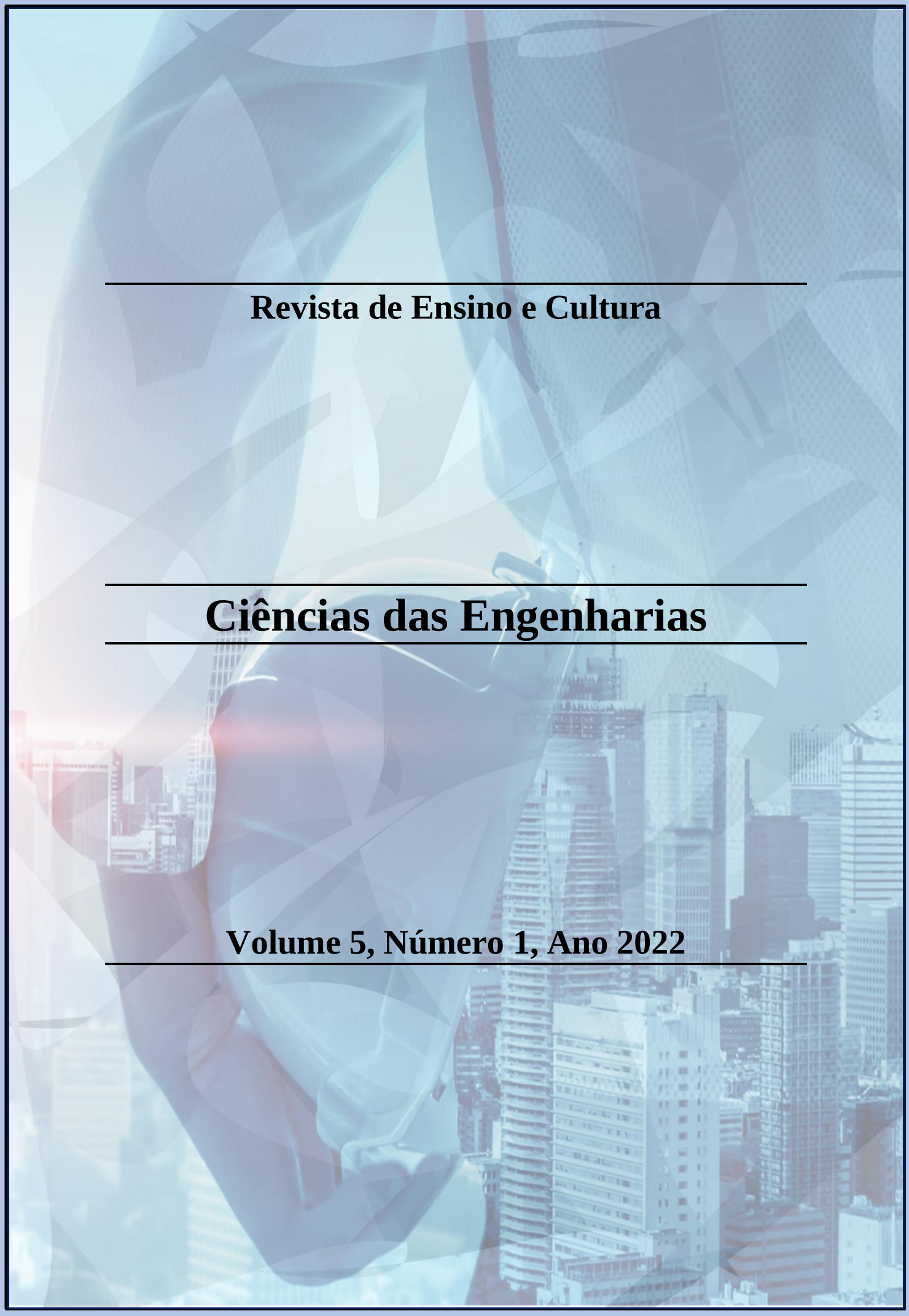
RIR. Regulamento do Imposto de Renda de 1999, Art. 247. Decreto 3000/99. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11900808/artigo-247-do-decreto-n-3000de-26-de-marco-de-1999>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

SENADO. Constituição Federal. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2019.

SILVA, Flaviane Aparecida de Oliveira, CARPINETTI, Mayra Faria. A Importância do

Planejamento tributário nas empresas mediante a Complexa carga tributária brasileira. 2011. Disponível em: <http://fatea.br/seer3/index.php/Janus/article/view/265>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

TORRES, R. L. Curso de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Renovar, 2003, 011 – 027.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências das Engenharias

Volume 5, Número 1, Ano 2022

IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS RESULTANTES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO E GÁS DA INDÚSTRIA DO PRÉ-SAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO E SISTEMÁTICO

ECONOMIC, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS RESULTING FROM OIL AND GAS EXPLORATION IN THE PRE-SALT INDUSTRY: A BIBLIOMETRIC AND SYSTEMATIC STUDY

IMPACTOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y AMBIENTALES RESULTANTES DE LA EXPLORACIÓN DE PETRÓLEO Y GAS EN EL PRESAL: UN ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO Y SISTEMÁTICO

Elane de OLIVEIRA[34]

Conrado Augustus de MELO[35]

Paulo Henrique de Mello SANT´ANA[36]

RESUMO

Com a descoberta e exploração do petróleo e gás do pré-sal o Brasil tornou-se um ator potencialmente relevante como produtor e exportador de petróleo, a partir disso criou-se várias expectativas com a geração de excedente econômico associado a extração do petróleo, como os royalties, necessários para investimentos sociais, econômicos e reparações ambientais. A literatura sobre "impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes da exploração do petróleo " referente a indústria do pré-sal é necessária e atual. O artigo objetiva realizar uma revisão dos estudos sobre os impactos econômicos,

[34] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC - UFABC. Mestrado em Administração – UFRN/2013. Graduação em Administração – UFRN/2010. (E-Mail: oliveiraelane@yahoo.com.br).

[35] Pós-Doutorado – UNICAMP/2014. Pós-Doutorado – RUB/2013, Alemanha. Pós-Doutorado – NIPE/2011. Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos – UNICAMP/2009. Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos – UNICAMP/2005. Aperfeiçoamento em Iniciação Científica – UNICAMP/2002. Graduação em Física – UNICAMP/2002. Professor Dr. Colaborador Programa de Pós-Graduação em Energia Universidade Federal do ABC. (E-Mail: conrado.melo@ufabc.edu.br).

[36] Pós-Doutorado – WVU/2015, Estados Unidos. Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos – UNICAMP/2009. Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos – UNICAMP/2005. Graduação em Engenharia Mecânica – UNICAMP/2002. Professor Dr. Colaborador Programa de Pós-Graduação em Energia Universidade Federal do ABC, (E-Mail: paulo.santana@ufabc.edu.br).

sociais e ambientais resultantes da exploração de petróleo e gás da indústria do pré-sal. A estratégia adotada foi de utilizar a revisão bibliométrica e a revisão sistemática de referencial encontrado nacionalmente, no banco de teses e dissertações e internacionalmente, em bases como a revista Energy Policy e Web of Science. Na etapa de 2019, com a base de teses e dissertações foram identificados 17155 trabalhos em nível de doutorado e 43483 a nível de mestrado e escolhidos, 5 teses e 7 dissertações e no nível internacional, foram selecionados 13 artigos. Na etapa de 2022, foram encontrados 278 artigos de diversas áreas de conhecimento, dos quais foram escolhidos 7. Conclui-se que entre os estudos nacionais e internacionais foi possível notar mais trabalhos com análise quantitativa no nível internacional. Os nacionais, em sua maioria, enfatizam a análise de leis e políticas públicas. Há trabalhos do tipo estudo de caso, mas não do tipo multicaso com abordagem hibrida, quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Impactos econômicos; Impactos sociais; Impactos ambientais; pré-sal

ABSTRACT

With the discovery and exploration of pre-salt oil and gas, Brazil has become a potentially relevant actor as a producer and exporter of oil, from this, several expectations were created with the generation of economic surplus associated with oil extraction, such as royalties, necessary for social and economic investments and environmental repairs. The literature on "economic, social and environmental impacts resulting from oil exploration" concerning the pre-salt industry is necessary and current. The article aims to review studies “on the economic, social and environmental consequences of oil and gas exploration in the pre-salt industry. The strategy adopted was to use bibliometric and systematic review of references found nationally, in the bank of theses and dissertations and internationally, in databases such as Energy Policy magazine and Web of Science. At the 2019 stage, with the theses and dissertations base, 17155 papers at doctoral level and 43483 at master's level were identified and chosen, 5 theses and 7 dissertations and at the international level, 13 articles were selected. At the 2022 stage, 278 articles from various fields of knowledge were found, from which 7 were chosen. It is concluded that between the national and international studies it was possible to notice more works with quantitative analysis at the international level. The national ones, for the most part, focus on the analysis of laws and public policies. There are works of the case study type, but not of the multicase type with a hybrid approach, quantitative and qualitative.

Keywords: Economic impacts; Social impacts; Environmental impacts; pre-salt

RESUMEN

Con el descubrimiento y la exploración de petróleo y gas del presal, Brasil se ha convertido en un actor potencialmente relevante como productor y exportador de

petróleo A partir de eso, se crearon varias expectativas con la generación de excedentes económicos vinculados a la extracción de petróleo, como los royalties, necesarias para inversiones sociales, económicas y reparaciones ambientales. La literatura sobre los "impactos económicos, sociales y ambientales resultantes de la exploración petrolífera" relativa a la industria del presal es necesaria y actual. El artículo tiene como objetivo realizar una revisión de los estudios sobre los impactos económicos, sociales y ambientales resultantes de la exploración de petróleo y gas en la industria del presal. La estrategia adoptada fue utilizar la revisiones bibliométricas y sistemática de las referencias encontradas a nivel nacional, en el banco de tesis y disertaciones, e internacional, en las bases como la revista Energy Policy y Web of Science. En la etapa de 2019, con la base de tesis y disertaciones, se han identificado 17155 trabajos a nivel de doctorado y 43483 a nivel de maestría y se han seleccionado, 5 tesis y 7 disertaciones y a nivel internacional, 13 artículos. En la fase 2022 se han encontrado 278 artículos de diversas áreas de conocimiento, de los que se han seleccionado 7. Se concluye que entre los estudios nacionales e internacionales fue posible notar más trabajos con análisis cuantitativos a nivel internacional. Los nacionales, en su mayoría, hacen énfasis en el análisis de leyes y políticas públicas. Hay estudios de casos, pero no del tipo multicaso con un enfoque híbrido, cuantitativo y cualitativo.

Palabras clave: Impactos económicos; Impactos sociales; Impactos medioambientales; presal

INTRODUÇÃO

Os investimentos na indústria do petróleo no Brasil foram notoriamente fortes nos últimos anos, possibilitando vários estudos e publicações nessa área. A perspectiva de o petróleo transformar o Brasil ao patamar de um desenvolvimento tão sonhado pelos brasileiros foi considerada com a descoberta do pré-sal (JULIANI, 2014). O país tornou-se um ator potencialmente relevante como produtor e exportador de petróleo, e criou-se expectativa na geração de excedente econômico associado ao desenvolvimento e extração do petróleo para investimentos sociais capazes de resgatar as graves assimetrias sociais que acometem o povo brasileiro (SAUER; RODRIGUES, 2016).

A produção no pré-sal atingiu recorde mensal em janeiro de 2022, com 2,06 milhões de barris de óleo equivalente por dia; e recorde trimestral, 2,03 milhões de

boed[37]e esse volume representa 72% da produção total da Petrobras (PETROBRAS, 2022).

Essas atividades são capazes de desencadear grandes mudanças nas localidades próximas a exploração bem como nas regiões vizinhas, sendo impactos positivos ou não. Alterações que provocam dois tipos de impactos territoriais: os relacionados às atividades industriais e os decorrentes dos recebimentos de compensações financeiras (MONIÉ; et. al, 2012).

Os impactos relacionados às atividades industriais dizem respeito a expectativa de aumento de empregabilidade, oportunidades de empregos diretamente e indiretamente, já as compensações são os Royalties, compensações financeiras devidas à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis (ANP, 2018).

Além das alterações visíveis no ambiente empírico, a literatura sobre "impactos econômicos e ambientais decorrentes do petróleo" aumentou, e ao se tratar do caso específico do pré-sal ela se torna mais atual, tendo em vista que oficialmente os primeiros campos foram descobertos em 2006 e as atividades só foram iniciadas em 2008. Diante desse contexto é pertinente uma atualização do estado da arte desse tema para contribuir com os estudos atuais e futuros sobre os impactos envolvidos nesse modelo de atividade econômica.

Diante desse contexto, o artigo tem como objetivo realizar uma revisão dos estudos que abordam temas relacionados a impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da exploração de petróleo e gás e da indústria do pré-sal através da técnica de análise bibliométrica e análise sistemática.

[37] Barris de óleo equivalente. Normalmente usados para expressar volumes de petróleo e gás natural na mesma unidade de medida (barris) pela conversão do gás à taxa de 1.000 m3 de gás para 1 m3 de petróleo.

O artigo está dividido em cinco tópicos, incluindo este tópico introdutório. O segundo tópico discute aspectos da literatura encontrada referente a impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da exploração de petróleo em determinadas localidades. No terceiro tópico a estratégia metodológica da pesquisa é explicada. O quarto tópico contém as análises bibliométricas e sistemáticas das publicações nacionais e internacionais sobre o tema. O último apresenta as considerações finais.

IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS RESULTANTES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO E GÁS DA INDÚSTRIA DO PRÉ-SAL

Todos os países produtores de recursos naturais, como petróleo e gás, exibem as condições em que as suas empresas nacionais de petróleo podem desempenhar um papel importante na indústria. (ANTOLÍN; CENDRERO, 2013).

Mas para que isso aconteça há a necessidade de desenvolver marcos regulatórios e políticas públicas que garantam retornos viáveis para a população, mediante as explorações de petróleo. Uma forma está relacionada a regulação e viabilidade dos royalties, através de leis e políticas públicas, tanto no processo inicial, técnico de produção, como nos sistemas de arrecadação de impostos.

Ainda assim, às vezes não é possível garantir os melhores resultados, como tem-se o exemplo do caso da Bolívia com o biodiesel, no trabalho de (ANTOLÍN; CENDRERO, 2013), intitulado “How important are national companies for oil and gas sector performance? Lessons from the Bolivia and Brazil case studies”. A política que criou o programa de biodiesel forneceu a área explorada subsídios e fundos como forma de introduzir centros de desenvolvimento econômico para a sociedade, mas não conseguiu atingir o objetivo inicial. (INACIO. et al 2009).

Em vez de um caráter totalmente privado, com as empresas estatais pode ser possível soluções que envolvam característica mista (pública e privada), contribuindo para a participação em mercados competitivos (SILVESTRE et al, 2018). Umas das

formas disso acontecer é quando a empresa possui como formas de exploração de partilha e concessão, o caso da Petrobras SA.

No Regime de concessão: O Estado cede a uma empresa o direito de explorar e produzir em uma área específica. A empresa exploradora assume os riscos e a propriedade do petróleo extraído. O Estado recebe compensações financeiras.

No regime de Partilha é firmado um contrato entre o Estado e uma empresa que terá o direito de explorar e produzir em determinada área. A empresa assume os riscos e a produção é partilhada entre ela e o Estado. O Estado também pode receber outras Retribuições financeiras. (GOV, 2022).

Em contrapartida à cessão da propriedade do petróleo, é exigido da empresa concessionária o pagamento de participações governamentais, como bônus de assinatura, royalties, dentre outros e tributos. Além de outras obrigações, como, por exemplo, ações exploratórias mínimas, que garantam ao menos algum grau de conhecimento sobre a área concedida (GOV, 2022).

A produção de petróleo e gás gera receita direta e indiretamente para os governos locais. Uma variedade de fontes de receita direta pode fluir para os governos com base no valor ou volume de produção. Já a indireta através de movimentação da economia local, geração de empregos etc.

Um tipo de recita direta são os royalties, uma compensação financeira devida à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios brasileiros, beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural na jurisdição do Brasil. Um modo de recompensa à sociedade pela exploração de recursos não renováveis. Ou seja, um jeito de recompensar algo que não existirá no futuro para as futuras gerações. (GOV, 2022)

Vale lembrar que os esforços através de políticas e regulação contribuem positivamente para a sociedade quando uma contrapartida da exploração de petróleo é destinada aos cofres públicos e usadas com intuito de sanar problemas e garantir melhorias para a sociedade.

Um fator que influencia o sistema de arrecadação são as políticas de preço, pois o valor é determinado a partir do preço do barril de petróleo. Os impactos em nível microeconômico são extremamente importantes e merecem estudos em loco.

É o caso do trabalho “The regional economic impact of oil and gas extraction in Texas”, (LEE, 2015). Nele são apresentadas evidências em apoio a impactos econômicos maiores de poços de gás do que poços de petróleo, ainda é observado que o emprego regional total impacto da atividade de petróleo e gás pode ser até 10% maior se permitir interações econômicas entre os municípios. (LEE, 2015).

Os efeitos espaciais na atividade de petróleo e gás influenciam na política pública em direção a uma economia regional sustentável. Como exemplo tem-se a necessidade dos governos locais em monitorar de perto as economias de suas comunidades vizinhas para as entender a economia da cidade ao qual é responsável. Enquanto áreas locais mais desenvolvidas tendem a estar mais preparadas para colher os impactos total de um choque econômico, governos estaduais ou federais podem aumentar a impactos econômicos em nível regional, promovendo uma maior interação entre as comunidades locais. (LEE, 2015).

Esse acompanhamento de mudanças locais e impactos em vários níveis territoriais permite uma cooperação entre as cidades, trocas de estratégias e planejamentos para soluções de problemas sociais e busca por melhorias que contribuam para a qualidade de vida da população.

Entretanto, nos últimos 20 anos, diversas pesquisas no mundo inteiro mostraram que o desenvolvimento impulsionado por recursos naturais não necessariamente promove o crescimento econômico de uma nação (SHULTZ JIM, 2005). Em nível geográfico menor, como nas cidades a situação pode ser similar, caso os gestores municipais não utilizem dos mecanismos de políticas públicas e gestão de forma adequada.

Na pesquisa de Titeca; Edmond, (2019) ele estuda em detalhes das dinâmicas de corrupção e estabilização de regimes que definem a forma do petróleo na República

Democrática do Congo, considera este setor uma importante fonte de clientelismo e extração de renda e afirma: “Quanto mais pobre e fraco é um país antes da descoberta de petróleo, mais provavelmente será prejudicado por isso. Os recursos naturais parecem reforçar apolítica de clientelismo tão prevalente na África”. Infelizmente, essa situação pode existir em nível municipal e estadual, contribuindo para o abismo na sociedade, relacionados a educação, saúde, moradia e outras questões que impactam a qualidade de vida da população.

Além dos impactos sociais que podem ser positivos ou negativos, é pertinente destacar os ambientais pois sua presença de forma negativa é inquestionável. Assim, a maior exploração da indústria do petróleo se traduz em aumento da pressão sobre os ecossistemas e seus serviços ecossistêmicos relacionados, o que gera externalidades, impactos ambientais negativos na prestação de serviços ecossistêmicos, alguns dos principais impactos nos serviços ecossistêmicos são as mudanças na diversidade da cobertura vegetal, na fertilidade do solo e na qualidade das fontes de água (RÍOS SÁNCHEZ, 2021).

Portanto, cabe aos gestores criar políticas que promovam a preservação de ecossistemas, educação ambiental, ecoturismo que amenizem a situação real dos efeitos negativos da exploração do petróleo e gás.

O impacto no meio ambiente pode ser considerado uma externalidade negativa [38] presente na exploração do pré- sal. Ainda é um tema pouco pesquisado, mas já se sabe que há mudança na qualidade do ar e contribuição para a efeito estufa, no momento da instalação, contribuição para o efeito estufa, na operação e alteração do fundo do mar devido à presença de gasodutos e equipamento submarino (MEIN *et al* 2021). Ou seja, sabe-se que os ganhos econômicos para a região responsável pela produção do petróleo e gás é atrativo e apropriado, mas as ações para amenizar e/ou reparar os danos ocorridos na execução das atividades petroleiras é urgente.

[38] Na economia, uma externalidade acontece quando alguém, ou uma empresa se dedica a uma ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto e, se o impacto sobre o terceiro é desfavorável, é denominado externalidade negativa, se é benéfico externalidade positiva (MANKIW, 2005).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo desse estudo, a estratégia adotada foi utilizada a revisão bibliométrica e a revisão sistemática. Essa abordagem permite analisar pontos específicos de conteúdo a partir de uma linha temporal atualizada. A análise bibliométrica é uma metodologia de contagem sobre conteúdos bibliográficos, já revisão sistemática a partir das publicações rastreadas permite analisar os conteúdos das publicações.

O conceito de análise bibliométrica está relacionado a evidenciação quantitativa dos parâmetros de um conjunto definido de artigos para a gestão da informação e do conhecimento científico de um dado assunto. Os parâmetros observáveis são: os artigos selecionados, suas referências, autores, número de citações e periódicos mais relevantes (ENSSLIN et al., 2010).

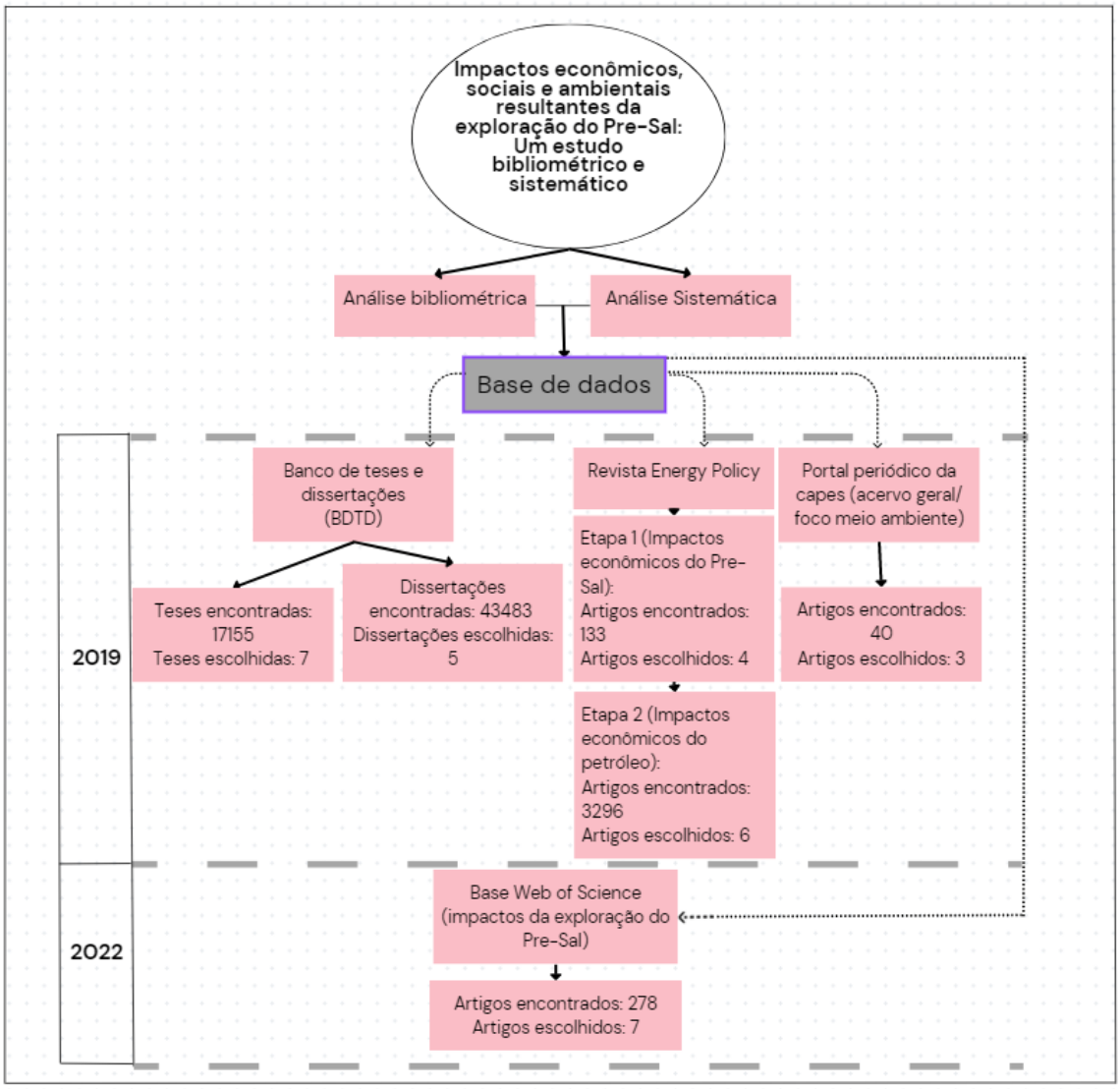
As análises bibliométrica e sistemática são métodos meta-científicos, maneiras eficazes para avaliação do conjunto da produção científica em uma determinada área do conhecimento. Essa avaliação é feita a partir da revisão sistemática de informações em fontes de publicação científica, bases de indexação de dados, bancos de teses e dissertações, periódicos científicos, geram indicadores importantes da produção, sintetizam as principais ideias, hipóteses, métodos, resultados, bem como o impacto da produção (WITTER, 2005).

A utilização desses métodos consiste em identificar tendências e crescimento do conhecimento em um determinado tema e identificar os periódicos mais produtivos em um determinado tema (MEDEIROS *et al*. 2011). Além disso a revisão sistemática serve para detectar lacunas em áreas do conhecimento, atualizar conhecimento sobre determinado tema e realizar uma síntese do conhecimento já produzido.

Foi utilizado o software Excel, quadros e tabelas referentes a publicações nacionais e internacionais.

A Figura 1 apresenta o esquema com as etapas da pesquisa, indica quais revistas, fontes e bases foram utilizados para essa pesquisa:

Figura 1: Procedimento metodológico



Fonte: Elaboração própria (2018)

Na parte de análise e discussão dos resultados as etapas apresentadas na figura X serão explicadas detalhadamente.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

ETAPA NACIONAL, BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES

Foi pesquisado em bibliotecas digitais e bancos de teses e dissertações nacionais por estudos que abordam o tema “Impacto econômico do pré-sal” defendidas no período de 2014 a 2017 de programas de pós-graduação diversos, mas com principal foco na interdisciplinaridade da área de energia e economia,

No caso da busca de dissertações foi utilizado “social, econômica, pré-sal” a busca apresentou 43483 opções de trabalhos e foram escolhidas 5, considerando o foco de estudo em questão sobre a interdisciplinaridade da área de Economia, energia do petróleo focada no pré sal, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Teses escolhidas

Autor/ano	Título
Trojbicz, B. (2014)	Formação de agenda e formulação de uma política pública no Brasil: o caso do Fundo Social do Pré-Sal
Reis, C. M. (2016)	Por uma nova geopolítica para o petróleo brasileiro: o caso do pré-sal
Gomes, F. L. (2015)	Regulação estatal e o pré-sal: por uma proposta de modelagem institucional voltada à promoção do direito fundamental ao desenvolvimento econômico mediante a otimização dos contratos de partilha de produção.
Juliani, L. I. (2014)	Fatores de impulso na economia brasileira: O Caso do Pré-Sal e a Indústria do Petróleo
RODRIGUES, L. A. (2016)	Cenários Econômico-Financeiros da Produção em Campos do Pré-Sal sob Distintos Regimes Regulatórios

Fonte: Elaboração própria (2018)

As teses e dissertações encontradas nessa pesquisa bibliométrica e sistemática seguem a mesma linha da busca dos artigos em revistas internacionais. Os assuntos abordados dizem respeito a economia do petróleo, fatores positivos, negativos e as consequências da exploração do petróleo bem como o caráter interdisciplinar do tema “economia de energia” com foco em petróleo.

Porém, foi constatado que em se tratando de base de indexadores nacionais, banco de teses e dissertações brasileiras, encontrou-se mais trabalhos focados na área de exploração do pré-sal, ainda que de diversas áreas de conhecimento devido ao caráter interdisciplinar.

As áreas de estudo abordam políticas públicas, regulações, regras e leis para que a atividade econômica em questão garanta um uso adequado das fontes financeiras, royalties e outros impostos.

Já com relação a busca de teses, foram utilizadas as mesmas palavras chaves usadas para a dissertação com o retorno de 17155, dos quais foram escolhidos 7 trabalhos.

Quadro 2: Dissertações escolhidas

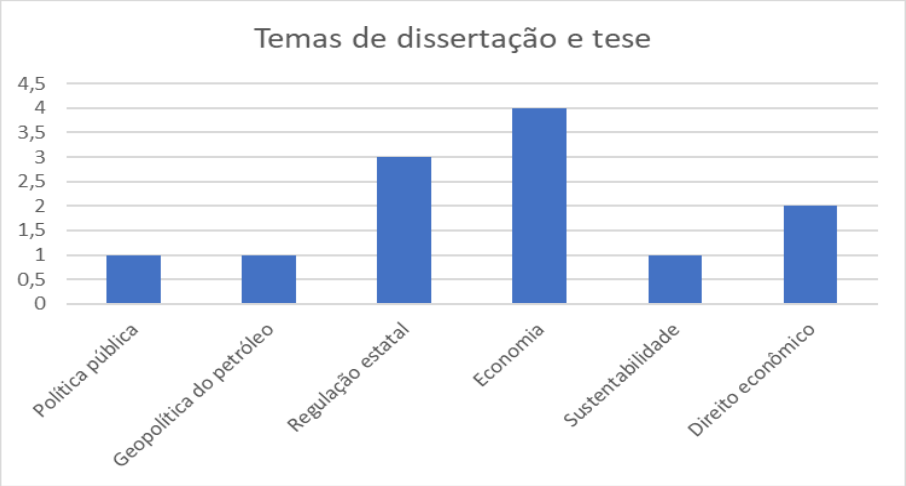
Autor/ano	Título
TAFFAREL, C.C. (2014)	O novo marco regulatório do pré-sal e a autonomia local: uma abordagem a partir da efetivação da subsidiariedade administrativa
MEERHOLZ, A. L. (2016)	O modelo regulatório do pré-sal e a neutralização da doença holandesa
BRITTO, C. M. (2014)	Sustentabilidade e Interdisciplinaridade: elementos para uma abordagem sociológica, a partir do Pensamento Sistêmico Multimodal, para um estudo preliminar do Pontal do Pré-Sal
MODESTO, L. A. M. S. (2016)	Contratação direta da Petrobras no pré-sal: análise constitucional das implicações para a livre concorrência e para o desenvolvimento econômico do setor
PRADO, F. A. B. (2016)	Alterações legislativas dos royalties do pré-sal: Efeitos sobre os Princípios Constitucionais e as Políticas Públicas
COSTA, L. A. D. (2016)	A indústria do petróleo: disputas por territórios cada vez mais profundos
PINTO A.G.V. (2016)	Direito econômico do petróleo: as consequências da descoberta do pré-sal

Fonte: Elaboração própria (2018)

As conclusões dos autores do Quadro 2 apresentaram como limitações, a relação entre petróleo e bem-estar no Brasil, aspectos que considerem uma transformação que possa contribuir para a diminuição da desigualdade social. Além disso, análises das rendas, royalties gerados através do pré-sal, como se pode garantir uma economia mais forte para superar os obstáculos que certamente surgirão quando houver a escassez do petróleo, bem como estudos sobre estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento nacional com os ganhos econômicos do petróleo e do pré-sal.

Nesse cenário foram categorizados os temas das teses e dissertações da seguinte forma:

Figura 2: Temas de dissertações e teses



Fonte: Elaboração própria (2019)

Como se pode perceber o eixo da temática estudada é o petróleo e o subtema "Economia" e o que tem maior destaque.

ETAPA INTERNACIONAL 2019

Para a etapa internacional, foram coletados artigos científicos na revista "Energy Policy" que oferece conteúdo de alto nível disponível à comunidade científica brasileira, atualmente classificado no qualis como A1 na área Interdisciplinar. Foi pesquisado por artigos que consistissem em impactos econômicos e ambientais desencadeados pela exploração do petróleo e gás e pré sal.

Tabela 1: Formulário de pesquisa bibliométrica em impactos econômicos do petróleo/ pré sal/Energy Policy

Fatores	Descrição	Artigos
Áreas dos periódicos	Economia, Energia	
String de busca	"impact of pre sal"	133
Filtro	Título, resumo e palavras chaves	
Fator de inclusão	Texto completo disponível	
Fator de inclusão final	Leitura prévia: Identificação do tema pelo autor	4

Fonte: Elaboração própria (2019)

Em um primeiro estágio, foram selecionados 133 artigos que passaram nos filtros da pesquisa e apresentavam no título resumo e/ou nas palavras-chave as

expressões que tinham a palavra “impact”, mas que muitas vezes denominavam a outras abordagens, como por exemplo o uso adequado do diesel, etc. A partir da triagem realizada com os fatores de inclusão, a coleta final de artigos totalizou 4.

Tabela 2 - Artigos escolhidos no periódico “Energy Policy”, fator de impacto 4.039

Ano	Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Quantos trabalhos citam-no?
2009	Omar Inácio Benedetti Santos; Regis Rathmann	Identification and analysis of local and regional impacts from the introduction of biodiesel production in the state of Piauí	Biodiesel Productive arrangement Local development Productive arrangement Local development	27
2013	María José Paz Antolín; Juan Manuel Ramírez Cendrero	How important are national companies for oil and gas sector performance? Lessons from the Bolivia and Brazil case studies	National oil companies International oil companies’ Regulatory framework	14
2014	M. José Paz	Oil and development in Brazil: Between an extractive and an industrialization strategy	Oil sector Industrialization Institutional framework Brazil	17
2018	Hugo Consciência Silvestre, Jorge Routte Lamba, Aldenisio Moraes Correia	Implementation of Brazil's energy policy through the national oil company: From institutional chaos to strategic order	Policy implementation State-owned enterprises Business strategy Oil industry Petrobras	1

Fonte: Elaboração própria (2019)

Os respectivos trabalhos apresentados na Tabela 2 representam artigos que tratam dos assuntos relacionados a impactos de determinadas explorações de recursos energéticos, como o biodiesel, no tocante de empregabilidade, renda saúde, educação.

Ademais, a importância do marco regulatório e o desempenho de empresas estatais na exploração do petróleo, bem como a implementação de políticas públicas no que se refere a “política energética regional”. Apenas um dos trabalhos buscam alternativas na indústria energética baseadas em recursos naturais, através de análise de desempenho do setor petrolífero brasileiro e, em particular, sua trajetória de industrialização. (INACIO. et al 2009; ANTOLÍN; CENDRERO, 2013; PAZ, 2014; SILVESTRE et al, 2018).

Em um segundo estágio, foram selecionados 3296 artigos que passaram nos filtros da pesquisa e apresentavam no título resumo e/ou nas palavras-chave as

expressões que tinham as palavras “energy ”, “recovery”, “gás” mas que muitas vezes denominavam a outras abordagens, como por exemplo o uso adequado do diesel, etc. A partir da triagem realizada com os fatores de inclusão, a coleta final de artigos totalizou 6.

Tabela 3: Formulário de pesquisa bibliométrica em impactos econômicos do petróleo/Energy Policy

Fatores	Descrição	Artigos
Áreas dos periódicos	Economia, Energia	
String de busca	“The regional economic impact of oil”	3296
Filtro	Título, resumo e palavras chaves	
Fator de inclusão	Texto completo disponível	
Fator de inclusão final	Leitura prévia: Identificação do tema pelo autor	6

Fonte: Elaboração própria (2019)

Tabela 4: Artigos escolhidos no periódico “Energy Policy”, fator de impacto 4.039

Ano	Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Quantos trabalhos citam-no?
2012	Levent Aydın	The economic impact of petroleum royalty reform on Turkey’s upstream oil and gas industry	Upstreamn Oil Royalty	7
2014	Toon Vandyck, Denise Van Regemorter	Distributional and regional economic impact of energy taxes in Belgium	Oil excises Income distribution CGE-microsimulation	34
2017	Yingzhu Li, Xunpeng Shin, Bin Su	Economic, social and environmental impacts of fuel subsidies: A revisit of Malaysia	CGE model Fuel subsidy reform Household Carbon emissions Malaysia	7
2018	Gbadebo A. Oladosu, Paul N. Leiby, David C. Bowman, Rocio Uría-Martínez, Megan M. Johnso	Impacts of oil price shocks on the United States economy: A meta-analysis of the oil price elasticity of GDP for net oil-importing economies	Oil price shocks GDP elasticity Heterogeneity Meta-analysis Partial-robust-M-regression	11
2018	Richard G. Newell, Daniel Raimi	The fiscal impacts of increased U.S. oil and gas development on local governments	Shale gas Tight oil Local public finance Severance tax Property tax Hydraulic fracturing	5
2015	Jim Lee	The regional economic impact of oil and gas extraction in Texas	Oil and gas extraction Dynamic spatial panel model Multiplier effects Regional economic impact	34

Fonte: Elaboração própria (2019)

Os artigos escritos e apresentados na Tabela 4 abordam assuntos relacionados ao impacto da economia de determinadas regiões (pesquisa em loco), bem como incentivos do Projeto de Lei do Petróleo capazes de atrair empresas petrolíferas estrangeiras, análise dos efeitos macroeconômicos e distributivos do aumento de impostos sobre o petróleo de determinada região.

A análise do impacto potencial da remoção de impostos de energia na economia de uma região, ou seja, microeconomia também é avaliada. A relação da elasticidade de preço do petróleo e seus efeitos no PIB de países importadores de petróleo e os impactos fiscais líquidos para municípios afetados pela exploração do petróleo, adicionadas com as políticas estaduais e municipais.

É tratado também nos estudos, análises de crescimento das indústrias de petróleo, tanto as que trabalham diretamente como indiretamente. Foi encontrado apenas um trabalho, ainda sobre impacto econômico, porém com foco em óleo de xisto[39], vale ressaltar que apesar de ser uma fonte econômica e de energia que atende o mercado ela ainda não é tão explorada como o petróleo, devido ao seu alto custo e ainda existir ótimas reservas de mercado na área do petróleo e seus derivados.

Diante desse contexto é possível notar estudos de ordem macroeconômica e microeconômica. A maior parte das análises estão relacionadas com o momento pós e durante a exploração do petróleo, considerando os levantamentos positivos e negativos da atividade nas regiões afetadas (AYDIN, 2012; VANDYCK; REGEMORTER, 2014; LI et al, 2017; OLADOSU et al, 2018; NEWELL; RAIMI, 2018; LEE, 2015).

Na terceira pesquisa viu-se a necessidade de considerar o aspecto “meio ambiente” importante também, foi observado a dificuldade de encontrar trabalhos com foco no pré sal, portanto, optou-se pela diversificação de bases, através das palavras chaves de busca “impact, environment, pre-salt” no portal Periódico da capes, com estudos a partir de 2015 apareceram 40 trabalhos, desses, foram escolhidos 3:

[39] É um combustível extraído da rocha de xisto betuminoso e se apresenta como uma opção em relação aos óleos combustíveis derivados do petróleo.

Tabela 5: Artigos escolhidos na "Resources Policy", fator de impacto 2.695 e Portal periódico da capes (acervo geral)

Ano	Autor (1), Autor (2) …	Título do artigo	Palavras-chave	Quantos trabalhos citam-no?
2015	Alessandra Aloise de Seabra, Alla Khosrovyan, T. Angel Del Valls, Marcus Polette	Management of pre-salt oil royalties: Wealth or poverty for Brazilian coastal zones as a result?	Petroleum Royalty's management Social impacts Brazil Presalt oil	7
2018	Cristiano Vilardo Emilio Lèbre La Rovere	Multi-project environmental impact assessment: insights from offshore oil and gas development in Brazil	Environmental impact assessment (EIA); multi-project (EIA); o shore oil and gas; cumulative e ff ects assessment; scoping; e activeness	0
2014	Maiara Moreira Gonçalves Celso Kazuyuki Morooka Ivan Rizzo Guilherme	Selection of an offshore petroleum production system by evaluating an environmental impact index	Environmental impact	0

Fonte: Elaboração própria (2019)

Os artigos escolhidos nessa etapa tiveram como análises a forma de administração dos royalties do petróleo e os impactos no meio ambiente ao qual os recursos são disponíveis e regiões próximas. Também consideram abordagens de questões políticas envolvidas na concepção de leis, regulamentos e políticas públicas que condizem com a realidade estudada, enfatizando o meio ambiente.

O filtro desenvolvido para a escolhas dos artigos nessa etapa foram com mais foco em meio ambiente, tendo em vista que ao se tratar de lucros oriundos da exploração do petróleo há também impactos negativos, relacionados ao meio ambiente.

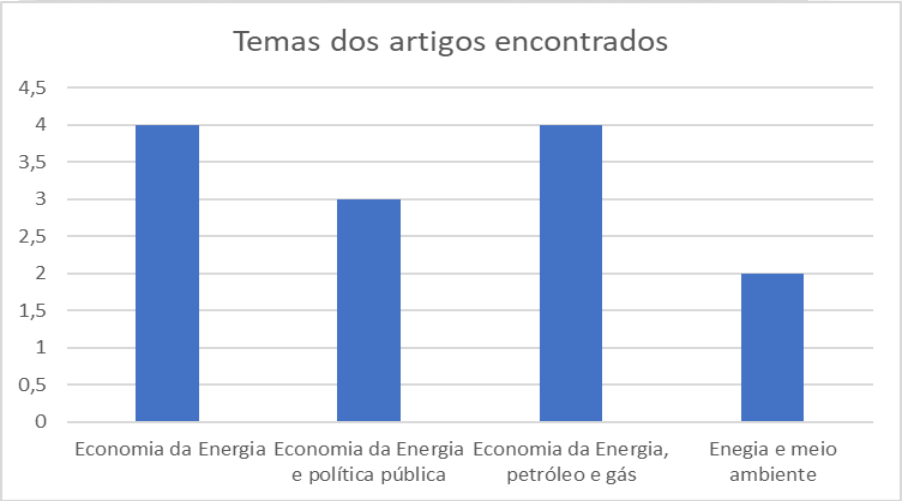
Outro ponto considerado numa forma mais aberta de escolha diz respeito ao fato de a exploração de petróleo na camada pré sal ser algo relativamente novo e particular do Brasil o que diminui o número de trabalhos em escala mundial. Assim, foi possível identificar que a mal administração os royalties do petróleo produção em economias que dependentes dessa indústria é possível ocorrer a ineficiência de gestão e corrupção (Seabra, et al 2015).

Diante desse contexto, outro aspecto relevante foi o fato de a experiência de gestão de royalties do pré-sal no Brasil, até o momento desta pesquisa, (Campos Bacia - Rio de Janeiro) ter mostrado que o aporte econômico na região, os municípios locais nem sempre resultaram em desenvolvimento social. As receitas de petróleo e gás criaram distúrbios sociais nas regiões produtoras, principalmente devido ao excesso de liberdade fornecida pela falta de envolvimento obrigatório na administração de receitas no nível municipal, que está em desacordo com a natureza jurídica (Seabra, et al 2015).

Dessa forma, é possível considerar contextos em formatos de estudos de casos em loco para buscar peculiaridades e detalhes em situações brasileiras do pré-sal que não podem ser encontradas em outros estados do Brasil e outros lugares do mundo, até o momento desta pesquisa.

Nesse cenário foram categorizados os temas dos artigos seguinte forma:

Figura 3: Temas dos artigos encontrados



Fonte: Elaboração própria (2019)

Como se pode perceber o eixo da temática estudada é o petróleo e o subtema “Economia da energia” e o que tem maior destaque

ETAPA INTERNACIONAL 2022

A etapa internacional de 2022 foi desenvolvida com o intuito de atualizar a pesquisa, portanto optou-se pelo banco de dados "Web of Science", pois ele reúne artigos de conteúdo científico altamente qualificados e reconhecidos mundialmente.

Inicialmente foi colocado o termo "Social impacts Brazil Pre-salt oil" no stream de busca e apareceu apenas um artigo intitulado: "Management of pre-salt oil royalties: Wealth or poverty for Brazilian coastal zones as a result?".

A partir dessa etapa, foi colocado um termo de busca mais abrangente "pre-salt oil", com a delimitação de tempo entre 2015 e 2022 o que resultou em 278 artigos, de diversas áreas de conhecimento. Os temas pesquisados, distintos da área de conhecimento de interesse dessa pesquisa foram: comunidades de bactérias, tecnologia de geosequestro de dióxido de carbono, abordagem geoquímica, caracterização físico química do pré-sal.

Tabela 6: Formulário de pesquisa bibliométrica sobre petróleo e Pré-Sal/ web of Science

Fatores	Descrição	Artigos
Base	Banco de dados de diversas áreas de conhecimento	
String de busca	"pre-salt oil"	278
Filtro	Título, resumo e palavras chaves	
Fator de inclusão	Texto completo disponível	
Fator de inclusão final	Leitura prévia: Identificação do tema pelo autor	7

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3-Artigos escolhidos da web of Science

Ano	Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Quantos trabalhos citam-no?
2021	MEIN, T. F. et. al.	1º - Environmental Vulnerability in Pre-Salt Oil and Gas Operations	environmental vulnerability; hydrocarbons extraction	0
2015	RODRIGUES, L. A.; SAUER, I. L.	2º - Exploratory assessment of the economic gains of a pre-salt oil field in Brazil	Pre-salt, Brazil, Service contract, Production sharing, Concession, Financial and economic assessment	19
2019	SIQUEIRA, N. S.; MORON, E. D. L.	3º - Fairness, distributive justice and the apportionment of the pre-salt royalties: a new analysis from Rawls' theory	Royalties Pre-Salt; Justice as fairness; John Rawls; Brazilian Supreme Court.	0

Ano	Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Quantos trabalhos citam-no?
2021	RICETO, A.; SILVA, R.	4º - Petrobras' role in the Brazilian economy (2003/2018): rise and fall / o papel da Petrobras na economia brasileira (2003/2018): ascensão e queda	Petrobras; Geo-economics; Crisis.	0
2017	PEREIRA, E. G.; LÜDKE, F. G. AMORIM, L.	5º - The Brazilian pre-salt case: governmental interference and challenges for potential joint ventures	joint venture; pre-salt; PSA; concession regime; bidding rounds; NOC; governmental intervention	0
2020	HALLACK, L. N.; KAUFMANN, R. K.; SZKLO, A.	6º - The effect of productivity and country risk on development in the Brazilian Pre-salt Province	Pre-salt; break-even price; oil prices; productivity; country risk	2
2013	ROMAO, F. L.	7º - Pre-salt oil, royalties, and sovereign and social funds in Brazil: Challenges and social control	Pre-salt oil, royalties, social control, social fund, social inequality, sovereign fund	1

Fonte: Elaboração própria

O primeiro, a pesquisa descrevem alguns impactos ambientais relatados no documento EIA/RIMA, apontando que os hidrocarbonetos têm impactos devastadores antes, durante e depois da extração do petróleo e gás, ele não oferece uma solução concreta para o problema, mas expõe a questão da vulnerabilidade da situação (MEIN, et. al. 2021). Nesse artigo não há uma relação direta com aspectos econômicos, porém em se tratando de um recurso finito como o petróleo e gás, a escassez provocará um impacto negativo nos aspectos financeiros em nível de sociedade, país e no mundo.

O segundo, mostra que os faturamentos do governo brasileiro são maiores quando a produção de petróleo é conduzida sob o serviço regime de contrato em vez do regime de concessão ou a produção regime de partilha (RODRIGUES; SAUER, 2015). O aspecto relevante dessa pesquisa é comprovar a maneira mais vantajosa de regime de produção e participação do governo brasileiro, mas vale ressaltar que como se trata de um recurso de comodities e transações, na maioria das vezes, em forma de exportação há outras variantes na escolha de conduzir e regime de produção.

No terceiro, com relação à distribuição dos royalties do petróleo, o modelo distributivo mais compatível com os princípios de justiça defendidos por Rawls[40], seria aquele em que os Estados potencialmente mais afetados pela exploração devem receber uma parte maior dos royalties, ainda que os demais Estados também devam receber uma parcela, ainda que menor, pois todos integram o sistema federativo (SIQUEIRA; MORON, 2019). Essa pesquisa é da área de direito, portanto a discussão é em torno de uma teoria que valida a melhor forma de repartição dos valores dos royalties, benefícios gerados da exploração do petróleo e gás, a título de conhecimento é relevante, mas para decisão nessa área faz-se necessário outras questões relacionadas a regulação.

O quarto, relata que houve um crescimento substancial na distribuição de recursos de royalties para os municípios produtores de petróleo do Brasil, porém isso não tem se refletido em melhorias sociais, em algumas situações promoveu uma dependência desses municípios de recursos petrolíferos finitos, caracterizada como uma forma variante da 'doença holandesa' [41](RICETO; SILVA, 2021)

O quinto, o sucesso do regime Potencial Joint ventures [42]dependerá de várias questões, sendo a primeira a capacidade da Petrobras de conduzir as operações do pré-sal como 'operadora exclusiva' – mesmo tendo direitos de preferência e a opção preliminar de sair (PEREIRA; LÜDKE; AMORIM, 2017). A discussão sobre o assunto é pertinente na área jurídica e pode trazer consequências a nível econômico de forma indireta

O sexto, a percepção da relação da situação fiscal do Brasil e o risco de crédito no mercado de exportação de petróleo e gás e oportunidades de parcerias e cooperação com países que dependem do petróleo brasileiro, como a China (HALLACK; KAUFMANN; SZKLO, 2020). Esse tema é relevante e pertinente no âmbito econômico

[40] Teoria do filósofo John Rawls sobre a concepção de justiça como equidade de Rawls, idealizada para avaliar um "pacto social" (sociedades de pessoas), usada como critério de justiça distributiva.
[41] Termo econômico que explica situações em que o aumento da receita com a exportação de recursos naturais (exemplo petróleo) valoriza demais e leva à desindustrialização do setor manufatureiro, que fica menos competitivo em relação aos produtos externos.
[42] Associação estratégica e econômica entre duas empresas, que podem ou não ser do mesmo ramo, durante um período específico e limitado.

e no que diz respeito a impactos econômicos e regulatórios, pois pode afetar a indústria de petróleo e gás brasileira em âmbito internacional.

Já o sétimo, trata-se da expansão da indústria de exploração de petróleo e gás no Brasil e consequentemente o aumento de arrecadações de royalties, os autores enfatizam a necessidade de priorizar esses recursos para diminuir a desigualdade social existente no país e que não está exatamente ocorrendo como esperado (ROMAO, 2013). Tema pertinente ao assunto Maldição dos recursos[43], portanto há uma relevância nacional e internacional, já que trata de uma possibilidade eminente que municípios e estados brasileiros podem ser afetados.

Quadro 4: Área de conhecimento dos artigos escolhidos da web of Science

Título do artigo	Área de conhecimento
1º - Environmental Vulnerability in Pre-Salt Oil and Gas Operations	Meio ambiente e petróleo
2º - Exploratory assessment of the economic gains of a pre-salt oil field in Brazil	Economia e petróleo
3º - Fairness, distributive justice and the apportionment of the pre-salt royalties: a new analysis from Rawls' theory	Economia e Direito/ Regulação
4º - Petrobras' role in the Brazilian economy (2003/2018): rise and fall / o papel da Petrobras na economia brasileira (2003/2018): ascensão e queda	Políticas públicas sociais e Regulação
5º - The Brazilian pre-salt case: governmental interference and challenges for potential joint ventures	Economia e Doença Holandesa
6º - The effect of productivity and country risk on development in the Brazilian Pre-salt Province	Economia e Comércio Exterior
7º - Pre-salt oil, royalties, and sovereign and social funds in Brazil: Challenges and social control	Políticas públicas sociais e Regulação

Fonte: Elaboração própria (2018)

Dos 7 (sete) trabalhos escolhidos apenas 1 (um) não está relacionado diretamente ao pré-sal, mas apresenta aspectos, estudos atribuídos ao pré-sal e sua importância. Tendo em vista que muitas teorias, regulamentações foram desenvolvidas a partir das descobertas do pré-Sal.

Mesmo que o tema “Doença Holandesa” esteja relacionado a exploração do petróleo, como observado em diversos estudos (MOHAN; ASANTE; ABDULAI, 2018;

[43] Termo usado quando países ricos em recursos naturais (exemplo petróleo) crescem menos, pois essa fonte de riqueza tende a gerar desperdícios em meio à corrupção e pode favorecer uma minoria.

TYCE, 2020; USMAN, 2018) apenas 1 (um) trabalho mencionou essa área de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar impactos econômicos e ambientais desencadeados pela exploração do petróleo e gás e pré sal através de um estudo bibliométrico e sistemático.

Com relação às teses e dissertações foram identificados 17155 trabalhos a nível de doutorado e 43483 a nível de mestrado. Porém foram escolhidos, considerando o filtro da temática trabalhada nesse artigo, 5 teses e 7 dissertações.

No âmbito internacional, foram selecionados 13 artigos na pesquisa realizada em 2019 e 7 artigos na etapa realizada em 2022. Essa quantidade de artigos publicadas internacionalmente leva a crer que há possibilidades de mais trabalhos nas áreas de conhecimentos apresentada nesta pesquisa.

Um ponto de vista importante que vale ser considerado, trata-se dos trabalhos que às vezes não são tão pontuados, porém retratam com maior precisão e detalhes estudos relativos ao pré-sal.

A leitura desses estudos possibilita a reflexão de que a costa brasileira apresenta muitos outros vetores de desenvolvimento durante o processo de expansão, incluindo turismo, portos, implantação de energia renovável e aquicultura, além de equipamentos industriais e instalações de logística envolvidas na produção de petróleo. Essas atividades podem ser fortalecidas e a base da sociedade pode ser diversificada através de uma gestão eficiente das receitas do petróleo (Seabra, et al 2015).

No entanto, qualidade da governança, da regulação, e controle da corrupção devem ser efetivas para o Brasil, em nível federal, estadual e municipal se beneficie

economicamente e socialmente das receitas de petróleo, gerenciando responsavelmente o recurso.

Comparando os estudos nacionais e internacionais foi possível notar maior aprofundamento na análise quantitativa dos trabalhos internacionais. Os nacionais, em sua maioria, enfatizam a análise de leis e políticas públicas de forma qualitativa.

Percebeu-se que os artigos internacionais apresentam mais pesquisas do tipo estudo de caso, com relação ao impacto da exploração do petróleo e gás do que no âmbito nacional.

Não foram encontrados trabalhos do tipo de análise de multicaso, ou seja, em que é investigado o impacto em várias cidades próxima ao evento ocorrido, no caso desse trabalho a "exploração do petróleo e gás do pré-sal". Esses trabalhos são necessários devido as características típicas de uma região ser diferentes de outra e, portanto, possibilitar uma análise mais aprofundada de um evento.

Diante dessa constatação sugere-se para trabalhos futuros uma pesquisa do estado da arte de trabalhos de caráter estudo de caso e multicaso com abordagem hibrida (quantitativa e qualitativa) relacionados ao pré-sal, já que é evidente o impacto econômico, social e ambiental da indústria do petróleo no âmbito do pré-sal.

REFERÊNCIAS

ANP. Anuários Estatísticos Disponível em: <http://www.anp.gov.br/?id=661>. Accesso em: 17 Jan. 2018.

ANTOLÍN, M. J. P.; CENDRERO, J. M. R. How important are national companies for oil and gas sector performance? Lessons from the Bolivia and Brazil case studies. **Energy Policy.** v.61, p. 707–716, may/2013.

AYDIN, L. The economic impact of petroleum royalty reform on Turkey's upstream oil and gas industry. **Energy Policy**. v.43, p. 166–172, jan. 2012.

BRITTO, C. M. **Sustentabilidade e Intradisciplinaridade: elementos para uma abordagem sociológica, a partir do Pensamento Sistêmico Multimodal, para um estudo preliminar do Pontal do Pré-Sal.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). - UFPR - Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2014.

COSTA, L. A. D. **A indústria do petróleo: disputas por territórios cada vez mais profundos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial na américa latina e caribe) - UNESP- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016.

ENSSLIN, L. et al. **ProKnow-C, knowledge development process - constructivist.** Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. 2010.

GILES Mohan; KOJO Pumpuni Asante & ABDUL-GAFARU Abdulai. Party Politics and the Political Economy of Ghana's Oil. **New Political Economy**, 23:3, 274-289. 2018 DOI: 10.1080/13563467.2017.1349087

GOMES, F. L. **Regulação estatal e o pré-sal: por uma proposta de modelagem institucional voltada à promoção do direito fundamental ao desenvolvimento econômico mediante a otimização dos contratos de partilha de produção**. Tese (Doutorado em Direito) – UFPE -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

GONÇALVES, M. M.; MOROOKA, C. K.; GUILHERME, I. R. Selection of an offshore petroleum production system by Evaluating an environmental impact index. In **Proceedings of the ASME 2014 33rd International Conference on Ocean, Offshore and Arctic Engineering OMAE2014**. California, jun. 2014.

GOV, Ministério de Minas e Energia. Os regimes de concessão e de partilha. Rio de janeiro, 14 de julho de 2021. Disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de partilha#:~:text=Como%20funciona%20o%20regime%20de%20concess%C3%A3o&text=Por%20esse%20modelo%20de%20contrato,grande%20produ%C3%A7%C3%A3o%2C%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20especial> Acesso em 28 de dez. 2022.

GOV, Ministério de Minas e Energia. Royalties. 06 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties> Acesso em 28 de dez. 2022.

HALLACK, L. N.; KAUFMANN, R. SZKLO, A. S. Price discovery in Brazil: causal relations among prices for crude oil, ethanol, and gasoline. **Energy Sources** Part B: Economics, Planning, and Policy:2020., v. 14, n. 3, p. 230-251. DOI: 10.1080/15567249.2019.1617373

INACIO, O.; SANTOS, B.; RATHMANN, R. Identification and analysis of local and regional impacts from the introduction of biodiesel production in the state of Piauí. **Energy Policy.** v.37, p. 4011–4020, may/2009.

JULIANI, L. I. (2014). **Fatores de impulso na economia brasileira: O Caso do Pré-Sal e a Indústria do Petróleo.** Tese (Doutorado em Energia) - UFABC - Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

LEE, J. The regional economic impact of oil and gas extraction in Texas. **Energy Policy**. v. 87, p.60–71, sept. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2015.08.032>.

LI, Y.; SHI, X.; S. Economic, social and environmental impacts of fuel subsidies: A revisit of Malaysia. **Energy Policy**. v. 110, p. 51-61, Aug. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2017.08.015>.

MEDEIROS, M. L. et al., Administração e políticas em educação: uma revisão sistemática da produção do EnANPAD e do EnAPG de 1997 a 2009. Revista de Ciências da Administração, v. 13, n. 13, 2011. 61-87.

MEERHOLZ, A. L. **O modelo regulatório do pré-sal e a neutralização da doença holandesa. Dissertação (Mestrado em Direito).** – UFPR - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MEIN, T.F.; GIMENES, A.L.V.; DIAS, E.M.; REBELLO PINHO DIAS SCOTON, M.L.; Udaeta, M.E.M. Environmental Vulnerability in Pre-Salt Oil and Gas Operations. **Energies** 2021, v. 14, n. 732. <https://doi.org/10.3390/en14030732>.

MODESTO, L. A. M. S. **Contratação direta da Petrobras no pré-sal: análise constitucional das implicações para a livre concorrência e para o desenvolvimento econômico do setor.** Dissertação (Mestrado em Direito) – UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NEWELL, R. G; RAIMI, D. The fiscal impacts of increased U.S. oil and gas development on local governments. **Energy Policy.** v.117, p.14–24, marc. 2018.

MONIÉ, F. (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

OLADOSU, G. A.; LEIBY, P. N.; BOWMAN, D. C.; MARTÍNEZ, R. U.; JOHNSON, M. M. Impacts of oil price shocks on the United States economy: A meta-analysis of the oil price elasticity of GDP for net oil-importing economies. **Energy Policy.** v.115, p. 523–544, Feb. 2018.

PAZ, M. J. Oil and development in Brazil: Between an extractive and an industrialization strategy. **Energy Policy**. v. 73, p. 501–511, July/2014.

PEREIRA, E. G; LÜDKE G. F.; AMORIM, L. The Brazilian pre-salt case: governmental interference and challenges for potential joint venture. **Journal of Energy & Natural Resources Law**: 2017. v.35 p. 451-461, n. 4. DOI: 10.1080/02646811.2017.1358375

PETROBRAS. Aumentamos a produção de óleo e gás e atingimos recordes em campos do pré-sal no 1º trimestre de 2022. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2022. Disponível em <https://petrobras.com.br/en_us/fatos-e-dados/petrobras-aumenta-producao-de-oleo-e-gas-e-atinge-recordes-em-campos-do-pre-sal-no-1-trimestre-de-2022.htm#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20no%20pr%C3%A9%2Dsal,%2C%20ante%2071%25%20no%204T21.> Acesso em 28 de dez. 2022.

PINTO A.G.V. **Direito econômico do petróleo: as consequências da descoberta do pré-sal.** Dissertação (Mestrado em Direito) - PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016

PRADO, F. A. B. **Alterações legislativas dos royalties do pré-sal: Efeitos sobre os Princípios Constitucionais e as Políticas Públicas**. Dissertação (Mestrado em Direito) PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

REIS, C. M. **Por uma nova geopolítica para o petróleo brasileiro: o caso do pré-sal.** Tese (Doutorado em Geografia) – UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RICETO, A; SILVA, Rd. PETROBRAS' ROLE IN THE BRAZILIAN ECONOMY (2003/2018): RISE AND FALL. **Geographic**: 2021., v. 23, n. 50, 2021.DOI: 10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a38745

RÍOS SÁNCHEZ, Belky. **Análisis de las externalidades causadas por las actividades petroleras en el departamento del Meta sobre la provisión de servicios ecosistémicos. Universidad de los Andes**, 2021.

RODRIGUES, L. A. **Cenários Econômico-Financeiros da Produção em Campos do Pré-Sal sob Distintos Regimes Regulatórios.** Tese (Doutorado em Energia) – USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RODRIGUES, L. A.; SAUER, I. L., Exploratory assessment of the economic gains of a pre-salt oil field in Brazil. **Energy Policy**,2015 V. 87, P. 486-495. ISSN 0301-4215, <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2015.09.036>.

ROMAO, F. L. Pre-salt oil, royalties, and sovereign and social funds in Brazil: Challenges and social control. **International Social Work**: 2016. V.59(1), p. 5–17. N. 1. <https://doi.org/10.1177/0020872813497383>.

SAUER I. L.; RODRIGUES L. A. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Estudos avançados**. São Paulo, v.30 n.88 Set. /Dez. 2016.

SEABRA, A. A.; KHOSROVYAN, A.; VALLS, T. A. D. POLETTE, M. Management of pre-salt oil royalties: Wealth or poverty for Brazilian coastal zones as a result? **Resources Policy**. v.45. p.1–8. marc. 2015.

SHULTZ JIM. **SEGUINDO A PISTA DO DINHEIRO Um Guia para Monitorar Orçamentos e Receitas do Petróleo e Gás Natural**. New York: [s.n.]. Disponível em: <www.soros.org>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SILVESTRE, H. C. GOMES, R. C. LAMBA, J. R. Implementation of Brazil's energy policy through the national oil company: From institutional chaos to strategic order. **Energy Policy**. v. 119, p. 87–96, April 2018.

SIQUEIRA, N. S.; MORON, E. D. L. Fairness, distributive justice and the apportionment of the pre-salt royalties: a new analysis from Rawls' theory.2019. **Revista Brasileira de Estudos Políticos :**Belo Horizonte. n. 118 p. 439-464

TAFFAREL, C.C. **O novo marco regulatório do pré-sal e a autonomia local: uma abordagem a partir da efetivação da subsidiariedade administrativa.** Dissertação (Mestrado em Direito) - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

TITECA, K.; EDMOND, P. The political economy of oil in the Democratic Republic of Congo (DRC): Corruption and regime control. **Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 2, p. 542–551, 1 abr. 2019.

TROJBICZ, B. **Formação de agenda e formulação de uma política pública no Brasil: o caso do Fundo Social do Pré-Sal.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

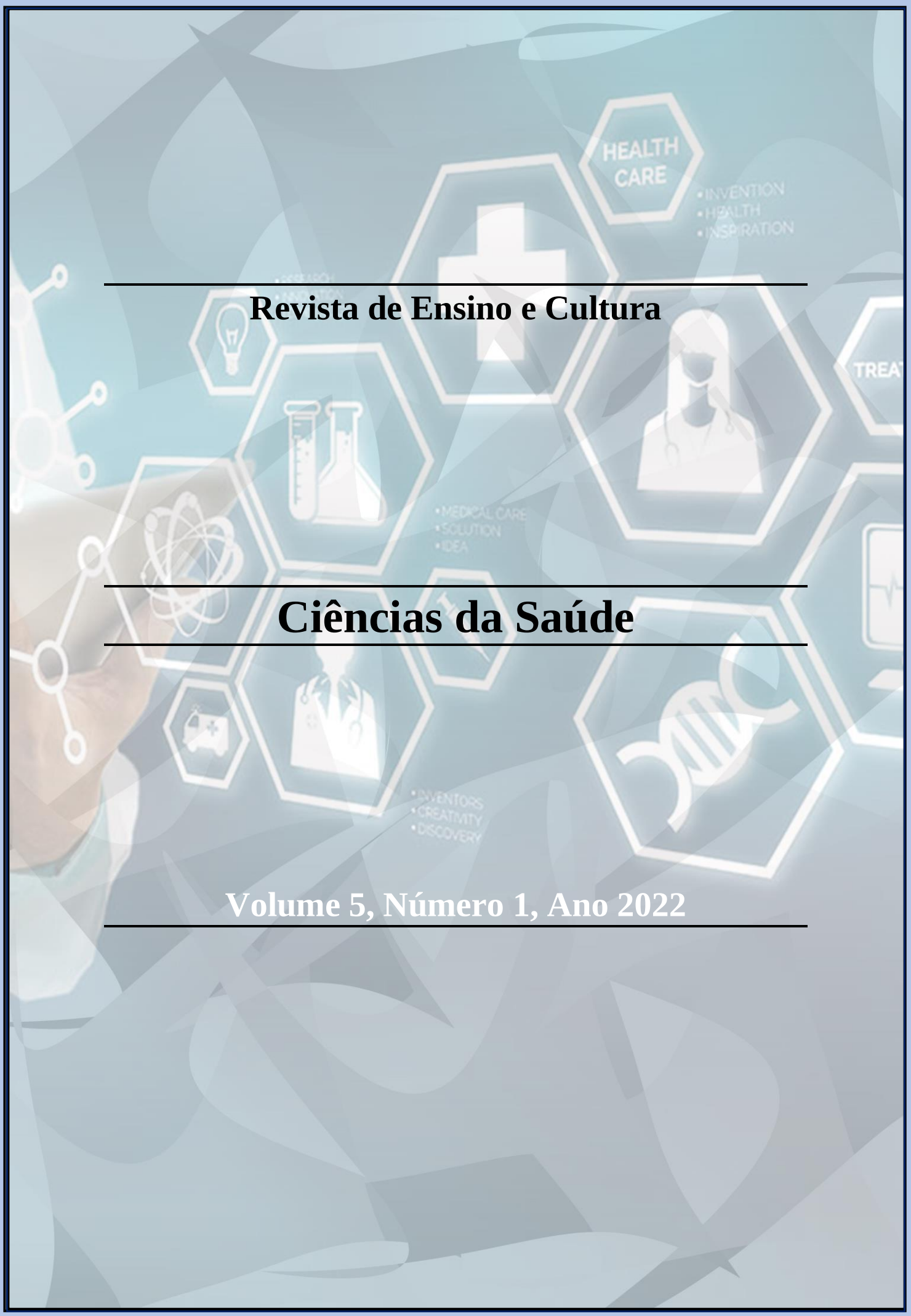
TYCE, Matthew. Unrealistic expectations, frustrated progress and an uncertain future? The political economy of oil in Kenya. The Extractive Industries and Society, V.2 P. 729-7377, N. 2, April 2020.https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.03.USMAN, Zainab. The "Resource Curse" and the Constraints on Reforming Nigeria's Oil Sector. **The Oxford Handbook of Nigerian Politics**. V.7. 520–544. 2018. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198804307.013.31>.

USMAN, Zainab. The "Resource Curse" and the Constraints on Reforming Nigeria's Oil Sector. The Oxford Handbook of Nigerian Politics. V.7. 520–544. 2018. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198804307.013.31

VANDYCK, T.; REGEMORTER, D. V. Distributional and regional economic impact of energy taxes in Belgium. **Energy Policy.** v. 72, p. 190-203, may. 2014.

VILARDO, C.; ROVERE, E. L. L. Multi-project environmental impact assessment: insights from o ff shore oil and gas development in Brazil. In. Impact assessment and project appraisal. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14615517.2018.1475615> Accesso em May 2018.

WITTER, G. P. **Metaciência e Psicologia**. Campinas: Alínea, 2005.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Saúde

Volume 5, Número 1, Ano 2022

EPIDEMIOLOGIA DE INDIVÍDUOS COM LESÃO MEDULAR POR ACIDENTE MOTOCICLÍSTICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EPIDEMIOLOGY OF INDIVIDUALS WITH SPINDLE INJURY DUE TO MOTORCYCLE ACCIDENTS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE

EPIDEMIOLOGÍA DE LAS PERSONAS CON LESIONES EN EL HUSILLO POR ACCIDENTES DE MOTOCICLETA EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE

Laís Caroline Alves Fagundes DE LIMA[44]

Gabriel Martins DE ARAÚJO[45]

Rodrigo Augusto Xavier de Sousa BARROS[46]

Erotides Tereza de Oliveira Damasceno LUCAS[47]

Rêncio Bento FLORÊNCIO[48]

RESUMO

Introdução: Lesão medular espinhal é uma lesão neurológica incapacitante, com grande impacto na sociedade representando um problema de saúde pública. Acidentes moto ciclísticos fazem parte das principais causas de lesão medular por origem traumática, com crescente morbimortalidade em acidentes no Brasil. A taxa de mortalidade desse tipo de acidente no Brasil é abordada em vários estudos, mas poucos

[44] Graduação em Fisioterapia – UNICEUNA/2017. (E-mail: lais.cafl@gmail.com).

[45] Graduação em Fisioterapia – UNICEUNA/2021. (E-mail: gabrielaraujo9966@outlook.com).

[46] Especialização em Fisioterapia Neurofuncional – UEPB/2010, Graduação em Educação Física – UFRN/2014, -Graduação em Fisioterapia – UNP/2006. Supervisor de Estágio, Docente e Orientador/TCC do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: rodrigoaugustox@yahoo.com.br).

[47] Mestrado em Saúde Coletiva – UFRN/2016, Especialização em Fisioterapia Ortopédica e Desportiva UNI-RN/2011, Especialização em Fisiologia do Exercício – UNIFESP/2010, Graduação em Fisioterapia – UNP/2006, Fisioterapeuta, Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – HMWG, (E-mail: tereza.fisioterapia@yahoo.com.br).

[48] Doutor em Biotecnologia em Saúde - UFRN/2018, Graduação em Fisioterapia - UFRN/2011, Coord. do Grupo de Pesquisa "Liga Acadêmica de Fisioterapia Intensiva e Cardiopulmonar (LAFICAP)", Coordenador, Supervisor de Estágio, Docente Universitário e Orientador de Iniciação Científica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: rencio.bf@hotmail.com).

relatam sobre os casos não fatais, havendo uma necessidade de pesquisas nesses casos. **Objetivo:** Traçar epidemiologia de casos de lesão medular por acidente moto ciclístico no estado do Rio Grande do Norte por meio da análise de dados secundários. **Metodologia:** O presente estudo se configura como um estudo epidemiológico, retrospectivo e analítico, que analisa dados sobre indivíduos com lesão medular ocasionados por acidentes moto ciclísticos no período de 2010 e 2014 no estado do Rio Grande do Norte. Os dados foram coletados por meio da fonte secundária da base de dados DATASUS. **Resultados:** O perfil predominante de vítimas de acidente com motocicleta é de jovens com idade entre 30 e 39 anos do sexo masculino com tratamento para lesão medular de origem traumática. As cidades de Natal, Mossoró e Parnamirim possuem o maior número de indivíduos sob tratamento de fratura da coluna vertebral com lesão medular. **Conclusão:** Através da coleta de dados pode-se confirmar que casos de lesão medular por acidente moto ciclístico é predominantemente do sexo masculino com idade economicamente produtiva entre 20 e 39 anos, gerando grande problema de saúde pública em vários municípios do interior e capital do estado do RN.

Palavras-chaves: Epidemiologia; Motocicleta; Lesão Medular; Acidente de trânsito.

ABSTRACT

Introduction: Spinal cord injury is a crippling neurological injury, with great impact on society represents a public health problem. Motorcycle accidents are part of the main causes of spinal cord injury by traumatic origin, with growing morbidity and mortality in accidents in Brazil. The mortality rate of this type of accident in Brazil is addressed in several studies, but few reports on non-fatal cases, and there is a need for research in these cases. **Objectives:** Draw the epidemiological profile of individuals with spinal cord injury by motorcycling accident in the State of Rio Grande do Norte. **Methodology:** This study is configured as an epidemiological study, retrospective and analytical, that analyzes data about individuals with spinal cord injury caused by motociclisticos accidents in the period of 2010 and 2014 in the State of Rio Grande do Norte. The data were collected through secondary source data base DATASUS. **Results:** The predominant profile of motorcycle accident victims is young people between the ages of 30 and 39-year-old male with spinal cord injury treatment of traumatic origin. Where the city of Natal, Brazil and Houston have higher number of individuals under treatment. **Conclusion:** The TRM can be considered a public health problem because it generates great impact on morbidity and mortality in young people. The main starting point for preventive actions the epidemiological study.

Keywords: Epidemiology; Motorcycles; Spinal cord injuries; Accidents traffic.

RESUMEN

Introducción: La lesión medular es una lesión neurológica incapacitante, con gran impacto en la sociedad, representando un problema de salud pública. Los accidentes de

motocicleta se encuentran entre las principales causas de lesión medular de origen traumático, con morbilidad y mortalidad crecientes en los accidentes en Brasil. La tasa de mortalidad de este tipo de accidente en Brasil es abordada en varios estudios, pero pocos informan sobre casos no fatales, con necesidad de investigación en estos casos. **Objetivo:** rastrear la epidemiología de los casos de lesión medular por accidentes de motocicleta en el estado de Rio Grande do Norte a través del análisis de datos secundarios. **Metodología:** Este estudio se configura como un estudio epidemiológico, retrospectivo y analítico, que analiza datos de individuos con lesión medular provocada por accidentes de motocicleta en el período 2010 y 2014 en el estado de Rio Grande do Norte. Los datos fueron recolectados a través de la fuente secundaria de la base de datos DATASUS. **Resultados:** El perfil predominante de las víctimas de accidentes de motocicleta es el de hombres jóvenes con edades entre 30 y 39 años que han sido atendidos por una lesión medular traumática. Las ciudades de Natal, Mossoró y Parnamirim tienen el mayor número de personas en tratamiento por fracturas vertebrales con lesión medular. **Conclusión:** A través de la recolección de datos se puede constatar que los casos de lesión medular por accidentes de motocicleta son predominantemente masculinos con una edad económicamente productiva entre 20 y 39 años, generando un importante problema de salud pública en varios municipios del interior y capital del país. estado de RN.

Palabras Clave: Epidemiología; Motocicleta; Lesión de la médula espinal; Accidente de tránsito.

INTRODUÇÃO

A lesão da medula espinhal (LME) é uma lesão neurológica incapacitante, com grande impacto na sociedade tendo um alto índice de morbimortalidade, representando um problema de saúde pública[1-5]. Sua fisiopatologia apresenta processos primário e secundário, no qual pode se iniciar com a transmissão de energia mecânica para a medula espinhal e as estruturas neurais. A lesão secundária afeta a micro vascularização de estruturas não afetadas diretamente e o desencadeamento de radicais livres e neurotransmissores, o que produz a morte celular e consequente interrupção axonal, impedindo a comunicação do cérebro com as demais partes do corpo abaixo da lesão[2, 6]. Considerada uma das lesões mais graves, causa perda parcial ou total da motricidade e/ou sensibilidade, e distúrbios do sistema autonômico, dependendo do nível da lesão[2, 3, 4,7,8, 9].

Estima-se que aconteçam no Brasil cerca de 40 novos casos de LME anuais por um milhão de habitantes[1, 4,5], número este que vem aumentando para cerca de 71 novos casos por milhão de habitantes[10]. Há uma probabilidade de que ocorram a cada ano no país, mais de 10 mil novos casos de lesão medular sendo predominantemente causado por traumas[3], acometendo principalmente indivíduos do sexo masculino com idade profissional produtiva[1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12-20].

As lesões medulares podem ser de origem traumática (mais frequente), não traumática e congênita, e ainda completa ou incompleta, onde sua severidade é classificada de acordo com as normas da *American Spinal Cord Injury Association* (ASIA), sendo a lesão completa correspondente à ausência total das funções motora e sensitiva abaixo do nível da lesão, e incompleta quando existe função motora e/ou sensitiva preservada abaixo do nível da lesão[2, 3, 4, 7, 9, 20]. Dentre as etiologias da lesão medular traumática, também chamada de Trauma Raquimedular (TRM), destacam-se em maior frequência, acidentes automobilísticos e moto ciclísticos, os ferimentos por projétil de arma de fogo, lesão por objetos perfurantes, acidentes por mergulho em águas rasas e as quedas[1, 3, 4, 5, 10, 12, 17].

O acidente moto ciclístico é uma das principais causas de lesão medular de origem traumática em vários países[1 - 5, 8- 12], devido à popularização desse veículo, sendo justificada pela sua capacidade de fluidez no trânsito, economia de combustível, facilidade de estacionamento, expansão do mercado de tele entrega e de moto táxi, além das facilidades de crédito para sua aquisição nos últimos anos[8, 15, 16, 20].Segundo Oliveira *et al e*ntre os anos de 2000 e 2010 houve um aumento de quase 5 vezes na incidência de pacientes que sofreram lesão na coluna devido acidente moto ciclístico com agravante para Lesão medular[11]. No Rio Grande do Norte, estado do nordeste do Brasil, com população estimada para o ano de 2016 de 3.474.998, segundo Censo 2010, distribuída em 167 municípios[21], com frota de veículos ultrapassando um milhão, a motocicleta ganha espaço a cada ano no estado com frota de 393.990 no ano de 2016 [22].

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 1,2 milhões de pessoas morrem por ano em acidentes de trânsito no mundo, sendo os usuários de motocicletas um grupo considerado de alta vulnerabilidade nas vias públicas do Brasil,

com crescente morbimortalidade em acidentes[8]. Além de que, em destaque, um dos fatores para acidentes de trânsito é a ingestão de bebida alcoólica, ainda que tenha diminuído consideravelmente com a implementação da Lei Seca no Brasil, em 2008, que revisou o limite de consumo de bebida alcoólica permitido por condutores[8, 13, 14, 15, 18, 20].

Na literatura há muitos relatos quanto à taxa de mortalidade no Brasil por acidentes de trânsito, enquanto há poucos relatos sobre as vítimas sobreviventes, com algumas sequelas, principalmente aqueles com LME. Diante disso torna-se necessário a pesquisa de casos não fatais, traçando um perfil epidemiológico de indivíduos com lesão medular ocasionados por acidentes moto ciclísticos. O desconhecimento da população e principalmente das vítimas e seus familiares sobre a gravidade da sequela do acidente, os riscos físicos e psicológicos, e o impacto social que pode acarretar, levaram à necessidade de observação desta temática. Além da representação de elevados custos de internações hospitalares e tratamento desses indivíduos lesionados. Tendo como perspectiva a investigação de índices epidemiológicos desse tipo de acidente no estado do Rio Grande do Norte, quantificando os resultados em lesão medular, a relação com aumento de vendas de motos e gastos com internação e tratamento, o presente estudo tem como objetivo traçar a epidemiológico de casos de lesão medular por acidente moto ciclístico no estado do Rio Grande do Norte no período de 2010 à 2014, analisando dados secundários.

METODOLOGIA

O presente estudo se configura como um estudo epidemiológico, retrospectivo e analítico, que analisa dados sobre indivíduos com lesão medular ocasionados por acidentes moto ciclísticos no período de 2010 e 2014 no estado do Rio Grande do Norte. O período da busca de dados foi de maio a julho de 2016, no qual o primeiro passo foi a busca de informações sobre a epidemiologia de lesados medulares por acidente moto ciclísticos no Brasil.

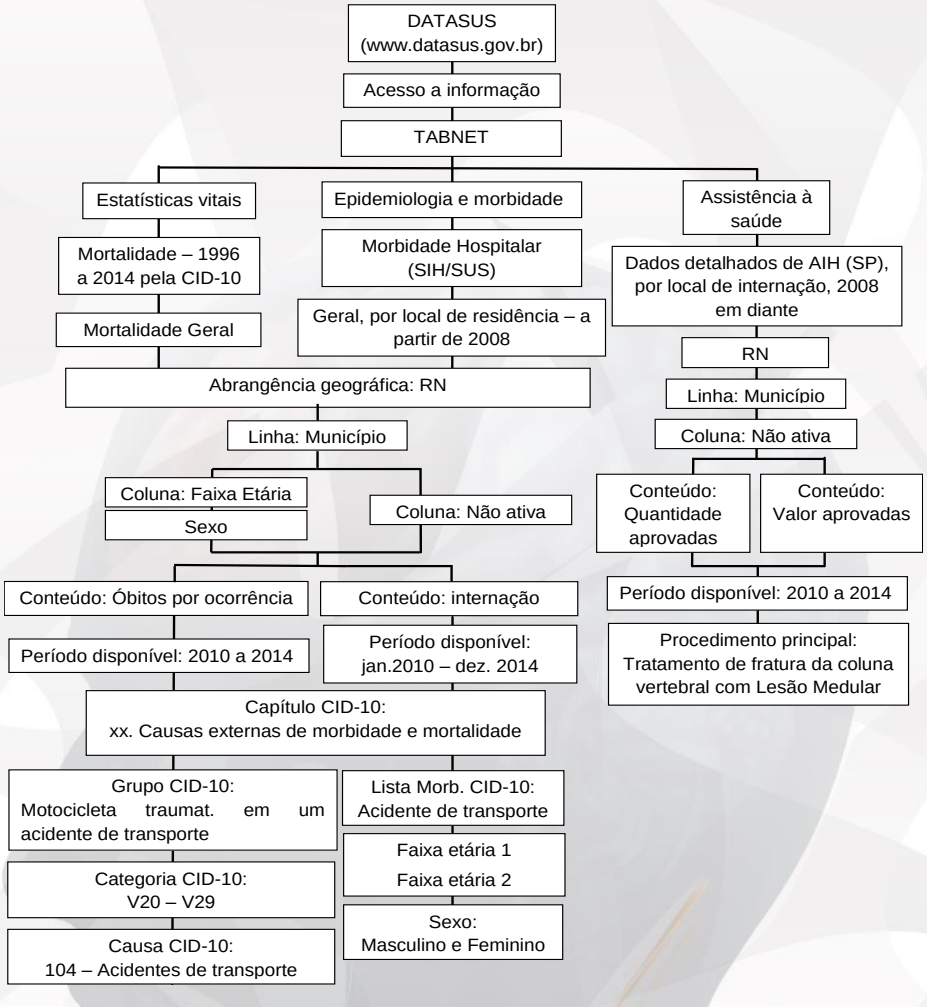
Os dados foram coletados por meio da fonte secundária da base de dados DATASUS – Departamento de Informática do SUS, resultando na construção de tabelas semelhantes às existentes no Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS), gerido pelo Ministério da Saúde. Buscou-se dados referentes à casos confirmados de acidentes por motocicleta por ano nas cidades do estado, com as seguintes variáveis, presentes no DATASUS, escolhidos pelos autores: unidade geográfica, a faixa etária, distribuição quanto ao sexo, diagnostico de lesão medular, taxa de internação hospitalar e tratamento de fratura da coluna por LME, segundo fluxograma a seguir.

As planilhas foram obtidas no formato ".CSV" e ajustadas no software Microsoft Excel versão 2016, sendo posteriormente agrupadas, através do processo de *linkage,* no software IBM©StatisticalPackage for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0. Uma vez criado o banco com todas as variáveis, foram calculadas as taxas de mortalidade para cada ano do período através do cálculo:

Nº de eventos/população do ano (projeção) x 1000 (constante). As demais variáveis foram organizadas em gráficos e tabelas para melhor compreensão.

Para os dados referente a Taxa de Mortalidade Geral no estado do Rio Grande do Norte (RN) de motociclistas em acidente de trânsito realizou-se o processo de análise espacial univariada, utilizando o aplicativo TerraView 4.4.2, no qual foram criados os mapas temáticos de distribuição do evento estudado. Para a verificação se houve autocorrelação espacial foi aplicado o teste de Moran Global, que gerou um índice (*I)* e u p-valor para cada ano do período estudado. Este índice varia de -1 a 1 e aponta se há autocorrelação espacial positiva quanto mais próximo seu valor for de 1 ou autocorrelação negativa quanto mais próximo seu valor for de -1. E para verificar autocorrelação local, o que permiti comparar o valor de cada município com seus vizinhos, foi aplicado a o teste de Índice de Moran Local (função LISA), gerando gráficos através do diagrama de espalhamento de Moran. Os quadrantes do diagrama classificam o grau de similaridade entre municípios vizinhos, considerando os quadrantes AA (Alto Alto) e BB (Baixo Baixo) pontos de associação espacial positiva, no sentido que a localização possui vizinhos com valores semelhantes, e os quadrantes AB (Alto Baixo) e BA (Baixo Alto) possui vizinhos com valores distintos.

FLUXOGRAMA



Fonte: Criado pelos autores.

RESULTADOS

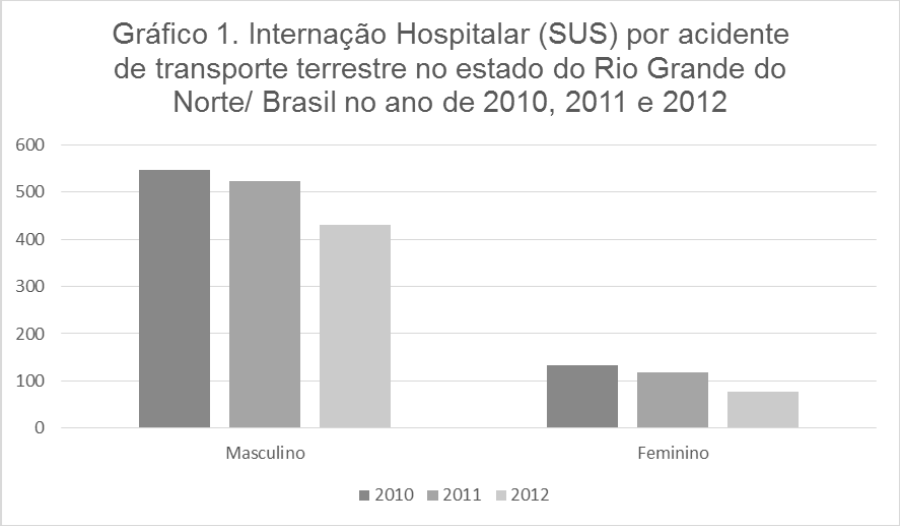
O número de Internação Hospitalar (IH) por acidente de transporte terrestre no estado do Rio Grande do Norte (RN) nos anos de 2010 a 2012, por sexo e faixa etária, descrita na Tabela 1. Os anos de 2013 e 2014 não foram encontradas informações no banco de dados DATASUS sobre tal indicador de internação.

Através da tabela pode-se observar que o maior número de indivíduos internados por tal acidente é do sexo masculino com maior incidência nas faixas etária entre 20 e 39 anos (59,52%; 59,17%; 61,72%, nos respectivos anos apresentados na tabela), com pico entre 30 e 39 anos (27,47%; 22,33%; 27,38%).

Tabela 1. Internação Hospitalar (SUS) por acidente de transporte terrestre no estado do Rio Grande do Norte / Brasil no ano de 2010, 2011 e 2012.

	2010				2011				2012			
	MASC		FEM		MASC		FEM		MASC		FEM	
Faixa Etária	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0 – 9 anos	16	2,93%	7	5,22%	12	2,29%	7	5,98%	12	2,78%	3	3,85%
10 – 14 anos	16	2,93%	4	2,99%	9	1,72%	4	3,42%	7	1,62%	2	2,56%
15 – 19 anos	44	8,06%	8	5,97%	34	6,49%	11	9,40%	35	8,12%	5	6,41%
20 – 24 anos	96	17,58%	24	17,91%	103	19,66%	18	15,38%	79	18,33%	11	14,10%
25 – 29 anos	79	14,47%	29	21,64%	90	17,18%	20	17,09%	69	16,01%	12	15,38%
30 – 39 anos	150	27,47%	24	17,91%	117	22,33%	14	11,97%	118	27,38%	15	19,23%
40 – 49 anos	71	13,00%	14	10,45%	73	13,93%	10	8,55%	63	14,62%	10	12,82%
50 – 59 anos	46	8,42%	14	10,45%	50	9,54%	17	14,53%	31	7,19%	5	6,41%
60 – 69 anos	19	3,48%	6	4,48%	21	4,01%	11	9,40%	15	3,48%	4	5,13%
70 anos e mais	9	1,65%	4	2,99%	15	2,86%	5	4,27%	2	0,46%	11	14,10%
TOTAL	546	100,00 %	134	100,00 %	524	100,00 %	117	100,00 %	431	100%	78	100%

A representação gráfica de internação hospitalar por acidente de transporte terrestre no estado do RN nos anos de 2010, 2011 e 2012, quanto ao sexo apresenta-se do gráfico 1.



Na representação da morbidade com internação hospitalar ao longo dos anos, ambos os sexos possuem queda quanto ao número de internação. Porém o sexo masculino prevalece com grande diferença, no ano de 2010 com 546 homens (80,29%) e 134 mulheres (19,7%); em 2011, o sexo masculino representou um número de 524 (81,74%) e o sexo feminino com 117 (18,25%); e em 2012, com 431 homens (84,67%) e 78 mulheres (15,32%).

A tabela 2 mostra a quantidade e o valor aprovados por municípios para o tratamento de fratura da coluna vertebral com Lesão da Medula Espinhal no estado do RN no período de 2010 a 2014.

Tabela 2. Tratamento de fratura da coluna vertebral com Lesão da Medula Espinhal por município do Rio Grande do Norte nos anos de 2010 à 2014 *

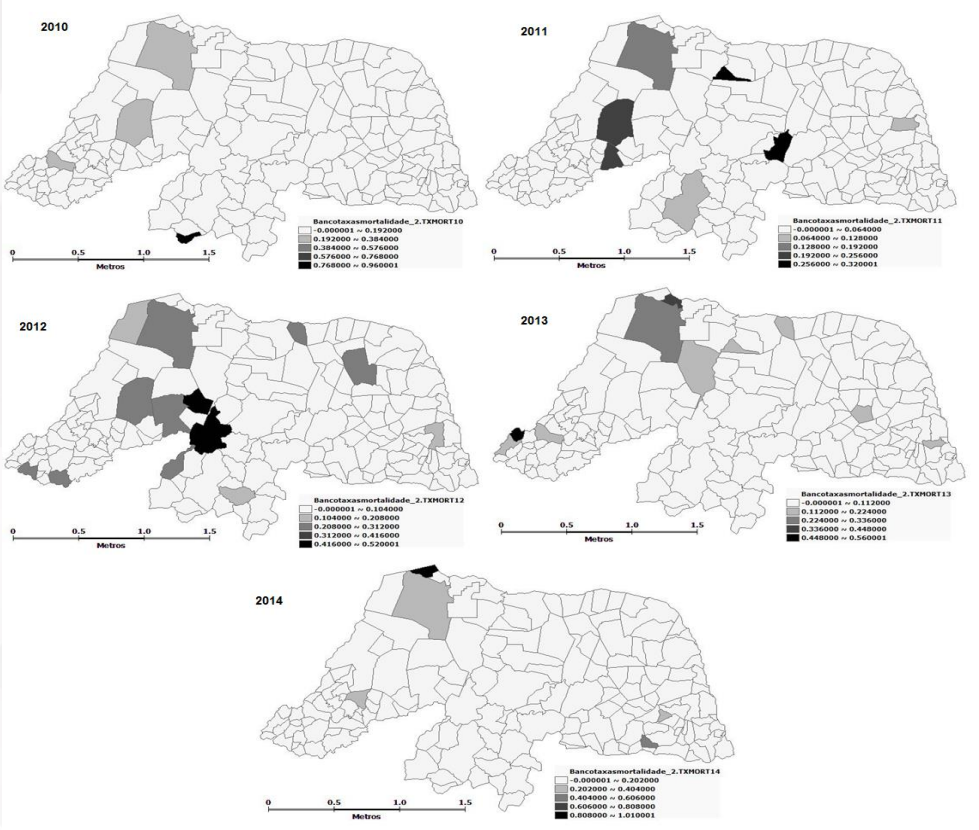
	2010		2011		2012		2013		2014	
Município	N**	$	N**	$	N**	$	N**	$	N**	$
Acari	-	-	1	298,42	-		-	-	-	-
Mossoró	247	11994,47	286	11112,42	873	50833,31	310	13081,02	281	15155,11
Natal	1484	45506,13	385	16294,14	365	12234,48	1448	27920,69	235	11534,83
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	14	2350,86	-	-
Total	1758	57500,6	672	27704,98	1238	63067,79	1772	43352,57	516	26689,94

*Dados detalhados das AIH - por local de internação.
**N: quantidade aprovada por município.
$: valor aprovado por município.

Assim como apresentado no gráfico 1, apresenta declínio ao longo dos anos quanto a quantidade de indivíduos sob tal tratamento por local de internação (1.758 no ano de 2010; 516 em 2014) e consequente diminuição de gastos nos últimos anos (57.500,6 em 2010; 26.689,94 em 2014). Porém a cidade de Mossoró apresenta aumento até o ano de 2012 seguindo de uma queda nos anos de 2013 e 2014. Já em Natal acontece o contrário, até 2012 há uma diminuição de casos, com uma variação de grande aumento em 2013, seguindo de baixa no ano seguinte.

A taxa de mortalidade (TM) de motociclistas em acidente de trânsito por municípios do estado do RN é representada por mapas (Figura 1) na qual destaca regiões que se tem maior prevalência de óbitos confirmados por esse tipo de acidente no período de 2010 a 2014. E a correlação espacial da Taxa de Mortalidade com a vizinhança (Figura 2), através do Diagrama de Espalhamento de Moran.

Figura 1. Taxa de mortalidade no estado do Rio Grande do Norte por acidente moto ciclístico, por local de ocorrência, no período de 2010 a 2014



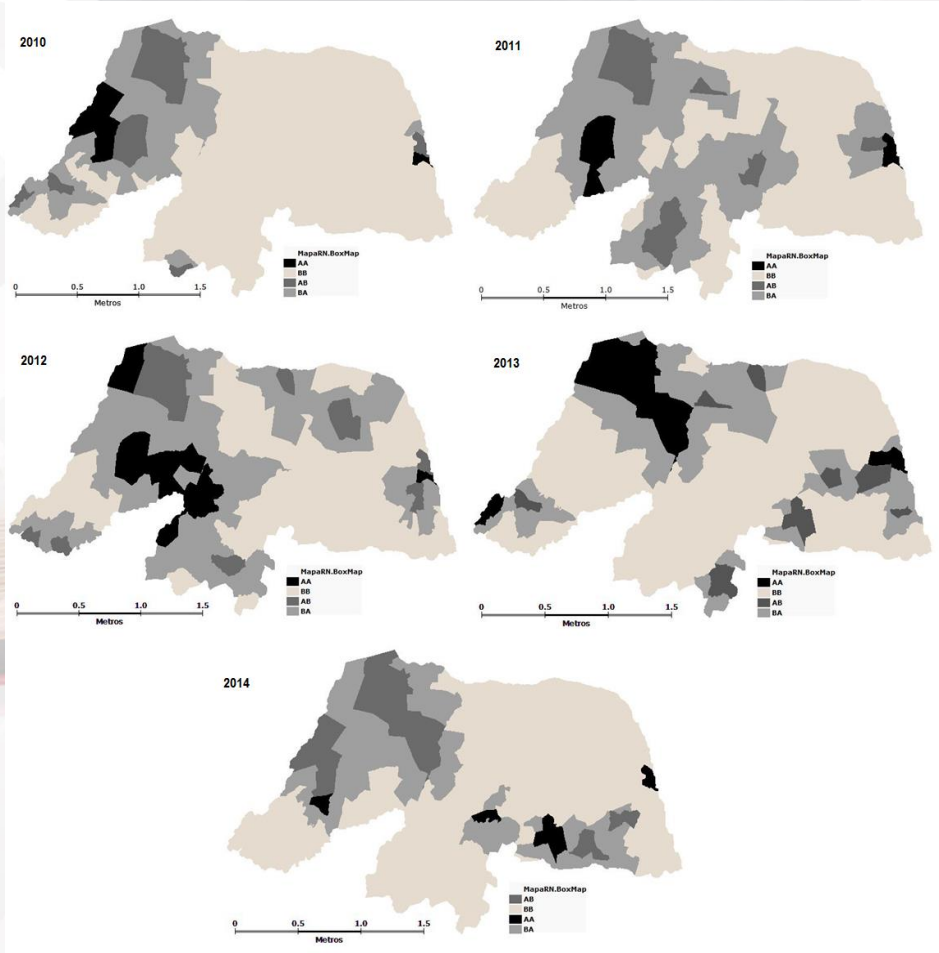
Fonte: TerraView

A figura 1 retrata a matriz de vizinhança (proximidade) levando em consideração os municípios que compartilham da mesma fronteira verificando se a TM observada em um município possui correlação com os valores das TM apresentadas pelos municípios vizinhos, formulado pelo Índice de Moran Global (IMG). O IMG da Taxa de Mortalidade de motociclista por acidente de trânsito obtido foi igual a -0,017474 (p-valor = 0,31) em 2010, 0,00438055 (p-valor = 0,31) em 2011, 0,115621 (p-valor = 0,03) em 2012, 0,121041 (p-valor = 0,04) em 2013, e em 2014 0,0849202 (p-valor = 0,04). Nos anos de 2011 a 2014 os valores de IMG encontrados foram maiores que zero, o que indica evidência de autocorrelação espacial positiva, ou seja, as áreas tendem a ser similares entre si quanto à TM. Porém nos anos de 2010 e 2011 a TM apresenta p-valor não significativo.

A figura 2 pode-se analisar em determinados municípios, em destaque, a maior taxa de óbitos de motociclista em acidente de trânsito através do mapa temático com localização nos quadrantes de Diagrama de Espalhamento de Moran, considerando quadrante AA (Alto Alto), BB (Baixo Baixo), AB (Alto Baixo) e BA (Baixo Alto).

No qual cidades pertencentes ao quadrante AA, caracterizado pela cor preta no mapa temático, possuem cidades com valores de alta prevalência de óbitos de motociclistas em acidentes de trânsito com vizinhos com alta prevalência de óbitos de motociclistas pelo mesmo tipo de acidente. No quadrante BB, caracterizado pela cor cinza mais claro, possui cidades com baixa prevalência desse tipo de óbito com vizinhos com baixa prevalência. O quadrante AB (cor cinza escuro), apresenta municípios com alta prevalência de óbitos de motociclistas por acidente de trânsito com vizinhos com baixa prevalência. E no quadrante BA (com cinza claro), contém municípios com baixa prevalência de óbitos de motociclistas por acidente de trânsito com vizinhos com alta prevalência desse tipo de óbito.

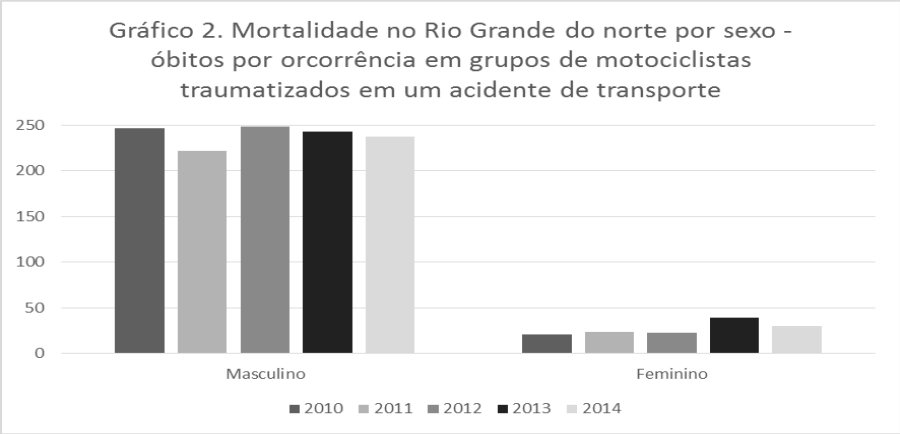
Figura 2. Municípios com maior prevalência de mortalidade por acidente de trânsito com motocicletas relacionados com seus vizinhos, no período de 2010 a 2014, no Rio Grande do Norte / Brasil.



Fonte: TerraView

No ano de 2010 os municípios de Parnamirim e Apodi agregados ao quadrante AA possuem uma maior prevalência mortalidade por acidente de trânsito de motocicletas com valores semelhantes entre os vizinhos. Em 2011 as cidades com maior prevalência pelo mesmo tipo de acidente com os vizinhos de valores semelhantes foram: Parnamirim, Natal, Patu e Caraúbas; no ano de 2012 as cidades: Parnamirim, Jardim de Piranhas, Jucurutu, Paraú, Augusto Severo, Caraúbas e Baraúna são pertencentes ao quadrante AA; em 2013 os municípios pertencentes ao quadrante AA são: Natal, São Gonçalo do Amarante, Açu, Mossoró e Baraúna; e no ano de 2014 as cidades que representam o quadrante com maior prevalência de óbitos por acidente de trânsito com motociclistas com vizinhos com valores semelhantes são: Natal, Santa Cruz, Lagoa Nova, Umarizal.

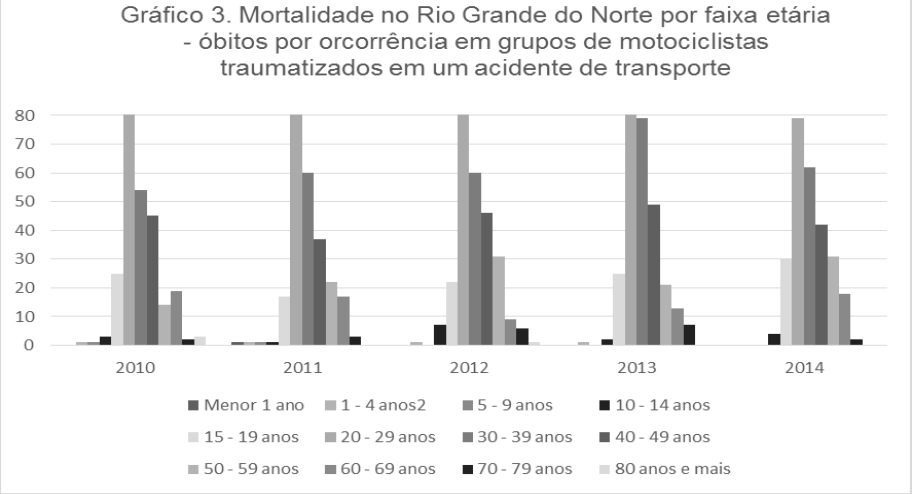
O gráfico 2 representa a distribuição de óbitos por ocorrência em grupos de motociclistas traumatizados em um acidente de transporte quanto ao sexo no estado do Rio Grande do Norte nos anos de 2010 a 2014.



Fonte: autores

O sexo masculino, de acordo com os dados coletados e apresentados no gráfico, apresenta um maior número de casos confirmados em todo o estado, no ano de 2010 possui um número de 247 indivíduos do sexo masculino (92,16%) e 21 do sexo feminino (7,83%); em 2011, 222 homens (90,24%) e 24 mulheres (9,75%); em 2012 o sexo masculino corresponde a 249 óbitos (91,54%) e o sexo feminino com 23 (8,45%); no ano de 2013, 243 homens (86,17%) e 39 mulheres (13,82%); e no ano de 2014 os homens representam 238 (88,80%) e as mulheres 30 óbitos (11,19%) por tal acidente.

O gráfico 3 representa a mortalidade de motociclistas traumatizados em um acidente de transporte quando a faixa etária nos anos de 2010 a 2014 no RN.



Fonte: autores

O gráfico destaca com maior incidência de indivíduos entre 20 – 39 anos de idade, que sofreram acidente de motocicleta no trânsito, com óbitos confirmados no período de 2010 a 2014, apresentando um padrão gráfico nesta faixa etária. No entanto, em 2013 houve um aumento entre as idades de 30 – 39 anos.

DISCUSSÃO

Os dados referentes a vítimas não fatais, foram analisadas através da variável de Internação Hospitalar por acidente de transporte terrestre, o presente estudo aponta com maior frequência jovens do sexo masculino, representando 82,02% (n=1.501) nos três anos estudados, 2010, 2011 e 2012. Porém não apresentou no banco de dados Internação Hospitalar (IH) devido Trauma Raquimedular (TRM) por acidente de transporte terrestre no estado do RN no período estudado. Tal resultado condiz com outros estudos sobre o maior número de internação hospitalar em relação ao sexo e que relacionam com o TRM[24 – 30, 32].

Com relação a faixa etária, apresenta-se como mais prevalente os jovens, de ambos os sexos, com idade entre 20 e 39 anos correspondendo a 58,36%, indo ao encontro com outros estudos como o realizado em Joao Pessoa /PB (2011)[25]com 56%e

no Distrito Federal (1996 – 2006) com 61% correspondendo a tal faixa etária[26]. Observa-se que a faixa etária de 30 a 39 anos representa o pico de incidência do sexo masculino nos anos de 2010 com 27,47%(n=150), 2011 com 22,33% (n=117) e em 2012 com 27,38% (n=118) de internação hospital por acidente de transporte terrestre. Enquanto a população feminina tem em seu pico a faixa etária de 25 a 29 anos com 21,64% (n=29) no ano de 2010, 17,09% (n=20) em 2011,e em 2012 o pico foi entre 30 e 39 anos de idade com 19,23% (n=15).Ou seja, a maior incidência de jovens nos anos de 2010, 2011 e 2012 prevalece na faixa etária de 30 – 39 anos de idade no estado do RN, o que difere de outros estudos que apresentam pico entre 25 – 49 anos[24], outro entre 19 – 28 anos (mais de 50%) em Santa Catarina[27] e entre 20 – 40 anos na cidade de Belo Horizonte /MG[29].

A internação hospitalar com tratamento de fratura de coluna vertebral com lesão da medula espinhal realizada no SUS em 2010 no estado do RN custou R$ 57.500,60 (1758 internações aprovadas) e no ano de 2014 representou uma diminuição com um custo de R$ 26.689,94 (516 internações aprovadas), distribuídas nos municípios de Natal, Mossoró, Acari e Parnamirim (tabela 2). As cidades de Natal (3.917 aprovações) e Mossoró (1997 aprovações) apresentam grandes números de aprovação de tal tratamento em todos os anos do estudo, 2010 a 2014, tendo como gastos, respectivamente, R$ 113.490,27 e R$ 102.176,33.Apenas tais cidades, de regiões metropolitanas exceto Acari, estão presentes na geração de tabela quanto a aprovação de tal tratamento e que possuem maior quantidade de indivíduos, talvez a presença de hospitais de referência possa explicar o destino desses municípios.

Uma clientela com lesão medular que ingressa no serviço público apresenta um grau de complexidade de cuidados e com risco de morte, levando um maior tempo de internação, consequentemente altos gastos. Como analisado no Rio de Janeiro no qual o custo com internação hospitalar por TRM está diretamente ligado ao tempo de internação e à complexidade do tratamento[31].

Enquanto isso, segundo dados coletados, a Taxa de Mortalidade Geral, por local de ocorrência, por acidente de motocicleta no estado do RN apresentou-se um crescente aumento na taxa e na quantidade de municípios ocorridos no período de 2010 a 2014,

resultado este que entra em concordância com outros estudos realizados, no estado de Pernambuco no período de 2000 a 2005[23]com taxas médias de 5,80 por 100 mil habitantes; em Tocantins, apontando Palmas como a cidade que se encontra no topo da lista de elevadas taxa de mortalidade e de vítimas não fatais por acidente de transporte[24]; em Santa Catarina no período de 2000 a 2009, o coeficiente de mortalidade devido acidentes moto ciclísticos praticamente triplicou[27]; e no estado do Rio de Janeiro no período 1996 a 2011[31].

Isso pode se justificar pelas modificações urbanas facilitando o fluxo e a circulação de veículos, onde se observa uma tendência crescente da frota de automóveis principalmente motocicletas, devido sua popularização[8, 15, 16, 20]. No estado do RN a frota de veículos cadastrados no Regime Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) até o ano de 2014 é de 1.041.629 veículos, sendo 366.613 motocicletas, comparado com o período de 2010 que apresentava 731.501 veículos. Apresentando uma distribuição maior nos municípios do interior do estado[22].

As vítimas fatais envolvidas em acidentes moto ciclísticos observadas neste estudo, foram em sua maioria do sexo masculino, como já fora apontado por estudo realizado em diferentes cidades brasileiras[13, 24]. O fato dessa prevalência pode estar relacionada com comportamentos imprudentes no trânsito e empregos de motoboys[24].Em relação a faixa etária de indivíduos envolvidos em tal acidente com óbitos, a maior incidência é entre 20 e 39 anos de idade que corroboram com outros estudos[24, 29]. O predomínio dos acidentes com vítimas fatais e não fatais com grupo de jovens possivelmente está vinculado coma rapidez da locomoção que exige a profissão dos motoboys associado com a regulamentação da profissão passando a exigir idade mínima de 21 anos[24].

Por isso, prevenção é a palavra-chave para redução de acidentes, vítimas, e custos, encarando uma necessidade de implementação de políticas públicas de prevenção de acidentes de trânsito e promoção a saúde. Apesar da implementação da Lei Seca em 2008, que trouxe resultados positivos quanto a causa de acidentes sob efeito de bebida alcoólica, é necessário manter e promover eventos educativos e ações de fiscalização, principalmente quanto ao uso obrigatório de equipamentos de proteção

(capacete pelo condutor e passageiro), segundo artigo 1º da Resolução nº 203 do Conselho de Trânsito Brasileiro, de 2006.Para o grupo de motociclistas é muito importante na redução de riscos de TRM e traumatismo cranioencefálico (TCE)[8, 14, 16, 20].

Finalmente, durante o período analisado, houve uma diminuição do número de IH por acidente de transporte terrestre no estado do RN no período de 2010 a 2012, reduzindo custos. Porém ainda se apresenta um valor significativo principalmente quando indivíduos jovens com idade produtiva que possuem uma maior prevalência, trazendo consequências negativas no ponto de vista econômico para essa parcela de indivíduos que se encontra economicamente ativa, além de consequências sociais e emocionais. Enquanto o índice de morbidade diminui, a taxa de mortalidade por acidente de motocicleta se mantém elevada, com pequenas variações, mas que permanecem ainda altas, atingindo a maioria do sexo masculino em idade economicamente ativa. A região Nordeste está em terceira colocação quanto as regiões com maiores taxas de mortalidade por acidente de motocicleta (4,3 por 100 mil habitantes), em 2006. E quanto percentual de internados por causa de acidentes com motocicletas o Nordeste apresenta maior percentual com 5,2%, seguido do Centro-Oeste (3,9%) e Sudeste (3,8%)[24].

Considera-se mencionar as limitações do presente estudo que são as Informações quanto Internação Hospitalar por acidente de transporte terrestre nos anos de 2013 e 2014 não estavam contabilizadas no banco de dados DATASUS, limitando resultados da pesquisa. A escassez de estudos epidemiológicos e dados acerca de TRM utilizando dados secundários do Ministério de Saúde (DATASUS) relacionados aos acidentes de trânsito com motociclistas no estado do RN, sendo uma das principais causas de TRM e óbitos, segundo estudos [23, 24, 26, 27, 28, 30]. Dificultando a ampliação dos resultados do presente estudo. Portanto, são necessários estudos mais completos e profundos sobre a morbidade de acidentes envolvendo motocicletas e como órgãos públicos podem atuar diante de tais índices de morbimortalidade, com ações preventivas, regulamentadoras e quanto a reabilitação de vítimas de tal acidente no estado do RN.

CONCLUSÃO

Por meio da coleta de dados pode-se confirmar que a prevalência de casos com lesão medular, de origem traumática (TRM), por acidente moto ciclístico é predominantemente do sexo masculino com idade economicamente produtiva entre 20 e 39 anos, gerando grande impacto na morbimortalidade na população jovem, considerando um grande problema de saúde pública. Portanto, prevenir TRM pode ser considerado fundamental para reduzir sua incidência e minimizar suas consequências. Tendo como partida a importância de um estudo epidemiológico que investigue a frequência de acidentes moto ciclísticos e a população mais acometido para formulação de ações preventivas, especialmente aos jovens.

REFERÊNCIAS

1. Rabeh SAN e Caliri MHL. Capacidade funcional em indivíduos com lesão de medular espinhal. Acta Paul Enferm 2010.
2. Defino HLA. Trauma raquimedular – Spinal Cord Injuries. Medicina, Ribeirão Preto, 32: 388-400, out./dez. 1999.
3. Ferreira LL et al. Atuação Fisioterapêutica na Lesão Medular em Unidade de Terapia Intensiva: Atualização de Literatura. Revista Neurociência 2012; 20(4); 612 – 617.
4. Costa VSP et al. Perfil dos pacientes com Trauma Raquimedular atendidos pelas Clínicas Escolas de Londrina. UNOPAR Cient., Ciênc. Biol. Saúde. 2010;12(2):39-44.
5. Vasconcelos ECLM e Riberto M. Caracterização clínica e das situações de fratura da coluna vertebral no município de Ribeirão Preto, proposta para um programa de prevenção do trauma raquimedular. Coluna/Columna. 2011; 10(1):40-3.
6. Plaza VB et al. Lesion de la Médula Espinal. Actualization Bibliográfica: fisiopatologia y tratamento inicial. Coluna/Columna. 2012; 11(1): 73-6.
7. Frison VB et al. Estudo do perfil do trauma raquimedular em Porto Alegre. Fisioterapia Pesq. 2013;20(2): 165-171.
8. Sant'Anna FL et al. Acidentes com motociclistas: comparação ente os anos de 1998 e 2010. Londrina, PR, Brasil. Revista Saúde Pública 2013;47 (3): 607-15.

9. Scopel G et al. Avaliação do perfil epidemiológico do lesado medular traumático de um serviço de coluna do estado do Espírito Santo. [Periódico online] 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1055/s-0035-1571141>.

10. Brito LMO et al. Avaliação epidemiológica dos pacientes vítimas de traumatismo raquimedular. Revista Col. Bras. Cir. 2011; 38(5): 304-309.

11. Oliveira TAB et al. Epidemiology of spine fractures in motorcycle accident victims. Coluna/Columna. 2016; 15(1):65-7.

12. Fernandes RB et al. Estudo clínico epidemiológico das fraturas da coluna vertebral. Coluna/Columna. 2012; 11(3): 230-3.

13. Almeida RLF et al. Via, homem e veículo: fatores de risco associados à gravidade dos acidentes de trânsito. Revista Saúde Pública 2013;47(4):718-31. DOI: 10.1590/S0034-8910.2013047003657.

14. Revista da Associação Médica Brasileira. A criança, o adolescente e o trânsito: algumas reflexões importantes. Rev. Assoc. Med. Bras.2013;59(3):199-208.

15. Marín-León L et al. Tendência dos acidentes de trânsito em Campinas, São Paulo, Brasil: importância crescente dos motociclistas. Cad. Saúde Pública, Rio de janeiro, 28(1):39-51, jan., 2012.

16. Jácamo AAE e Garcia ACF. Análise dos acidentes moto ciclísticos no Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER). Acta Fisiatr. 2011; 18(3): 124 – 129.

17. Castro DL et al. Casuística de Trauma Raquimedular tratado em Hospital Terciário de Palmas, Brasil. Coluna/Columna. 2015;14(3): 214-7.

18. Tavares FL et al. Homens e acidentes moto ciclísticos: caracterização dos acidentes a partir do atendimento pré-hospitalar. Esc Anna Nery 2014; 18(4): 656-661.

19. Morais DF et al. Perfil Epidemiológico de pacientes com Traumatismo Raquimedular atendidos em Hospital Terciário. Coluna/Columna. 2013; 12(2): 149-52.

20. Barros WCTS. Avaliação da gravidade do trauma em condutores de motocicleta vítima de acidente de trânsito no Rio Grande do Norte [dissertação de mestrado]. Rio Grande do Norte: Programa de Pós-graduação em enfermagem da Universidade do Rio Grande de Norte; 2008.

21. IBGE 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br.

22. DETRAN RN 2016. Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte. <www.detran.rn.gov.br>.

23. Silva PHNV, *et al.* Muertes por accidente de motocicleta y su asociación con variables relacionadas a la reproducción social em un estado del noreste brasileño. Salud Colectiva. 2015;11(3):401-410. DOI: 10.18294/sc.2015.724.

24. Legay. LF *et al.* Acidente de transporte envolvendo motocicletas: perfil epidemiológico das vítimas de três capitais de estados brasileiros, 2007.Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília 21(2): 283-292, abr.- jun. 2012.

25. Diniz IV *et al.* Caracterização das vítimas de acidente de trânsito que apresentaram traumatismo raquimedular. Revista brasileira de Ciências da Saúde 16(3):371-378, 2012.

26. Melo JM, Martins LF, Cardoso T. O perfil epidemiológico do trauma raquimedular em uma unidade de neurocirurgia de um hospital geral do Distrito Federal. Anuário da Produção Acadêmica Docente, vol.5, nº 12, ano 2011, p.37-50.

27. Schoueller SD *et al*. Características das vítimas de acidentes moto ciclísticos atendidas em um centro de reabilitação de referência estadual do sul do Brasil. Acta. Fisiatr. 2011; 18(3): 141-145.

28. Botelho RV *et al*. Epidemiology of traumatic spinal injuries in Brazil: systematic review. Arq. Bras. Neurocir 33(2): 100-6, 2014.

29. Oliveira AL *et al.* characteristics of motorcyclists involved in accidents between motorcycles and automobiles. Rev Assoc Med Bras 2015; 61(1): 61-64.

30. Bernardi DM. Epidemiologic profile of surgery for spin medullary injury at a referral hospital in a country town of Brazil. Coluna/colunma. 2014; 13(2): 136-8.

31. Santos TSC, Guimarães RM, Boeira SF. Epidemiologia do trauma raquimedular em emergências públicas no município do Rio de Janeiro. Esc Anna Nery (impr) 2012 out-dez;16(4): 747-753.

32. Vieira RCA *et al*. Levantamento epidemiológico dos acidentes moto ciclísticos atendidos em um Centro de Referência ao Trauma de Sergipe. RevEscnferm USP 2011; 45(6):1359-63.

AUTOMEDICAÇÃO E O PAPEL DO FARMACÊUTICO: REVISÃO DE LITERATURA

SELF-MEDICATION AND THE ROLE OF THE PHARMACIST: LITERATURE REVIEW

AUTOMEDICACIÓN Y EL PAPEL DEL FARMACÉUTICO: REVISIÓN DE LA LITERATURA

Emiliana de França ALVES[49]

Claudia Cecílio DAHER[50]

RESUMO

A automedicação é uma prática caracterizada fundamentalmente pela iniciativa de um doente, ou de seu responsável, em obter ou produzir e utilizar um produto que acredita lhe fazer benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas. Esta prática, muito utilizada pela população brasileira, leva a diversos problemas entre eles: reações adversas, diagnóstico de doenças tardio ou incorreto, interações medicamentosas entre outros. Neste estudo, foi identificado os principais riscos provocados pela automedicação. Foram analisadas as características sociodemográficas do usuário de automedicação e como o farmacêutico pode contribuir de forma positiva para essa prática. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica fundamentada em material já publicado como livros, artigos, periódicos, revistas científicas, Internet, e em sites especializados sobre o tema em questão. Os artigos foram pesquisados entre os anos de 2015 a 2019, utilizando como base de dados Scielo, Bireme e Google Acadêmico. De acordo com a pesquisa, um dos principais motivos que levam a automedicação, é a cefaleia em seguida a gripe. Pessoas do sexo feminino são as quem mais se automedicam e a faixa etária de destaque é dos idosos, nessa idade, a prevalência de doenças crônicas é bem maior. Os fármacos de venda livre se enquadram entre as classes mais utilizadas para automedicação. Orientar o paciente sobre o uso de medicamento não é atribuição exclusiva do farmacêutico, mas seu conhecimento amplo sobre fármacos e sua atuação ativa na dispensação, conferem a essa profissional

[49] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2019.

[50] Doutorado em Ciências Farmacêuticas – UFRN/2022. Mestrado em Ciências Farmacêuticas UFRN/2014. Especialização em Manipulação Magistral Alopática – UNP/2007, Graduação em Farmácia Bioquímica – UNP/2002. Graduação em Ciências Biológicas Modalidade Médica – PUC GOIÁS/2002. Docente Universitária e orientadora de iniciação científica no Curso de Farmácia do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: ccdaher@hotmail.com).

oportunidade única para atuação a favor do uso racional, reforçando o papel do farmacêutico no combate a essa prática. Sendo assim o farmacêutico tem como papel orientar a população para a utilização correta dos medicamentos, ou seja, o seu uso racional.

Palavras-chave: Automedicação; Riscos; Farmacêutico.

ABSTRACT

Self-medication is a practice fundamentally characterized by the initiative of a patient, or that of his/her guardian, to obtain or produce and use a product that he believes will benefit him in the treatment of illnesses or relief of symptoms. This practice, widely used by the Brazilian population, leads to several problems, including adverse reactions, late or incorrect diagnosis of diseases, drug interactions, among others. In this study, the main risks caused by self-medication were identified. The sociodemographic characteristics of the self-medication user were analyzed and how the pharmacist can contribute positively to this practice. The methodology used was bibliographical research based on already published material such as books, articles, journals, scientific journals, the Internet, and specialized sites on the subject in question. The articles were searched between the years 2015 to 2019, using Scielo, Bireme and Google Scholar as a database. According to the research, one of the main reasons that lead to self-medication is the headache after the flu. Females are the ones who self-medicate the most and the most prominent age group is the elderly, at this age, the prevalence of chronic diseases is much higher. Over-the-counter drugs are among the most used classes for self-medication. Guiding the patient about the use of medication is not the exclusive attribution of the pharmacist, but his broad knowledge about drugs and his active role in dispensing, give this professional a unique opportunity to act in favor of rational use, reinforcing the role of the pharmacist in combating this practice. Thus, the role of the pharmacist is to guide the population towards the correct use of medicines, that is, their rational use.

Keywords: Self-medication; Scratch's; Pharmaceutical.

RESUMEN

La automedicación es una práctica caracterizada fundamentalmente por la iniciativa de un paciente, o de su tutor, para obtener o producir y utilizar un producto que cree le beneficiará en el tratamiento de enfermedades o alivio de síntomas. Esta práctica, ampliamente utilizada por la población brasileña, conduce a varios problemas, entre ellos: reacciones adversas, diagnóstico tardío o incorrecto de enfermedades, interacciones medicamentosas, entre otros. En este estudio se identificaron los principales riesgos ocasionados por la automedicación. Se analizaron las características sociodemográficas del usuario de automedicación y cómo el farmacéutico puede

contribuir positivamente a esta práctica. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica basada en material ya publicado como libros, artículos, revistas, revistas científicas, Internet y sitios especializados en el tema en cuestión. Los artículos fueron buscados entre los años 2015 a 2019, utilizando como base de datos Scielo, Bireme y Google Scholar. Según la investigación, uno de los principales motivos que llevan a la automedicación es el dolor de cabeza posterior a la gripe. El sexo femenino es el que más se automedica y el grupo etario más destacado es el de la tercera edad, a esta edad la prevalencia de enfermedades crónicas es mucho mayor. Los medicamentos de venta libre se encuentran entre las clases más utilizadas para la automedicación. Orientar al paciente sobre el uso de los medicamentos no es atribución exclusiva del farmacéutico, sino que su amplio conocimiento sobre los medicamentos y su papel activo en la dispensación, otorgan a este profesional una oportunidad única para actuar a favor del uso racional, reforzando el papel del farmacéutico. en la lucha contra esta práctica. Así, el papel del farmacéutico es orientar a la población hacia el uso correcto de los medicamentos, es decir, su uso racional.

Palabras Clave: Automedicación; arañazos; Farmacéutico.

INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática caracterizada fundamentalmente pela iniciativa de um doente, ou de seu responsável, em obter ou produzir e utilizar um produto que acredita lhe fazer benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas. Assim, a orientação médica e substituída inadvertidamente por sugestões de medicamentos provenientes de pessoas não autorizadas, entre estas familiares, amigos ou balconistas em farmácias. Outra forma de automedicação seria a reutilização de receitas médicas anteriores, mesmo que o uso contínuo do medicamento não tenha sido especificado (MATOS et al.,2018).

Vários fatores induzem a prática da automedicação como a venda indiscriminada de medicamentos, especialmente em razão das dificuldades de acesso ao sistema de saúde, custo de plano de saúde e consultas médicas (DOMINGUES, 2017). Soma-se a esses aspectos, a veiculação de propagandas ou medicamentos insetos de prescrição (MIP) na mídia, a presença da farmacinha caseira nos domicílios e a crença de que os medicamentos resolvem tudo, constituindo fatores importantes para a prática da automedicação (ARRAIS et al., 2016).

A automedicação requer atenção, pois há potenciais de risco com essa prática, pela chance de ocorrer interações medicamentosas, com possível aumento de reações adversas. Existe também o risco de prolongamento do sofrimento associado a uma doença e de diagnóstico tardio ou incorreto. Considera-se também como consequência da automedicação o aumento da resistência resultante do uso inadequado de antimicrobiano (OLIVEIRA et al, 2018).

A classificação econômica não apresentou associação significante com a prática da automedicação (ARRAIS et al.,2016). A automedicação é mais proeminente com os MIPs. E as classes farmacológicas mais utilizadas para essa prática foram os antipiréticos, seguidos dos analgésicos (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015). Os fatores políticos e culturais podem ter contribuído para o avanço e a propagação da automedicação, tornando-a um problema de saúde pública (SOTEIRO; SANTOS, 2016).

O farmacêutico, como profissional da saúde e prestador da assistência farmacêutica, tem papel fundamental na orientação e no aconselhamento do paciente, uma vez que a população utiliza a farmácia como primeira opção por cuidados médicos, necessitando de informações de que o uso irracional de medicamentos é perigoso (FERREIRA; JÚNIOR, 2018).

Tendo em vista o contexto apresentado, o presente estudo tem por objetivo identificar e analisar os principais riscos à saúde provocados pela automedicação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada em material já publicado como livros, artigos, periódicos, revistas científicas, Internet, e em sites especializados sobre o tema em questão.

Na pesquisa foram consideradas apenas as publicações em língua portuguesa e espanhola através de buscas sistemáticas utilizando os bancos de dados eletrônicos, objetivando desta forma um melhor entendimento sobre o assunto pesquisado.

As informações foram coletadas a partir de artigos publicados em português e espanhol nos últimos cinco anos, pesquisados nas bases de dados Scielo, Bireme, Google Acadêmico, e em livros e revistas especializadas sobre o assunto.

Os seguintes descritores foram utilizados sozinhos ou em combinação: automedicação, riscos da automedicação e o papel do farmacêutico na automedicação.

Os critérios de inclusão dos artigos para esta revisão bibliográfica reportam o enquadramento do tema proposto envolvendo o período entre 2015 a 2019.

Os critérios de exclusão adotados foram estudos que não respondessem ao nosso questionamento e que não estivesse disponível em texto completo.

DESENVOLVIMENTO

A automedicação é o ato de tomar remédios por conta própria, sem orientação médica. Muitas vezes vista como uma solução para alívio imediato de alguns sintomas pode trazer consequências mais graves do que se imagina (MINISTÉRIO DA SAÚDE,2015).

Por trás desse ato, aparentemente sem consequências, existe um problema potencial para a saúde, pois uma dose inapropriada, administrada por via inadequada ou indicação terapêutica equivocada pode agravar o quadro e transforma-se em risco para o paciente (OLIVEIRA; BARBOSA ,2018).

O uso de medicamentos de forma incorreta pode acarretar o agravamento de uma doença, uma vez que sua utilização inadequada pode esconder determinados sintomas. Se o remédio for antibiótico, a atenção deve ser sempre redobrada, pois o uso

abusivo destes produtos pode facilitar o aumento da resistência de microrganismos, o que compromete a eficácia dos tratamentos. O uso de remédios de maneira incorreta ou irracional pode trazer, ainda, consequências com: reações alérgicas dependência e até morte (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

A prática da automedicação é consequência de múltiplos fatores, entre os quais a dificuldade do acesso dos serviços de saúde pela população, a crença nos benefícios do tratamento/ prevenção de doenças e a necessidade de aliviar sintomas (DOMINGUES et al.,2015).

Alguns dos fatores que influenciam os indivíduos a se automedicarem são: a dificuldade de acesso dos serviços de saúde, tanto pela demora quanto pelo preço da consulta médica; a limitação do poder prescritivo; a recomendação de medicamentos por conhecidos ou balconistas de farmácias; a repetição de sintomas anteriores; levando o indivíduo a seguir as prescrições já utilizados; a falta de tempo para procurar um profissional da saúde; a divulgação de medicamentos pela mídia e o livre comércio de medicamentos, passando a imagem de que são produtos inofensivos à saúde (MATOS et al.,2018).

Em relação aos problemas de saúde que levam à automedicação, a cefaleia é responsável pela maior parte dos casos dessa prática seguido pela gripe e o resfriado que foram a segunda causa para a utilização de medicamentos não prescrito, possivelmente, com o intuito de aliviar a sintomatologia com rapidez. A cefaleia, gripe e resfriado são doenças/ sintomas nas /os quais são utilizados analgésicos e antitérmicos o que corrobora com a maior utilização dessa classe medicamentosa na automedicação (OLIVEIRA; BARBOSA, 2018).

Segundo a SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia), o uso de medicamentos de forma incorreta pode acarretar o agravamento de uma doença, uma vez que que a utilização inadequada pode esconder determinados sintomas, causar intoxicação, assim como riscos de efeitos colaterais, reações alérgicas, interação medicamentosa, dependência (CARDOSO et al, 2017). Se o medicamento for antibiótico, a atenção tem que ser redobrada, o uso abusivo deste produto pode facilitar

o aumento da resistência de microrganismos que compromete a eficácia do tratamento (SBEM, 2019).

Ao invés do que se pode supor as pessoas com menos informações não são os grandes usuários de automedicação, o maior consumo de medicamentos entre os que apresentam um nível mais avançado de conhecimento é bem mais elevado, certamente por possuírem maiores informações que os ajudam na escolha de medicamentos (FREITAS et al.,2017).

A constatação de que a automedicação é praticada pelas pessoas do sexo feminino foi encontrada em outras publicações (CARVALHO, 2003; KNOPF, 2013), apesar de estudos nacionais e internacionais indicarem que a automedicação é maior entre homens. O fato de as mulheres sofrerem mais com dores de cabeça, dores musculares e condições dolorosas crônicas, como a enxaqueca, e utilizarem desde muito cedo analgésicos e relaxantes musculares para alívio da dor durante a menstruação ou dismenorreia (ARRAIS et al, 2016).

O ato da automedicação evidencia alguns aspectos positivos e outros negativos; como descritos na tabela abaixo:

Tabela 1- Aspectos positivos e negativos de automedicação

Aspectos positivos	Aspectos negativos
É mais conveniente para o doente do que a prescrição;	Diagnóstico incorreto do distúrbio, podendo mascarar doenças graves;
Permite que as pessoas resolvam pequenas alterações da sua saúde que lhe causam sofrimento ou incapacidade;	Escolha de uma terapia inadequada e armazenamento incorreto ou por tempo excessivamente longo do medicamento;
Quando é feita de formar racional e consciente, promove uma auto responsabilização no cuidado com a própria saúde e dos recursos públicos de saúde;	Dosagem inadequada ou excessiva e desconhecimento de possíveis interações com outros medicamentos ou alimento;
Redução da carga de trabalho dos médicos;	Risco de dependência;
Para indústria farmacêutica, a automedicação é favorável para aumentar os lucros.	Possibilidade de efeitos indesejados;
	Administração incorreta de um medicamento; Incapacidade de reconhecer riscos farmacológicos especiais;

Fonte - Macedo et al., 2018

De acordo com a tabela acima, pode-se perceber que existem mais aspectos negativos que positivos em relação à saúde da população no geral quanto ao uso irracional dos medicamentos (MACEDO et al,2018).

A classificação econômica não apresentou associação significante com a prática da automedicação. Isso pode ser explicado pelo fato de os medicamentos mais consumidos serem de baixo custo (dipirona, paracetamol e ibuprofeno) (ARRAIS et al.,2016).

A faixa etária de destaque para a automedicação é a dos idosos. De acordo com o levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil tinha 28 milhões de idosos no ano de 2017, ou 13,5% do total da população. Em dez anos, chegará a 38,5 milhões, cerca de 17,4% do total de habitantes (IBGE, 2017).

Nessa idade, a prevalência de patologias crônicas faz deles grandes usuários de patologias crônicas e grandes usuários de serviços de saúde, gerando um complicado regime medicamentoso, contribuindo com cerca de 25% do total de vendas de medicamentos (PAIM et al., 2016).

Os idosos possuem maior vulnerabilidade à medicação, uma vez que eles consomem mais medicamentos que outros grupos etários, uma média diária de dois a cinco medicamentos por dia, sendo mais suscetíveis a ocorrência de iatrogenia (doença causada por uso indevido de medicamentos), além de apresentarem comprometimento no metabolismo hepático e na depuração renal (PEREIRA et al,.2017).

Nota-se que o consumo de medicamentos quase triplica com o avançar da idade sendo tal fato justificado pela menor tolerância frente a sintomas agudos como por exemplo, a dor determinando uma maior necessidade por fármacos especialmente quanto maior for o grau de automedicação nesses indivíduos. Dessa forma, eles se tornam mais propensos ao uso indiscriminado e aos eventos adversos responsáveis pelo aumento da internação hospitalar e óbito nesse grupo de indivíduos (PEREIRA et al,.2017).

A intoxicação por medicamentos é considera a principal preocupação frente à automedicação. Estatísticas do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológica (SINITOX) da fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) mostram que em 2015 faram registrados 24.549 casos de intoxicação por medicamentos, sendo esta, a primeira causa dos envenenamentos no país, corresponde a 33,86% total dos eventos (BISPO et al,.2017).

A intoxicação medicamentosa constitui-se por uma série de sintomas causados por medicamentos ingeridos, inalados, injetado ou em contato com a pele, olhos ou membranas mucosas em doses acima das terapêuticas. Podem ser classificadas em agudas ou crônicas, onde cada droga apresenta suas particularidades num quadro de sinais e sintomas diferentes, de acordo com suas características especificas (GONÇALVES et al., 2017).

A tabela 2 apresenta os casos de intoxicação e o agente tóxico, onde os medicamentos representam 28,45% dos agentes tóxicos.

Tabela 2 – Casos de Intoxicação por agentes tóxicos

Agente	Total	
	n	%
Medicamentos	11985	28,45
Agro/Uso agrícola	1907	4,53
Agro/Uso doméstico	967	2,3
Prod. veterinários	307	0,73
Raticidas	1126	2,67
Domissanitários	3601	8,55
Cosméticos	636	1,51

Fonte - Macedo et al., 2018

A automedicação com finalidade estética, atualmente é cada vez maior a busca pelo ideal estético de corpo perfeito veiculado pela mídia. É comum observar pessoas que não respeitam os limites de seus corpos e de saúde tentando alcançar, a qualquer custo, esse padrão de beleza, sendo geralmente magro e esbelto (SILVA et al., 2018).

Os principais fármacos utilizados por esse grupo são a sibutramina e isotretinoína e outros como a hidroclorotiazida e a furosemida (SILVA et al.,2018).

Tabela 3 - Medicamentos mais utilizados com finalidade estética.

MEDICAMENTO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
FUROSEMIDA	02	3,5%
HIDROCLOROTIAZIDA	05	8,7%
ORLISTAT	06	10,5%
QUITOSANA	02	3,5%
SIBUTRAMINA	12	21,1%
ISOTRETINOÍNA	12	21,5%
OUTROS	18	31,6%
TOTAL	**52**	**100%**

Fonte – SILVA et al.,2018.

O Brasil é um dos principais consumidores mundiais de medicamentos, com o mercado de medicamentos alcançando 22,1 bilhões de dólares anualmente. O setor farmacêutico é composto aproximadamente 480 empresas que trabalham diretamente com a produção, distribuição e venda de medicamentos. O Brasil possui mais de 65 mil farmácias e drogarias, uma proporção de 3,3 farmácias para cada 10 mil habitantes, número três vezes maior que o valor preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual recomenda uma farmácia para cada 10 mil habitantes (DOMINGUES et al, 2015).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os medicamentos isentos de prescrição, MPIs, são aqueles aprovados pelas autoridades sanitárias para tratar sintomas e males menores, disponíveis sem prescrição ou receita médica devido à sua segurança e eficácia, desde que utilizadas conforme as orientações constantes das bulas e rotulagem (ABIMIP, 2017).

Em 2016, a ANVISA aprovou um novo regulamento para os MIPs, a RDC n°98, de 1 de agosto de 2016. A RDC apresenta critérios para a classificação de um medicamento isento de prescrição (BRASIL, 2016):

- ✓ Tempo de comercialização, dez anos sendo, no mínimo, cinco anos no Brasil como medicamento sob prescrição ou cinco anos no exterior como isento de prescrição;
- ✓ Segurança, segundo avaliação da casualidade, gravidade e frequência de eventos adversos e intoxicação, baixo potencial de causar danos à saúde quando obtido sem orientação de um prescritor;

- ✓ Indicação para tratamento, prevenção ou alívio de sinais e sintomas de doenças não graves e com evolução inexistente ou muito lenta, sendo que os sinais e sintomas devem ser facilmente detectáveis pelo paciente, seu cuidador ou pelo farmacêutico, sem necessidade de monitoramento laboratorial ou consulta com o prescritor;
- ✓ Utilização por curto período ou tempo previsto em bula, exceto para uso preventivo;
- ✓ Ser manejável pelo paciente, seu cuidador, ou mediante orientação pelo farmacêutico;
- ✓ Baixo potencial de risco do paciente;
- ✓ Não apresentar potencial dependência, ainda que seja utilizado conforme preconiza a bula.

Segundo uma pesquisa feita pela IMS Health (2015), os MIPs no qual os indivíduos mais utilizam com facilidade são: dorflex, salonpas, dipirona sódica, torsilax e neosaldina. Esses fármacos não são livres de reações adversas, interações ou algum outro tipo de complicação. É justamente, o farmacêutico, com seu amplo conhecimento, que irá auxiliar a população em geral sobre o uso dos que o procuram (MACEDO et al,2018).

O profissional farmacêutico deve ser encarado como um agente de saúde, responsável por ofertar orientações técnicas de confiança sobre medicamentos, baseado no amplo conhecimento dessa classe de profissionais (Por trás desse ato, aparentemente sem consequências, existe um problema potencial para a saúde, pois uma dose inapropriada, administrada por via inadequada ou indicação terapêutica equivocada pode agravar o quadro e transforma-se em risco para o paciente (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

O farmacêutico tem papel fundamental na etapa de orientação da população para o uso correto de medicamentos. Além de serem especializados para atuar em diversas áreas, como por exemplo, na farmacologia, em hospitais em laboratórios de análises clínicas nas farmácias e drogarias eles são os responsáveis pela orientação e dispensação segura (SOTERIO KA, SANTOS MA,2016).

A atenção farmacêutica é a ferramenta utilizada pelo farmacêutico, com o objetivo de promover o uso racional de medicamentos e conscientizar a população sobre a importância dessa prática, justificando a necessidade da presença desse profissional em todas as farmácias e drogarias do país. Por trás desse ato, aparentemente sem consequências, existe um problema potencial para a saúde, pois uma dose inapropriada, administrada por via inadequada ou indicação terapêutica equivocada pode agravar o quadro e transforma-se em risco para o paciente (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

O farmacêutico é de suma importância para a inibição do uso irracional de medicamentos, uma vez que quando orientado de maneira devida pelo profissional da farmácia, o paciente e estará mais disposto a utilizar racionalmente o medicamento advindo da automedicação (FERREIRA, JÚNIOR,2018).

A prescrição farmacêutica se torna de grande utilidade, uma vez que transforma a automedicação em uma indicação farmacêutica realizada com critérios, favorecendo o uso racional de medicamentos. Vale ressaltar que os fármacos de venda livre se enquadram entre as classes mais utilizadas para automedicação. Orientar o paciente sobre o uso de medicamento não é atribuição exclusiva do farmacêutico, mas seu conhecimento amplo sobre fármacos e sua atuação ativa na dispensação, conferem a este profissional oportunidade única para atuação a favor do uso racional, reforçando o papel do farmacêutico no combate a essa prática. Por trás desse ato, aparentemente sem consequências, existe um problema potencial para a saúde, pois uma dose inapropriada, administrada por via inadequada ou indicação terapêutica equivocada pode agravar o quadro e transforma-se em risco para o paciente. O profissional farmacêutico deve assumir a responsabilidade de promotor da saúde e contribuir a favor do uso racional de medicamento, favorecendo a população brasileira e desafogando a saúde pública do país (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2015).

Dessa forma, ficou claro o importante papel do farmacêutico como medida para evitar a utilização irracional dos medicamentos, sendo ele um profissional que visa prestar a assistência farmacêutica ,conforme prevê a legislação e o código de ética, assistência essa que garante à população em geral, o acesso a medicamentos e a um

atendimento especializado para orientações, e conscientização dos riscos de reações adversas, interações medicamentosas e intoxicações por medicamentos (FERREIRA, JÚNIOR,2018).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a prática da automedicação é consequência de diversos fatores, dentre eles a dificuldade do acesso aos serviços de saúde, a crença nos benefícios do tratamento/ prevenção de doenças e a necessidade de aliviar sintomas ou até mesmo uma receita antiga, que leva o paciente a automedicação.

A automedicação é praticada mais pelas pessoas do sexo feminino e com maior grau de informação e o consumo de medicamentos quase triplica com o avançar da idade.

A cefaleia é responsável pela maior parte dos casos dessa prática seguido pela gripe e o resfriado que foram a segunda causa para a utilização de medicamentos não prescrito.

Os principais fármacos utilizados para finalidade estética são a sibutramina e isotretinoína e outros como a hidroclorotiazida e a furosemida e os principais medicamentos utilizados isentos de prescrição (MIPs) são: dorflex, salonpas, dipirona sódica, torsilax e neosaldina.

Sendo assim, uma ferramenta que poderia ser de grande ajuda para esse paciente seria a atenção e prescrição farmacêutica, ferramenta esta que pode garantir a segurança do paciente e o uso correto do medicamento. O farmacêutico tem oportunidade de desenvolver um serviço de qualidade atuando na defesa do uso racional de medicamentos através da orientação farmacêutica.

REFERÊNCIAS

ABIMIP (Associação Brasileira da Industria de Medicamentos Isentos de Prescrição). Disponível em: <http://abimip.org.br>. Acesso em: out. de 2019.

ARRAIS, P. S. D. et.al 2016. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. Revista saúde pública, v. 50, n. 2, p.1 – 9, 2016.

BISPO, N. A. et al. Automedicação: Solução ou Problema? XVI SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução n°98 de 1 de agosto de 2016. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 3 ago. 2016.

CARDOSO, L. A. et al. Perigos da automedicação irresponsável. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV108_MD1_SA7_ID34_20042018100934.pdf >. 2017.

DOMINGUES, P. H. F. et. al. Automedicação em adultos no Brasil Revista Saúde Pública 2015; 49:36 DOI:10.1590/S0034-8910.2015049005709.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiologia Serv. Saúde, Brasília*, v. 26, n. 2, p. 319-330, 2017.

FERNANDES W. S.; CEMBRANELLI, J. C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: papel do farmacêutico no combate a essa prática. *Revista Univap*, v. 21, n.37, p. 5-12, 2015.

FERREIRA RL, JÚNIOR AT 2018 – Estudo sobre à automedicação e o uso irracional de medicamento e o papel do farmacêutico na sua prevenção. *Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA*, v. 9, n. ed. Esp., p. 570-576, 2018.

FREITAS V. P. et. al. Automedicação em universitários. *Revista multidisciplinar e de psicologia*, v.11, n. 39, p. 25-39, 2017.

GONÇALVES, C. A. et al. Intoxicação medicamentosa: Relacionada ou uso indiscriminado de medicamento. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA*, v. 8, n. 1, p.135 – 143, 2017.

IBGE – População de idosos, censo 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. de 2019.

MACEDO, G. R. et al. O poder do marketing no consumo excessivo de medicamentos no Brasil. *Revista Transformar* FSJ, 10°edição, pág. 114 – 128, 2018.

MATOS, J. A. et. al. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola - *Caderno de saúde coletiva*, v. 26, n.1, p. 76-83, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE 2015- O que é automedicação? Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: out. De 2019.

OLIVEIRA, S.B.; BARROSO, S. C.; BICALHO, M. A.; REIS, A.M. Perfil de medicamentos utilizados por automedicação por idosos atendidos em centro de referência. *Einstein (*São Paulo), v. 16, n. 4, 2018. http://dx.doi.org/ 10.31744/einstein_journal/2018AO4372

OLIVEIRA M. A. R.; BARBOSA, F. G. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados. *Braz. J. Surg. Clin. Res.*, v. 25, n. 1, p. 62-65, 2018.

PAIM, R. S. P. et. al. Automedicação síntese das publicações nacionais. *Revista Contexto & Saúde*, v.16, n. 30, p. 47-54, 2016.

PEREIRA, F. G. F. et. al. Automedicação em idosos ativos – *Revista Enfermagem UFPE online*, v. 11, n. 12, p.4919-28, 2017.

SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia)

SILVA, L. S. et al. Automedicação com finalidade estética: Um estudo de prevalência entre estudantes universitários. *Revista Leia Cby*, v.1, n. 1, p. 56 – 67, 2018.

SOTEIRO K. A.; SANTOS, M. A. A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre. *Revista da pós-graduação PUC, RGS*, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2016

A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS E NA PROMOÇÃO DE SAÚDE

THE IMPORTANCE OF THE PHARMACIST IN THE RATIONAL USE OF MEDICINES AND HEALTH PROMOTION

LA IMPORTANCIA DEL FARMACÉUTICO EN EL USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS Y LA PROMOCIÓN DE LA SALUD

Pedro Tiago de Lima BACALHAU[51]

Jaine Farias NASCIMENTO[52]

Giancarlo Paiva NICOLETTI [53]

RESUMO

O farmacêutico é um profissional da saúde com um papel fundamental na qualidade de vida e saúde da população. O uso racional de medicamentos é um conjunto de ações que levam em consideração o perfil do paciente e as opções de tratamento. A inserção de determinados medicamentos de forma incorreta pode acarretar diferentes problemas para o indivíduo, porém ainda continua sendo uma prática bastante frequente. Cabe aos profissionais de saúde, especialmente, o farmacêutico a essa conscientização. Desse modo, objetivou-se nesse trabalho identificar as atribuições e atividades dos farmacêuticos relacionadas ao uso racional de medicamentos e promoção de saúde da população. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi a partir em base de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), bem como os dados adicionais foram resgatados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Conselho Regional de Farmácia (CRF); Conselho Federal de Farmácia (CFF); Ministério da Saúde (MS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) para embasamento teórico e contextualização da proposta. Para busca utilizou-se descritores específicos e foram aplicados critérios e inclusão e exclusão. Após as análises foram obtidos 11 artigos científicos. A partir da análise detalhada do material

[51] Discente de Farmácia pelo Centro Universitário Natalense. (E-mail: Pdrtg265@gmail.com).

[52] Discente de Farmácia pelo Centro Universitário Natalense. (E-mail: Jainefarias54@gmail.com).

[53] Mestrado em Biologia Parasitária UFRN/2019, Especialização em andamento em Análises Clínicas e Toxicológicas. Estácio FATERN/2021, Especialização em Farmacologia e Dispensação Farma. IBRAS/2013, Graduação em Farmácia UFRN/2011, Coordenador de Curso, Superviso de Estágio, Orientador de Iniciação Científica e Docente Universitária no Curso de Farmácia do UNICEUNA. (E-mail: Giancarlo_nicoletti1@hotmail.com).

obtido para compor a presente revisão, observou-se que o farmacêutico é fundamental na condução do uso de medicamentos, sendo promovedor de qualidade de vida e educação em saúde. A Assistência Farmacêutica contribui significativamente para esse uso, monitorando sistematicamente os tratamentos medicamentosos e garantindo a necessidade do paciente. Espera-se a partir dessa pesquisa se ter um panorama sobre a importância do farmacêutico no uso racional de medicamentos. O presente estudo fornece subsídio para futuras pesquisas na área de saúde e afins.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica; Medicação; Saúde coletiva.

ABSTRACT

The pharmacist is a health professional with a fundamental role in the quality of life and health of the population. The rational use of medicines is a set of actions that take into account the patient's profile and treatment options. Inserting medications incorrectly can lead to problems for the individual, but it remains a very frequent practice. It is up to health professionals, especially the pharmacist, to raise this awareness. Thus, the objective of this work was to identify the attributions and pharmaceutical activities related to the rational use of medicines and the promotion of the population's health. This is a bibliographic research. Data collection was based on the following database: Scientific Electronic Library Online (SciELO); and Virtual Health Library (BVS), as well as additional data were retrieved from the National Health Surveillance Agency (ANVISA); Regional Council of Pharmacy (CRF); Federal Council of Pharmacy (CFF); Ministry of Health (MS); Pan American Health Organization (PAHO) and National System of Toxic-Pharmacological Information (SINITOX) for theoretical basis and contextualization of the proposal. To use exclusive search descriptors and was applied and inclusion and exclusion. After the offers, 11 scientific articles were acquired. From the detailed analysis of the material obtained, to compose a review presented, it was observed that the pharmacist is fundamental in conducting the use of medicines, being the promoter of quality of life and health education. Contribute to this use by patiently monitoring treatments in a meaningful way and providing Pharmaceutical assistance as needed. It is expected from this research to have an overview of the importance of the pharmacist in the rational use of medicines. The present study provides an accessory for future research in the health area.

Keywords: Pharmaceutical Assistance; Medication; Collective health.

RESUMEN

El farmacéutico es un profesional sanitario con un papel fundamental en la calidad de vida y salud de la población. El uso racional de los medicamentos es un conjunto de acciones que tienen en cuenta el perfil del paciente y las opciones de tratamiento. La inserción de ciertos medicamentos incorrectamente puede conducir a diferentes

problemas para el individuo, pero sigue siendo una práctica muy frecuente. Depende de los profesionales de la salud, especialmente del farmacéutico, esta conciencia. Así, este estudio tuvo como objetivo identificar las atribuciones y actividades de los farmacéuticos relacionadas con el uso racional de los medicamentos y la promoción de la salud de la población. Esta es una investigación bibliográfica. La recolección de datos se basó en: Scientific Electronic Library Online (SciELO); y biblioteca virtual en salud (BVS), así como datos adicionales fueron canjeados de la Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA); Consejo Regional de Farmacia (CRF); Consejo Federal de Farmacia (CFF); Ministerio de Salud (MS); Organización Panamericana de la Salud (OPS) y el Sistema Nacional de Información Tóxico-Farmacológica (SINITOX) para la base teórica y contextualización de la propuesta. Para la búsqueda se utilizaron descriptores específicos y se aplicaron criterios de inclusión y exclusión. Después de los análisis, se obtuvieron 11 artículos científicos. A partir del análisis detallado del material obtenido para conformar la presente revisión, se observó que el farmacéutico es fundamental en la realización del uso de medicamentos, promoviendo la calidad de vida y la educación para la salud. Pharmaceutical Care contribuye significativamente a este uso, monitoreando sistemáticamente los tratamientos farmacológicos y asegurando la necesidad del paciente. Se espera de esta investigación tener una visión general de la importancia del farmacéutico en el uso racional de los medicamentos. Este estudio proporciona apoyo para futuras investigaciones en el área de la salud y similares.

Palabras clave: Asistencia Farmacéutica; Medicación; Salud pública.

INTRODUÇÃO

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) medicamentos são produtos com a finalidade de diagnosticar, prevenir, curar doenças e aliviar seus sintomas, sendo produzidos com rigoroso controle técnico para atender às especificações determinadas pela mesma (ANVISA, 2010).

O farmacêutico tornou-se um profissional da saúde capacitado e com um papel fundamental na qualidade de vida e saúde da população, o qual tem autonomia para proporcionar uma reflexão e a transformação da saúde. A Assistência Farmacêutica (AF) promove informações para a promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) através de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo, obtendo um conjunto de serviços que buscam ter melhor eficiência à gestão da terapêutica. Em conjunto, a Atenção Farmacêutica apresenta intervenções importantes para promoção do

URM, tendo paciente como principal beneficiário dessas ações (MELO; PAUFERRO, 2020).

Sobre o uso irracional de medicamento diversa são as consequências e risco que se traz a saúde dos pacientes, desde problemas relacionados à interação medicamentosa e resistência a bactérias, quanto aos antibióticos estes podem até mesmo intervir em resultados de exames laboratoriais (STURARO, 2009). Nesse sentido, as instituições de saúde em âmbito geral estão preocupadas com a segurança e o atendimento ao paciente, com intuito de inibir erros de medicamentos. A intervenção farmacêutica está ligada ao uso racional de medicamento para a promoção da saúde, de modo planejado, documentado e direcionado ao paciente (OLIBONI; CAMARGO, 2009).

Nesse cenário, a Atenção farmacêutica é voltada diretamente ao paciente, para que este tenha acesso ao tratamento de forma adequada e correta, garantindo o uso correto de diferentes medicamentos. O farmacêutico atua de forma mais ativa com o paciente para acompanhar e fornecer orientações sobre estes usos. Assim, tanto a atenção farmacêutica, AF e a intervenção farmacêutica são buscar colaborar com o serviço da promoção da saúde (ALMEIDA *et al*., 2011).

No Brasil, cerca de 80 milhões de pessoas realizam a automedicação. Vale destacar que diferentes estudos demonstram que, se o número de medicamentos for maior que cinco, existe um aumento no do risco efeitos contrários relacionados aos medicamentos, bem como se tem um aumento na probabilidade de Reações Adversas ao Medicamento (RAM) (SILVA *et al*., 2011; MASTROIANNI *et al*., 2011).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo menos 35% dos medicamentos adquiridos no Brasil são comprados sem prescrição. Das intoxicações no Brasil cerca de 27% são por medicamentos adquiridos e 16% das mortes por intoxicações são causadas por medicamentos (BRASIL-SINITOX, 2014).

Nesse contexto, de acordo com os dados do Conselho Nacional de Saúde o Brasil está entre os dez países que mais consome medicamentos no mundo, existindo uma farmácia para cada 3.300 habitantes, o que promove o uso exacerbado de

medicamentos pela facilidade de adquirir o mesmo e sem qualquer informação sobre os benefícios e malefícios que esse medicamento pode causar trazendo gravidade ao problema (BRASIL-CNS, 2015).

Algumas políticas corroboram para o URM, entre elas a Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM). A PNAUM teve como objetivo principal caracterizar a organização dos serviços de AF na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista o acesso e a promoção do uso racional de medicamentos, assim como identificar e discutir fatores que interferem na consolidação dessa assistência. A AF com base nessa política é indispensável, pois esta promove a implementação de atividades eficientes, que possibilitem o acesso da população a medicamentos de qualidade e eficácia comprovada (ÁLVARES *et al*., 2017).

Outra política destacada é a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) que possibilitou o aumento de pessoas que foram beneficiadas com os Programas de Assistência Farmacêutica (PAF). É importante enfatizar que o ciclo de assistência envolve seis etapas, sendo esta seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação (SANTANA *et al.*, 2018).

Para a OMS, existem pelo menos cinco trajetórias para URM: 1) para pacientes que recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas, 2) em doses adequadas às suas necessidades individuais de saúde, 3) por um período adequado e 4) ao menor custo para si e 5) para a comunidade (BRASIL *et al*., 2014).

Desse modo, objetivou-se nesse trabalho identificar as atribuições e atividades dos farmacêuticos relacionadas ao uso racional de medicamentos e promoção de saúde da população, tendo como objetivos específicos: analisar e identificar quais problemas leva o uso irracional de medicamentos; identificar as principais ações de políticas em saúde de medicamentos baseados nas diretrizes vigentes; e discutir a assistência farmacêutica direcionada ao uso racional de medicamentos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico, o qual a coleta de dados foi feita no em março de 2022, a partir em base de dados de estudos científicos, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), dados adicionais foram resgatados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Conselho Regional de Farmácia (CRF); Conselho Federal de Farmácia (CFF); Ministério da Saúde (MS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) para embasamento teórico e contextualização da proposta. A busca se deu a partir das seguintes palavras-chave: "*farmacêutico*"; "*atenção farmacêutica*"; "*promoção de saúde*"; "*política nacional*"; "*medicamentos"*; "*uso racional*". A combinação dos descritores se deu a partir dos conectivos "*AND*" e "*OR*".

A seleção dos estudos científicos e dados que compõe a proposta ocorreu através dos critérios de inclusão e exclusão. Como critério de inclusão teve-se trabalhos que foram publicados nos últimos cinco anos, que obtivessem ao menos dois dos descritores usados na busca, bem como abrangesse o tema proposto. Como critério de exclusão teve-se os trabalhos incompletos ou aqueles repetidos nas bases de dados, bem como não fosse de acordo com o tema estabelecido. Os dados foram organizados em uma tabela para facilitar a visualização do leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a busca e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram obtidos 11 artigos científicos (Tabela 1).

Tabela 1. Informações reunidas dos artigos quanto ao título, autores, ano de publicação, objetivo e principais conclusões dos estudos científicos base para a presente pesquisa.

Título	Autor(s) /Ano	Periódico	Objetivo	Principais conclusões
Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto	Melo e Pauferro (2020)	*Brazilian Journal of Development*	Conhecer e compreender a importância da educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto	A educação em saúde democratiza o acesso ao conhecimento e torna os indivíduos da comunidade capazes de atuar como corresponsáveis na promoção de sua saúde. O farmacêutico é parte indelével deste processo, apesar de ainda não estar amplamente inserido em todos os serviços de educação e promoção da saúde.
O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos	Santana *et al.* (2018)	Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente	Descrever as principais ações farmacêuticas no processo de promoção da saúde e do uso racional de medicamentos.	Um dos principais desafios da classe farmacêutica é transformar condutas, incorporando a profissão farmacêutica um modelo que possibilite ao farmacêutico adotar responsabilidade com a farmacoterapia do paciente e atuar como agente do URM, com o intuito de aumentar a adequação em seu uso, e principalmente evitar a automedicação.
A contribuição do farmacêutico para a promoção do acesso e uso racional de medicamentos essenciais no SUS	Melo e Castro (2017)	Ciência & Saúde Coletiva	Descrever o processo da inserção do farmacêutico na equipe de uma Unidade Básica de Saúde e os resultados na promoção do acesso e uso racional de medicamentos.	A atuação do farmacêutico apresentou resultados estatisticamente significativos na redução da falta de medicamentos; melhora da qualidade da prescrição (com aumento do número de prescrições atendidas); redução do número de medicamentos prescritos entre os pacientes em seguimento farmacoterapêutico; e, comparando-se os anos 2010 e 2011, as recomendações de mudanças na farmacoterapia passaram a ter maior nível de aceitação. O farmacêutico contribuiu efetivamente para o acesso e a promoção do uso racional de medicamentos.
O papel do farmacêutico enquanto promotor da saúde no uso racional de antibióticos	Santos *et al.* (2017)	RSC online	Apresentar uma revisão narrativa da literatura, com a finalidade reunir o conhecimento científico já produzido sobre os aspectos do farmacêutico enquanto promotor de saúde no uso racional dos antibióticos.	O uso não racional dos antibióticos é beneficiado pela produção e comercialização em embalagens com número de doses em desacordo com o necessário para o tratamento padrão, ocorrendo o descumprimento da prescrição médica. Com isso, ver que o farmacêutico além de conhecimentos é fundamental ter atitudes e habilidades que possibilitam agregar-se à equipe de saúde e contribuir para a

Título	Autor(s) /Ano	Periódico	Objetivo	Principais conclusões
				melhoria da qualidade de vida, em especial no que se refere à melhora da farmacoterapia em antibióticos.
O farmacêutico em serviço de atenção secundária à saúde: atuação em equipe Multiprofissional para promoção do uso racional de medicamentos	Lansing *et al.* (2017)	Destaques Acadêmicos	Demonstrar em nível secundário de atenção à saúde, a influência de consulta farmacêutica em ambiente multiprofissional na promoção do uso racional da terapia.	Sugerem que a atuação do profissional é benéfica tanto para a equipe quanto para o paciente, podendo reduzir erros de prescrição, problemas relacionados à terapia, administrações incorretas da medicação, as quais podem resultar em danos à saúde.
Atenção farmacêutica e a promoção do uso racional de medicamentos	Junior e Andrade (2022)	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	Apresenta as bases filosóficas e conceituais da atenção farmacêutica e sua importância para a promoção do uso racional de medicamentos.	A atenção farmacêutica contribui para o uso racional de medicamentos, pois desenvolve o acompanhamento sistemático do tratamento medicamentoso utilizado pelos indivíduos, com o objetivo de avaliar e garantir a necessidade, segurança e eficácia do uso dos medicamentos. Ele atende às necessidades da sociedade, ajudando os indivíduos a obter melhor resultados com a medicação.
Atenção farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos	Barbosa e Nerilo (2017)	Revista UNINGÁ Review	Evidenciar a importância da prática farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos, bem como dos métodos de intervenção.	A prática da atenção farmacêutica é uma das principais formas disponíveis para a promoção do uso racional dos medicamentos, pois o farmacêutico é o profissional que conhece todos os aspectos relacionados ao medicamento, podendo assim oferecer ao usuário maior acesso à informação que por sua vez passará a utilizar os medicamentos de forma correta e segura.
Importância do uso racional de medicamentos	Sobral *et al.* (2018)	FACIDER Revista Científica	Identificar a importância da atenção farmacêutica em orientar a sociedade no uso racional de medicamentos.	O profissional farmacêutico assume papel importante como orientador, contribuindo para o uso racional de medicamentos e amenizando os problemas relacionados ao uso inadequado de fármacos, beneficiando assim toda a população, que, de maneira geral, possui fácil acesso a esses profissionais.
Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e na automedicação	Lima e Guedes (2022)	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	Avaliar a responsabilidade do farmacêutico quanto ao uso racional de medicamentos.	Possibilitou avaliar a necessidade do uso racional de medicamentos, visto que o uso irracional tem ganhado uma grande proporção pelo mundo todo, trazendo riscos à saúde da população, e com essas

Título	Autor(s) /Ano	Periódico	Objetivo	Principais conclusões
				análises foi demonstrada a importância de campanhas que promovam o uso adequado de medicamentos, e a importância do trabalho em conjunto dos profissionais para que erros sejam evitados.
Estudo sobre a automedicação, o uso irracional de medicamentos e o papel do farmacêutico na sua prevenção	Ferreira e Júnior (2018)	Revista Científica FAEMA	Mostrar o papel do farmacêutico na prática da automedicação e como a sua atuação pode influenciar na correta utilização dos medicamentos evitando-se os perigos trazidos pelo o uso irracional, e conclui que a participação do profissional da farmácia na assistência farmacêutica como orientador sobre os efeitos das medicações e seu correto modo de uso traz maior qualidade de vida para os pacientes e diminui o risco da má utilização de medicações pelo uso irracional.	Foi possível entender qual o conceito de automedicação e quais os fatores que impulsionam essa forma de consumo de medicamentos e estabelecer que a automedicação se feita adequadamente, com orientação do profissional farmacêutico, é diferente do uso irracional, que se configura quando a medicação é utilizada sem o devido cuidado, não observando a possibilidade de reações adversas ou de interação com outros medicamentos, sem que haja prescrição ou orientação para o uso adequado, podendo ser uma prática perigosa.
Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos	Álvares *et al.* (2017)	Revista de Saúde Pública	Caracterizar a organização dos serviços de assistência farmacêutica na Atenção Básica do Sistema Único Saúde.	Esta é a primeira investigação de âmbito nacional focada no acesso e utilização de medicamentos no Brasil. Com um plano amostral bem delineado pretende-se viabilizar análises relacionadas às diferentes dimensões de acesso, o estudo de indicadores de racionalidade do uso e grau de seguimento das prescrições em relação à adesão e aos cuidados com doenças de alta prevalência, como hipertensão arterial e diabetes.

Após as análises dos estudos, observou-se que em geral a realização de trabalhos sobre acesso e uso racional de medicamentos em escala nacional serve como subsídios para que as autoridades governamentais avaliem de forma mais eficiente suas políticas de AF, investimentos na seleção e aquisição de medicamentos, bem como controle dos gastos. O trabalho de Álvares *et al.*, 2017 aponta orientações sobre a PNAUM. A partir desse trabalho entende-se que é essencial que a assistência farmacêutica aborde as múltiplas questões relacionadas ao sistema como um todo, sendo esta parte fundamental entro da assistência.

Ferreira e Júnior (2018) trazem um ponto interesse que é o de compreender o que seria o uso irracional de medicamentos (UIM). Para os autores, UIM é entendido quando um paciente se automedica segundo indicação de terceiros não capacitados, ou até mesmo por si mesmo, buscando aliviar sintomas sem que haja a orientação de farmacêutico ou médicos, o que pode acabar acarretando uma RAM. Dentre os casos automedicação, os analgésicos são citados como os mais comuns, geralmente para alívio de dores imediatas, seguido de anti-inflamatórios.

Com essa compreensão do UIM, podemos entrar numa questão que seria o motivo que levam a população a tal prática. Entre esses fatores podemos destacar a urgência de alívio de dor, falta de assistência em determinados locais, e clareza sobre que pode acontecer ao realizar esse tipo de prática. Desse modo, uma alternativa seria a AF promover campanhas de alerta e a população compreenda de fato a necessidade de que o uso dessas medicações seja validado por profissionais capacitados de maior alcance ao público.

Corroborando com os dados supracitados Santana *et al.* (2018) apontam que medicamentos adquiridos via internet podem aumentar a automedicação, em função da oferta de preços mais atrativos e pela facilidade de fornecimento de medicamentos sem prescrição médica ou orientação farmacêutica. Entretanto, ressalta-se que tal comodidade acaba comprometendo a eficácia e segurança do tratamento.

Compreende-se a partir do estudo de Sobral *et al.* (2018) que a propaganda acelerada de determinados medicamentos acaba contrastando com algumas campanhas que busca esclarecer os perigos da automedicação, contribuindo assim para um uso não correto de algumas medicações, bem como a dificuldade e o custo de conseguir uma instrução médica, existência da limitação do poder prescritivo restrito a poucos profissionais de saúde, desespero e os sintomas, acabam levando ao uso de medicamentos incorreto. Assim, entende-se que a segurança do medicamento é uma questão muito importante, onde o farmacêutico, enquanto profissional da saúde e prestador da AF, tem papel importante na orientação e no aconselhamento do paciente.

O trabalho de Melo e Castro (2017) deixa claro que existe uma escassez de estudos que demonstrem a melhoria do acesso aos medicamentos, qualidade de prescrição e promoção do URM. Assim, são necessárias mais publicações na área de assistência farmacêutica que auxiliem aos profissionais de saúde nesse acesso de qualidade e uso correto de medicamentos. Nessa perspectiva, a presença do farmacêutico na unidade para a realização das intervenções é de fundamental importância para que se alcance resultados positivos no que se refere ao controle de uso e acesso aos medicamentos e publicações de novos estudos nessa área.

O estudo também aponta a importância da legislação brasileira que a partir da Lei nº 13. 021, do dia 08 de agosto de 2014 prevê a presença do farmacêutico no estabelecimento comercial de venda de medicamentos durante todo o horário de funcionamento. Segundo a legislação vigente, em seu art. 6º, e inciso I: “para o funcionamento das farmácias de qualquer natureza, exigem-se a autorização e o licenciamento da autoridade competente, além das seguintes condições: [...] I – ter a presença do farmacêutico durante todo o horário de funcionamento”. Com base nessa lei, o farmacêutico e o proprietário do estabelecimento comercial são responsáveis pelas ações em prol do uso correto de medicamentos (BRASIL, 2014; MELO; CASTRO, 2017).

A partir desta lei, entende-se a importância do apoio e presença do farmacêutico nos estabelecidos comerciais de farmácia, os quais são responsáveis por toda orientação

voltada ao URM. Adicionalmente, Barbosa e Nerilo (2017) descrevem os cuidados do farmacêutico, onde o principal beneficiário é o paciente, ao receber um atendimento voltado à qualidade de vida e orientação do uso correto de medicamentos. Desse modo, entende-se que com a presença do farmacêutico é de fundamental importância para população e serviço público de saúde em geral, sendo este um profissional com qualificações específicas sobre o assunto.

Lima e Guedes (2021) também demostram em sua pesquisa que o papel ativo do profissional farmacêutico se faz indispensáveis, pois o farmacêutico é responsável pela produção, controle de qualidade, conservação, distribuição, eficácia terapêutica, acompanhamento, promoção do uso seguro e racional de medicamentos, além de ser capacitado para instruir e promover ações em prol da comunidade.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) apoia o processo de promoção da saúde no país, envolvendo pesquisadores, formuladores de políticas, entidades e diversos profissionais. Nesse sentido, a intervenção farmacêutica, enquanto conjunto de ações executadas nos serviços de saúde pública assegura que a assistência terapêutica integral seja prestada a população na proteção, prevenção e recuperação da saúde, nos seus fatores individuais e coletivos (SANTOS *et al.*, 2017).

Diante dos estudos científicos analisados, a AF realiza um acompanhamento sistemático dos medicamentos utilizados pelo indivíduo, tendo intenção de satisfazer as necessidades sociais ajudando as pessoas a obter mais bem resultados durante a farmacoterapia.

Com relação aos desafios, Junior e Andrade (2022) destacam que um dos desafios da categoria medicamentos é modificar o comportamento para incorporar um modelo na prática profissional que possibilite ao farmacêutico assumir a responsabilidade pelo tratamento medicamentoso e atuar como facilitador do URM. Mas, é possível atingirmos esse padrão, a partir de esforços dos profissionais em conjunto com a população, como também realização de campanhas a favor dessa conscientização de alcance nacional.

Lansing *et al*., (2017) ao realizar um trabalho com 190 pacientes em atendimento no Ambulatório de Especialidades Médicas (AEM), deixam evidente que a atuação do farmacêutico é benéfica tanto para a equipe quanto para o paciente, problemas relacionados à terapia, administrações incorretas da medicação que podem resultar em danos à saúde.

Diante dos artigos científicos que compõe a presente revisão, foi possível destacar algumas estratégias voltadas ao URM que são acessíveis e possíveis de serem utilizadas, sendo estas:

- Formulário terapêutico;
- Seleção de medicamentos;
- Gerenciamento adequado dos serviços farmacêuticos;
- Farmacovigilância;
- Dispensação e uso apropriado de medicamentos;
- Educação dos usuários quanto aos riscos da automedicação, da interrupção e da troca da medicação prescrita.

Com base no que foi demonstrado, tem-se que o farmacêutico é fundamental na melhor condução do uso de medicamentos, sendo promovedor de qualidade de vida e educação em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão, observou-se que o papel do farmacêutico vai além de dispensar medicamentos, sendo ele o profissional responsável pela por informação de qualidade e orientações indispensáveis para recuperação do bem-estar dos pacientes. Tem-se que a AF é indispensável na promoção à saúde.

Observou-se também a necessidade do cuidado, visto que o uso irregular de determinados medicamentos pode acarretar diferentes problemas, mas que apesar disso vem sendo uma prática bastante presente. Desse modo, faz-se essencial campanha de

conscientização, a presença do farmacêutico na equipe multiprofissional nos comércios de saúde.

Portanto, concluiu-se que a AF contribui para o URM, ao desenvolver um acompanhamento correto, direcionado, garantindo assim a necessidade, segurança e eficácia do uso de medicamentos, beneficiando diretamente o paciente e atendendo a necessidade da sociedade em atingir melhor resultados ao inserir determinadas medicações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B.; SILVEIRA, G. L. L.; SILVA, J. M.; ANTUNES, R. S. P.; VALDEZ, R, H. Campanha para o Uso Racional de Medicamentos: integração entre estudantes e comunidade. **IN:** 5ª Jornada de Sociologia da Saúde; Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia; 2011.

ALVARES, J. *et al.* Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos: métodos. **Revista Saúde Pública**., v. 51, p. 2s-4s, 2017.

ANVISA – **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. O que devemos saber sobre os medicamentos. Brasília - DF, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Laysla/Downloads/Cartilha-%20o%20que%20devemos%20saber%20sobre%20medicamentos.pdf> Acesso em 24 de abril de 2022.

BARBOSA, M.; NERILO, S. B. Atenção farmacêutica como promotora do uso racional de medicamentos. **Revista UNINGÁ Review**, v. 30, n. 2, p. 82-86, 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.021, de 08 de agosto de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm> Acesso em 24 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde. Ata da ducentésima sexagésima quinta reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde** - CNS. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <https://bit.ly/2J65FRM> Acesso em 24 de abril de 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Sistema de Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas**. Dados de intoxicação: dados agentes tóxicos: tabulação de dados: a partir de 2014: intoxicação, óbitos [Internet]. Disponível em: Disponível em: <https://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-de-agentes-toxicos> Acesso em 24 de abril de 2022. FERREIRA, R. L.; JÚNIOR, A. T. T. Estudo sobre a automedicação, o uso irracional de medicamentos e o papel do farmacêutico na sua prevenção. **Revista da**

Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, v. 9, n. Edição Especial p.570-576, 2018.

JUNOR, N. F. N.; ANDRADE, L. G. de. Atenção farmacêutica e a promoção do uso racional de medicamentos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.8, n.03, p. 1156-1166, 2022.

LANSING, A.; SOUZA, J. de; FERNANDES, L. C.; CASTRO, L. C. de; KAUFFMANN, C. O farmacêutico em serviço de atenção Secundária à saúde: atuação em equipe Multiprofissional para promoção do uso Racional de medicamentos. **Destaques Acadêmicos**, v. 9, n. 3, p. 259-271, 2017.

LIMA, D. dos S.; GUEDES, J. P. de M. Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e automedicação. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, e263101522827, 2021.

MASTROIANNI, P. C.; LUCCHETTA, R. C.; SARRA, J. R.; GALDURÓZ, J. C. F. Estoque doméstico e uso de medicamentos em uma população cadastrada na estratégia saúde da família no Brasil. **Revista Panam Salud Pública**, v. 29, n. 5, p. 358-364, 2011.

MELO, D. O. de.; CASTRO, L. L. C. A contribuição do farmacêutico para a promoção do acesso e uso racional de medicamentos essenciais no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1., p. 235-244, 2017.

MELO, R. C.; PAUFERRO, M. R. V. Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto**. Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 32162-32173, 2020.

OLIBONI. L. S; CAMARGO. A. L. Validação da Prescrição Oncológica: O papel do farmacêutico na prevenção de erros de medicação. **Revista HCPA**, v. 29, n. 2, p. 147-152, 2009.

SANTANA, K. dos S. O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente. Ariquemes: FAEMA**, v. 9, n. 1, 399-412, 2018.

SANTOS, S. L. F. dos; PESSOA, C. V.; ALVES, H. H. da S.; BORGES, R. N.; BARROS, K. B. N. T. O papel do farmacêutico enquanto promotor da saúde no uso racional de antibióticos. **RSC online**, v. 6, n. 1, p. 79 – 88, 2017.

SILVA, I. M.; CATRIB, A. M. F.; MATOS, V. C.; GONDIM, A. P. S. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 1651-1660, 2011.

SOBRAL. C. C. *et al.* A importância do uso racional de medicamentos. **FACIDER Revista Científica**, n. 11, p, 1-15, 2018.

STURARO, D. A importância do acompanhamento farmacoterapêutico em pacientes onco-hematológico. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v.31, n.3, p. 124, 2009.

ALOPÉCIA ANDROGÊNICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

ANDROGENIC ALOPECIA: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ALOPECIA ANDROGÉNICA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA

Alane Rizia Silva do NASCIMENTO[54]

Claudia Cecílio DAHER[55]

RESUMO

A alopecia androgênica é uma doença genética caracterizada pela atrofiados folículos capilares e queda de cabelo, tornando os fios mais curtos, mais finos e menos espessos. A patologia em questão, afeta ambos os sexos, com mais de 50% dos homens apresentando algum grau de calvície acima dos 50 anos. A pesquisa teve como objetivo geral, descrever através de uma revisão integrativa de literatura sobre a doença alopecia androgênica. Os objetivos específicos foram: revisar o crescimento capilar; conceituar a patologia da doença; caracterizar a prevalência de idade e gênero e pesquisar sobre os possíveis tratamentos da patologia. **A** metodologia escolhida nesta pesquisa foi do tipo descritivo e explorativa através de uma revisão de literatura. Realizou-se pesquisa nas bases de dados *Scielo*, BIREME, *MEDLINE e LILACS*. A finalidade do tratamento da alopecia é aumentar a cobertura do couro cabeludo ou retardar a progressão do rareamento dos cabelos, ou ambas.

Palavras-chave: Alopecia Androgênica. Crescimento capilar. Patologia.

ABSTRACT

Androgenic alopecia is a genetic disease characterized by atrophy of hair follicles and hair loss, making hair shorter, thinner and less thick. The pathology in question affects both sexes, with more than 50% of men showing some degree of baldness over 50 years of age. The research aimed to describe through an integrative literature review on androgenic alopecia disease. The

[54] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2021.

[55] Doutorado em Ciências Farmacêuticas – UFRN/2022. Mestrado em Ciências Farmacêuticas UFRN/2014. Especialização em Manipulação Magistral Alopática – UNP/2007, Graduação em Farmácia Bioquímica – UNP/2002. Graduação em Ciências Biológicas Modalidade Médica – PUC GOIÁS/2002. Docente Universitária e orientadora de iniciação científica no Curso de Farmácia do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: ccdaher@hotmail.com).

specific objectives were review hair growth; conceptualize the disease pathology; characterize the prevalence of age and gender and research the possible treatments for the pathology. The methodology chosen in this research was descriptive and exploratory through a literature review. A search was carried out in the Scielo, BIREME, MEDLINE and LILACS databases. The purpose of alopecia treatment is to increase the coverage of the scalp or delay the progression of thinning hair, or both.

Keywords: Androgenic alopecia. Hair growth. Pathology.

RESUMEN

La alopecia androgénica es una enfermedad genética caracterizada por la atrofia de los folículos pilosos y la caída del cabello, lo que hace que el cabello sea más corto, más delgado y menos grueso. La patología en cuestión afecta a ambos sexos, con más del 50% de los hombres presentando algún grado de calvicie por encima de los 50 años. La investigación tuvo como objetivo describir a través de una revisión integradora de la literatura sobre la enfermedad de alopecia androgénica. Los objetivos específicos fueron: revisar el crecimiento del cabello; conceptualizar la patología de la enfermedad; caracterizar la prevalencia de edad y género e investigar los posibles tratamientos para la patología. La metodología elegida en esta investigación fue descriptiva y exploratoria a través de una revisión de la literatura. Se realizó una búsqueda en las bases de datos Scielo, BIREME, MEDLINE y LILACS. El propósito del tratamiento de la alopecia es aumentar la cobertura del cuero cabelludo o retrasar la progresión del adelgazamiento del cabello, o ambos.

Palabras clave: Alopecia androgénica. Crecimiento del cabello. Patologia.

INTRODUÇÃO

A alopécia androgênica é uma doença genética caracterizada pela atrofia dos folículos capilares e queda de cabelo, tornando os fios mais curtos, mais finos e menos espessos. Cabelos terminais do couro cabeludo são gradualmente substituídos por finos cabelos velos. É a causa mais comum de alopecia em ambos os sexos (MAO; ZHANG; FAN, 2019).

É caracterizada por alteração no ciclo do cabelo levando à miniaturizaçãofolicular progressiva com conversão de fios terminais em velo, menos pigmentados (MULINARI-BRENNER; SEIDEL; HEPP, 2011).

Esse processo de miniaturização, em que os cabelos ficam mais curtos, mais finos e mais claros, ocorre devido a ciclos consecutivos da anagênese cada vez mais curtos, com aumento da proporção dos folículos em telogênese. Portanto, a diminuição da cobertura do couro cabeludo não se deveà destruição de folículos pilosos, mas sim ao referido processo de miniaturização (LOBO; MACHADO; SELORES, 2010).

A patologia em questão, afeta ambos os sexos, com mais de 50% dos homens apresentando algum grau de calvície acima dos 50 anos. De acordo com (MULINARI-BRENNER; SEIDEL; HEPP, 2011), as estimativas em relação às mulheres são variadas, e o pico de incidência ocorre após os 50 anos, com cerca de 30% de acometimento por volta dos 70 anos. Dados epidemiológicos variam em diferentes etnias, com relatos de prevalência menor em asiáticos e afrodescendentes em relação aos caucasianos.

No sexo masculino o processo é andrógeno dependente; nas mulheres, entretanto, a interferência hormonal é incerta e o termo alopecia de padrão feminino (APF) parece definir melhor a entidade. Apesar da elevada frequência dessa apresentação nos consultórios médicos, a APF ainda é um desafio diagnóstico e terapêutico ao dermatologista (MULINARI-BRENNER; SEIDEL; HEPP, 2011).

Desta forma a pesquisa teve como objetivo geral, descrever através de uma revisão integrativa de literatura sobre a doença alopécia androgênica. Já os objetivos especificos foram: revisar o crescimento capilar; conceituar a patologia da doença; caracterizar a prevalência de idade e gênero e pesquisar sobre os possiveis tratamentos da patologia.

Este estudo justifica-se pela relevância à academia, pois poderá somar e contribuir nas consultas para aprofundamento do tema. Diante da concretização deste trabalho, espera-se que haja o interesse de outros pesquisadores em desenvolver estudos sobre assuntos correlatos à temática abordada. As sugestões apresentadas acima poderão servir como ponto de partida para o desenvolvimento de novos trabalhos.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida nesta pesquisa foi do tipo descritivo e explorativa através de uma revisão de literatura. Realizou-se pesquisa nas bases de dados Scielo, BIREME, MEDLINE e LILACS.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que segundo Mendes, Silveira e Galvão (2018) a revisão integrativa é um processo de procura que torna possível, avaliar criticamente do resumo das demonstrações disponíveis em um problema examinado e o resultado final.

Para elaboração desta revisão, foram utilizadas as seguintes etapas: escolha do tema, seleção da questão de pesquisa, coleta dos dados nas bases de dados eletrônicas, através de critérios de inclusão e de exclusão para seleção da amostra, leitura e análise crítica dos artigos, interpretação e apresentação dos resultados evidenciados.

Os critérios de seleção do material didático escolhido para o estudo deram-se a partir da credibilidade da fonte informativa e temas que abordavam o estudo em apreço.

Para selecionar os estudos estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos nos últimos anos disponíveis em texto completo nas bases de dados, estudos publicados em língua portuguesa e disponíveis em texto completo. Foram excluídos artigos disponíveis apenas em formato de resumo, escritos em língua estrangeira, artigos que não abordassem a temática pesquisada bem como estudos em forma de cartas, editoriais e comentários.

DESENVOLVIMENTO

No presente trabalho foram selecionados alguns artigos contendo informações relacionados com a Alopecia Androgênica. Esses artigos foram capazes de responder perguntas sobre o crescimento capilar; a sua patologia; prevalência de gênero e

possíveis tratamentos. A tabela 01 mostra 05 artigos que entre outros foram utilizados para compor esta revisão bibliográfica.

Tabela 01: Artigos selecionados para a redação da revisão integrativa.

Nº	Autor e ano de publicação	Tipo de estudo/documento	O que foi abordado no estudo/documento
01	FARIA *et al*., 2015	Revisão bibliográfica	essa patologia é estabelecida pelo perfil genético, a propensão é que ela permaneça com a pessoa, mas transplantes, tratamentos estéticos, e medicamentos prometem acabar com a calvície, podendo ser aplicados diretamente no couro cabeludo agindo diretamente no problema, e estimulando crescimento de novos fios, podendo também minimizar, interromper e ajudar na prevenção da perda de cabelo.
02	SEI; BRANDÃO, 2020	Revisão Narrativa de Literatura	Embora não exista estudos que comprovem um tratamento ideal para a Alopecia Androgenésica, o principal tratamento não invasivo, baseia-se na intradermoterapia/mesoterapia que envolve aplicações de ativos no couro cabeludo cujo objetivo principal é controle da perda de cabelo.
03	SILVANO *et al*., 2019	pesquisa de revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa.	O chá verde ou EGCG além de ser consumido como alimento, possui poder de auxiliar no crescimento capilar no tratamento de Alopecia Androgenética, sendo considerado com resultados mais satisfatório que o Minoxidil em alguns aspectos em variáveis concentrações. Sua ação vai além do crescimento capilar, ajudando também na inibição dos raios UV na pele ou couro cabeludo por sua ação antioxidante. Seu uso é seguro e até o presente estudo não demonstra nenhum risco a saúde.
04	LOURENÇO; STROPARO, 2018	Revisão de Literatura	A alopecia androgenética feminina traz sérias consequências para a qualidade de vida da mulher, uma vez que afeta o seu estado psicológico e social. Foram revisados artigos científicos publicados desde 1967 a 2013 para entender a dinâmica que envolve a alopecia androgenética e verificar se as opções de tratamento podem proporcionar tratamento eficaz que promova a qualidade de vida, sem riscos à saúde. Verificou-se que os estudos apresentados são muito evasivos e não concretizam resultados realmente claros da eficiência dessas opções.
05	RIBEIRO, 2017	Revisão bibliográfica da Literatura	Existem evidências para apoiar o uso do Minoxidil tópico por sua segurança e eficácia, porém seu uso é a longo prazo, o que pode causar desistências ao longo do tratamento. O laser de baixa potência também tem se mostrado eficaz para o tratamento da alopecia androgenética, e terapias a base de extratos orgânicos parecem ser mais promissoras e necessita de mais estudos, com o objetivo de minimizar os efeitos adversos.

De acordo com Lourenço; Stroparo (2018, p.44) apresentam que a alopecia androgenética (AAG) é uma condição influenciada pela alteração genética hormonal desde a puberdade. Diferentemente da calvície masculina, nas mulheres não há

formação de áreas de calvície típica, observa-se rarefação difusa nas regiões frontoparietais e os cabelos se tornam mais finos, especialmente no topo da cabeça, podendo, em casos mais avançados, o couro cabeludo tornar-se visível.

> A alopecia androgenética (AAG) pode acometer tanto homens como mulheres. Juntamente com o eflúvio telógeno crônico, respondem por quase 90% das queixas relacionadas a perda de cabelo. Caracteriza-se como alopecia difusa não cicatricial, que evolui a partir da miniaturização de folículos pilosos por mecanismo hormonal e a consequente diminuição do número de fios, sendo mais frequente nas regiões central, frontal e parietal do couro cabeludo. Esse processo ocorre devido a ciclos consecutivos da anagênese cada vez mais curtos, com aumento da proporção dos folículos em telogênese. Diferentemente da alopecia masculina, nas mulheres os fios tornam-se mais finos, havendo rarefação difusa nas regiões frontoparietais, porém sem a ocorrência de áreas de calvície típica (RIBEIRO, 2017, p.02).

Segundo Sei; Brandão (2020) descrevem que a Alopecia Androgenética, é forma mais frequente de alopecia não cicatricial, caracterizada pela perda parcial ou total dos fios e/ou pelos, desencadeado por hormônios andrógenos em indivíduos que possuem predisposição genética e que afeta tanto homens como mulheres, porém mais comum em homens.

Os cabelos sempre exerceram um papel imprescindível na vida do ser humano, a sua apresentação estética possui um importante significado sociocultural que caracteriza marca e, que de uma forma expressa um estilo de vida que muitas vezes emite gêneros e grupos sociais. Com isso, há uma grande preocupação das pessoas quando em situações que envolvem a queda dos cabelos e a alopecia começa a demonstrar seus sinais clínicos (SILVANO *et al*., 2019).

Nas palavras de Faria *et al*., (2015) discutem que a AAG, é acometida na adolescência, porém só começa a evoluir em torno dos 40 a 50 anos. Devido ao ciclo hormonal se alterar os fios de cabelo fica cada vez mais fino e progressivamente o couro cabeludo mais aberto. Existem exames rápidos para diagnosticar a doença, e a biópsia é indicada para casos de dúvidas de diagnóstico. Os fatores hereditários ainda são poucos conhecidos, porém baseado em evidência há comprovações suficientes que há um

envolvimento genético. Essa doença afeta mais nos homens porque está associada aos hormônios sexuais 58 masculinos “testosterona”.

A preocupação com a estética e o bem-estar é de ambos os sexos, entretanto, os homens têm um pouco de dificuldade de procurar tratamento quando apresentam os primeiros sinais de queda. Na maioria dos casos não procuram averiguar as causas e os possíveis tratamentos para retardar esses sintomas e quando procuram por tratamento, podem estar em um quadro mais avançado da AAG, dificultando ainda mais o tratamento (SILVANO *et al*., 2019).

Quanto as causas da Alopecia, Oliveira; Machado (2017) discutem que ainda não estão completamente esclarecidas, mas baseado 120 em evidências abrangem uma série de fatores que caracterizam a doença em tipos específicos. A doença pode ocorrer não só pela desordem do organismo, ou mau funcionamento de uma ou mais sinalização, mais também por outros fatores, como a predisposição genética e desordem hormonal.

Os ativos utilizados em produtos cosméticos para alopecia, destinam-se a auxiliar na redução da queda de cabelo, podendo atuar através de mecanismos diferentes e desta forma, contribui positivamente na melhora do quadro, porém fazem-se necessário a avaliação clínica para identificar a causa do transtorno (SILVANO *et al*., 2019). A finalidade do tratamento da alopecia é aumentar a cobertura do couro cabeludo ou retardar a progressão do rareamento dos cabelos, ou ambas. O tratamento para alopecia é individualizado para cada tipo de alopecia, em que se deve avaliar as características individuais de cada paciente (FARIA *et al*., 2015).

Antes, porém, é essencial esclarecer a paciente sobre os mecanismos da doença, seu impacto social, psicológico, os riscos do tratamento e as expectativas na terapêutica, visando à qualidade de vida. Muitas opções foram descritas nesta revisão, contudo nenhuma delas demonstrou-se totalmente segura e eficaz (LOURENÇO; STROPARO, 2018).

Visando o tratamento da AAG, geralmente são utilizados recursos com ativos de uso dermatológico. Dentre os ativos mais comumente

> utilizados estão os medicamentos contendo o Minoxidil e a Finasterida. O mecanismo de ação do Minoxidil se dá pela vasodilatação periférica dos capilares sanguíneos, fazendo assim um aumento no aporte nutritivo do folículo piloso e consequente aumento da duração da fase anágena, contribuindo para o aumento da densidade capilar. É preconizado em concentrações de 5% para homens e 2 a 5% para mulheres. Porém essas substâncias apresentam risco de efeitos adversos, tais como: Aumento na ocorrência de prurido, irritação local e Hipertricose facial podem ser observados com Minoxidil a 5% (SILVANO *et al*., 2019, p.24).

Segundo Faria *et al*., (2015) realizou estudo para verificar a eficiência do tratamento intralesional para alopecia androgenética. Neste estudo reforçaram sobre a importância dos cabelos para o ser humano e que desde a antiguidade são cultuados em todas as sociedades. Tem função biológica de controle térmico da calota craniana, protegendo-a contra o frio, o calor e a radiação ultravioleta, somada a uma gama de atributos psicossociais que a presença ou ausência dos cabelos pode infringir a homens e mulheres.

Segundo Ribeiro (2017) aponta que o tratamento da alopecia arreata é sintomático e não altera o prognóstico da doença, tornando-se sempre importante a consideração do risco/benefício dos tratamentos sistêmicos e dos fatores prognósticos. O período mínimo para avaliação de qualquer tratamento é de três meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Alopecia Androgenética se caracteriza pela queda de cabelo cuja causa ainda não foi totalmente esclarecida, mas está relacionada a genética e as alterações hormonais, podendo acometer com mais frequência os homens, mas também as mulheres. É uma patologia muito complexa, tornando difícil desenvolvimento dos tratamentos para chegar a um resultado excelente.

A busca pela solução da calvície vem desde vêm evoluindo cada vez mais com estudos, conhecimentos e tratamentos sobre essa patologia.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Adriana *et al*. **Bioquímica da beleza – curso de verão.** Departamento de Bioquímica, Instituto de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, A. F. R. da. **Microagulhamento para tratamento da alopecia androgenética masculina.** Monografia (Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa) – Centro de Capacitação Educacional. Pernambuco, p. 44. 2016.

FARIA, Walter Junior Jovencio de. *et al.* **Alopecia Androgenética: análise das causas e alguns tratamento na calvicie do homem.** Faculdade Evangélica de Ceres, Ceres – GO, Brasil. 2015.

FERNANDES, Mirian. **Alopécia areata e as relações com estresse, depressão e psicossomática: uma revisão.** CARLUCCI, A.R. Protocolo para tratamento da alopecia androgenética. Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino-IBRAPE, São Paulo, Brasil. 2010.

LOBO, Lucas Leandro Fustinoni; MACHADO, Elenice; SELORES, Paula. **Tratamento a apolecia androgénetica em mulheres: revisão da literatura.** Revista Eletrônica Biociências, Biotecnologia e Saúde, Curitiba, n. 20, maio-ago. 2018.

LOURENÇO, Lucas Leandro Fustinoni; STROPARO, Elenice. Tratamento da alopecia androgenética em mulheres: revisão da literatura. **Revista Eletrônica Biociências, Biotecnologia e Saúde**, Curitiba, n. 20, maio-ago. 2018.

MAO, Maria Claudia Kowalski; ZHANG, Byron José Figueiredo; FAN, Paulo. Uso da Mesoterapia para Alopecia Androgenética: uma revisão de literatura. **BWS Journal.** 2020 junho; 3, e20060080: 1-7.

F. MULINARI-BRENNER; G. SEIDEL; T. HEPP. **Surg. cosmet. dermatol. (ImprF.)**, *v. 3; n. 4, p. 329-337, 2011.*

OLIVEIRA, Luciana; MACHADO, Gisele Melo. **Tratamento para alopecia androgenética feminina.** Centro Universitário de Brasilia – Faculdade de Ciências e Educação e Saúde – FACES. Graduação em Biomedicina. Brasilia/DF, 2017,

RIBEIRO, A.R. **Protocolo para tratamento da alopecia androgenética.** Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino-IBRAPE, São Paulo, Brasil. 2017.

ROSA, N.T.C. **Associação de procedimentos minimamente invasivos e laser de baixa potência no tratamento da alopecia.** TCC (Bacharel em biomedicina) - IBMR – Laureate International Universities. Rio de Janeiro, p. 45. 2017.

SEI, Maria Claudia Kowalski; BRANDÃO, Byron José Figueiredo. **Uso da Mesoterapia para Alopecia Androgenética: uma revisão de literatura**. BWS Journal. 2020 junho; 3, e20060080: 1-7.

SILVANO, Evandro A. **Alopecia areata: revisão e atualização**. An. Brasileira Dermatologia V. 80, n. 1, p. 57-68, 2019.

SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. DECLARAÇÃO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

2. CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; o arquivo da submissão está em formato Microsoft Word; o texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista; as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares às cegas foram seguidas.

3. DIRETRIZES PARA AUTORES

a) Estrutura do texto:

- **Título do Artigo –** Centralizado e tamanho da fonte Times New Roman 1**4** em negrito, em português, inglês e em espanhol;
- **Resumo e palavras-chaves –** Justificado em português, inglês e em espanhol, e tamanho da fonte Times New Roman 11, com exceção das palavras **RESUMO**, **ABSTRACT** e **RESUMEN**, que devem ser fonte 12 e negrito (o resumo deve conter objetivo, metodologia, resultados e conclusão do estudo); as **palavras-chave**, **Keywords, Palabras-Clave**, devem ser separadas por ponto e vírgula e ser no mínimo três e no máximo cinco.
- Utilizar como Referência as normas da ABNT.

b) Layout: Formato Word (.doc.); Escrito em espaço 1,5 para o texto e 1,0 para citações longas, utilizando Times New Roman fonte 14 para o título que deve ser centralizado, 12 para o texto e 10 para as citações ou notas de rodapés, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 3,0 cm.; texto justificado com paragrafo de 1,25, Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

c) Figuras: O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

d) Autoria: Todos os autores precisam ser incluídos nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista).

- **Autor(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação Identificação do autor, com e-mail, incluindo titulação, instituição, outra informação de interesse (máximo três linhas);
- **Orientador(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação do orientador com e-mail, incluindo filiação acadêmica, titulação, instituição e outras informações de interesse acadêmico, (máximo quatro linhas).

e) Exemplo de referências em ABNT:

- ***Artigo em periódico:*** RIGO, Marciane; BLEIL, Claudecir. Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideal**, V. 3, n.7, 2008.
- ***Livro:*** JUND, S. **Auditoria**: Conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 Questões. Rio de Janeiro: Ímpetos, 2001.
- ***Página da internet:*** AMOROSO, Danilo. O que é Web 2.0? Disponível em:<http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->. Acesso em: 12 mar. 2016.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos manuscritos é feita por pares, pelo método Double Blind Review, onde cada manuscrito é avaliado por dois pareceristas ad hoc externos, selecionados por especialidade ou afinidade em relação ao conteúdo temático do manuscrito sob apreciação.

Após a submissão o manuscrito é avaliado pelos pareceristas ad hoc, que analisam, sugerem correções e melhorias. Em seguida é feita a análise pelo editor, que analisa os pareceres e decide pela recusa ou aceitação do manuscrito.

Após a análise do editor, o manuscrito é devolvido para os autores para realização das melhorias sugeridas pelos pareceristas.

Por fim, o autor envia a versão final do manuscrito, com o respectivo relatório do software de detecção de similaridades (possivelmente o Copy Spider).

5. FOCO E ESCOPO

A Revista de Ensino e Cultura é um periódico vinculado ao Centro Universitário Natalense – UNICEUNA e ao Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte –

IESRN, de acesso aberto, com fluxo contínuo de publicação. A revista aceita manuscritos em todas as áreas do conhecimento, em especial sobre Ensino e Cultura.

6. POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta Revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A Revista não cobra taxas. Assim, não são cobradas taxas para avaliação dos artigos, ou taxas para submissão de artigos.

7. ÉTICA DA PUBLICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

E revista dedica-se a cumprir as boas práticas no que diz respeito à conduta moral condizente com a editoração cientifica de periódicos. A prevenção da negligência também é responsabilidade crucial do autor, editor e da equipe editorial: qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito. Os autores que enviam artigos para a revista garantem que o trabalho não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

A revista recomenda o uso da lista de verificação e fluxograma do CONSORT 2010 como condição de submissão ao relatar os resultados de um estudo randomizado. Modelos para estes podem ser encontrados no site da CONSORT [www.consort-statement.org] que também descreve várias extensões de lista de verificação CONSORT para diferentes projetos e tipos de dados além de dois testes paralelos de grupo. Os artigos devem relatar o conteúdo abordado por cada item da lista de verificação. O atendimento desses requisitos básicos aumentará as chances de eventual publicação.